



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2021

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2021

INICIADA ÀS 14 HORAS E 50 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 56 MINUTOS.

| | |
|------------------------------|-----------|
| SUMÁRIO: | FL |
| ABERTURA | 02 |
| ANTES DA ORDEM DO DIA | 06 |
| ORDEM DO DIA | 43 |
| INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | 93 |
| ENCERRAMENTO | 96 |

ATA N.º 01 / 2021ABERTURA

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****1.1 - Aprovação das Atas:**

- N.º 03/2020 – Sessão Ordinária realizada no dia 30 de junho
- N.º 06/2020 – Sessão Ordinária realizada no dia 29 de dezembro

1.2 - Expediente**1.3 - Intervenções****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 2.2 - Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição (apreciação);**
- 2.3 - 1.ª Alteração Modificativa (aprovação);**
- 2.4 - Protocolo de Colaboração entre a Fundação Inatel e o Município da Covilhã (autorização);**
- 2.5 - Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Covilhã (aprovação);**
- 2.6 - Abertura de Concurso Público da “Concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de 43 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no concelho da Covilhã” (autorização);**
- 2.7 - Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o triénio de 2021-2023 – Retificação do Valor base para Fornecimento de Energia Elétrica do Município da Covilhã (conhecimento);**
- 2.8 - Relatórios Semestrais - Provedor do Município (conhecimento);**
- 2.9 - Declarações ao abrigo das alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de Março (conhecimento).**

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Carlos Alberto Matos Mendes, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso em substituição de Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Nelson Daniel Barata Russo em substituição de Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: Doutor Hugo Ferrinho Lopes em substituição de Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

Verificada a existência de "quórum", o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Esteve ainda presente o Senhor Provedor do Município – Prof. Doutor José Ramos Pires Manso.

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a Ordem de Trabalhos à votação e perguntou se alguém tinha algo a opor. -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, relativamente ao Período de Intervenção do Público, propôs que fosse considerada a hipótese das pessoas presentes poderem já intervir, evitando a espera até ao final da Sessão. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, com a alteração proposta pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **José Cláudio Cruz**. -----

- O Senhor **José Cláudio Rodrigues da Cruz**, após se identificar como inquilino da Câmara Municipal da Covilhã, referiu que vem, em representação dos moradores da Urbanização Quinta da Alâmpada, questionar se no Bairro dos 80 fogos - “que já ali está há muito tempo e nunca foram feitas obras de requalificação” - está ou não prevista a realização de obras à semelhança das que estão a ser executadas nas Ruas do Operário Têxtil, das Cerzideiras e na Estrada Municipal. -----
Concluiu com a entrega, à Mesa da Assembleia, de um abaixo-assinado com as reclamações dos inquilinos que representa. -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Senhor Presidente a 23 de dezembro de 2016, nós trouxemos a esta Assembleia, exatamente, o assunto da habitação municipal, na Freguesia da Boidobra, Bairro da Alâmpada. -----

Tendo afirmado, na altura, o direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa e levantado várias questões, nomeadamente, como é que se garante esse direito e como assegurá-lo de forma digna. E, se estaria, ou não, o Município da Covilhã a oferecer as melhores condições. -----

Na altura, reportei o assunto com imagens que a todos nos envergonharam, não foi a primeira vez que o fizemos, não será a última. E, aqui estamos hoje, novamente, desde logo para saudar a intervenção de requalificação que está a ser realizada em 109 fogos na Rua das Cerzideiras, na Operário Têxtil e na 507. -----

Dissemos, na altura, que não iríamos esquecer o compromisso do Senhor Presidente da Câmara de concretizar um plano de requalificação da Habitação Social Municipal. Aqui estamos hoje, novamente, para que a Câmara Municipal não esqueça estas 22 habitações que o Cláudio Cruz, mais conhecido por Marquês, aqui trouxe - felicitando-o desde já pela participação cívica em colocar o assunto à Junta de Freguesia, em falar com os seus vizinhos, em recolher assinaturas, tirar fotografias e ser o porta-voz destes 22 inquilinos da Câmara Municipal da Covilhã, não se preocupando só com o seu problema, mas preocupando-se com a generalidade do problema. ----

Recordar apenas o seguinte: na Urbanização Quinta da Alâmpada foram construídos 80 fogos, 58 foram vendidos, correspondendo a 78% este Bairro. É, também, uma premência a intervenção nestes 22 fogos Camarários, como forma de dar o exemplo de recuperação habitacional, que a Lei obriga os proprietários a fazer-lo de oito em oito anos. -----

Por último, dos 192 fogos da Boidobra, existem ainda 131 públicos, destes, 9 fogos não estão habitados, estão livres, por se encontrarem com falta de condições. -----

A Junta de Freguesia está, naturalmente, disponível para ajudar a encontrar soluções para recuperar estas 9 casas, que tanta falta fazem a tanta gente. -----

Saudar esta iniciativa, porque a Democracia faz-se mesmo assim, a participação também. -----

E, no fundamental, reafirmar e pedir ao Senhor Presidente que não se esqueça destas... saudar a intervenção que está a ser feita e muito bem-feita, mas que não se esqueça destas 22 casas, que também precisam de uma intervenção urgente. Obrigado.” -----

--- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, informou que as obras estão a ser realizadas, mas não podem é ser feitas todas ao mesmo tempo. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

--- Submetida a *Ata n.º 03/2020 de 30 de junho*, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP), Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP), Nelson Daniel Barata Russo (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

--- Submetida a *Ata n.º 06/2020 de 29 de dezembro*, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP) e Nelson Daniel Barata Russo (Tortosendo). -----

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que suscitou a Apreciação Parlamentar DL102-D-2020-XIV - gestão de resíduos, que remete para conhecimento; -----

- Email da CIMBSE - Presidente da Assembleia Intermunicipal a remeter três Moções aprovadas por unanimidade na sessão de 29 de dezembro, sobre rede de transportes, portagens e ferrovia; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o PJI 151-XIV Reposição de Freguesias - agendado para discussão no Plenário da Assembleia da República, 29 de janeiro; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projeto de Lei n.º 620/XIV/2.ª - Proceder à Reposição de Freguesias - agendado para discussão no Plenário da Assembleia da República, 29 de janeiro; -----
- Email de Oliveirinhas Residência Sénior Paul a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor Reconhecimento e Aplauso; -----
- Email do Senhor Luís Pereira Garra a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor; -----
- Email do Centro de Solidariedade Social de S. Jorge da Beira a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor Reconhecimento e Aplauso; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção "Não ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos", e a informar que tem vindo a tomar posição sobre as pretensões de aumento da Taxa de Gestão de Resíduos, não acompanhando o caminho traçado pelo Governo; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que, propôs a apreciação de iniciativas sobre as freguesias e, está disponível para, de uma forma célere, encontrar uma solução que vá ao encontro das reivindicações das populações e que permita criar um quadro legislativo que possibilite devolver as freguesias às populações a tempo da sua concretização com as próximas eleições autárquicas; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção "Não ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos" e informa que a reencaminhou para o Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção do Voto de Protesto "Suspensão de atos médicos aos doentes oncológicos na obtenção das adequadas regalias sociais - IRS e isenção das taxas moderadoras" e informa que a reencaminhou para o Gabinete da Ministra da Saúde; -----
- Email da Guarda Nacional Republicana - UEPS – GIPS - SOI a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor Reconhecimento e Aplauso; -----
- Email da Associação Humanitária dos BV da Covilhã – Direção e Comando a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor Reconhecimento e Aplauso; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção do Voto de Protesto "Suspensão de atos médicos aos doentes oncológicos na obtenção das adequadas regalias sociais - IRS e isenção das taxas moderadoras"; -----

- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Governo pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira, sobre as dificuldades de acesso à internet em muitos pontos do País; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento e divulgação a pergunta endereçada ao Governo, pela Senhora Deputada, sobre o enceramento de diversos postos da GNR no Distrito de Castelo Branco; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Ministério da Educação pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira sobre as avarias nos computadores cedidos aos alunos no âmbito do Programa Escola Digital; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que a Assembleia da República discute no Plenário de 18 de fevereiro, por proposta de agendamento do PCP, as Medidas urgentes de apoio no âmbito do Estado de Emergência; -----
- Email do Comando Geral da GNR a acusar a receção e a agradecer o Voto de Louvor Reconhecimento e Aplauso; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar, no âmbito do processo legislativo sobre a reposição das freguesias extintas, que passados 30 dias o processo de discussão na especialidade ainda não iniciou na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local; -----
- Email do Prof. Vítor Manuel Reis Silva - Líder de Bancada do PCP a requer informação sobre a demolição do Tinte Velho; -----
- Email do Movimento Povo Ourondo Relvas a remeter o comunicado 2/2021; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP informar que solicitou a votação do Projeto de Lei n.º 151/XIV/1.ª que estabelece o regime para a reposição de freguesias extintas. -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**, após apresentar cumprimentos, referiu *"para que fique registado em ata, é só para informar a Assembleia Municipal que a Câmara Municipal continua a não dar resposta aos pedidos de informação feitos através da Mesa da Assembleia Municipal. Sendo que o último, o do Tinte Velho ainda está dentro dos prazos."* -----

1.3 - INTERVENÇÕES

INTERVENÇÕES DE LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida, falando sobre **o centenário do Partido Comunista Português e os 100 anos de luta: (Doc. 01)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Comemoramos neste mês de Março os 100 anos de luta do Partido Comunista Português, com a mesma determinação de sempre, pronto para travar os combates do presente e do futuro e responder às exigências que a vida lhe coloca para continuar a servir os trabalhadores, o povo e o País. -----

Ao comemorar 100 anos muitos se interrogarão. -----

Quais as razões desta vitalidade e longevidade, atravessando e enfrentando grandes viragens e tempestades na situação nacional e internacional, e uma feroz ditadura fascista de quase cinco décadas, quando outros ficaram pelo caminho? -----

***Foi assim pela sua natureza de classe** e características do Partido, que se organizou e desenvolveu como um verdadeiro partido da classe operária e de todos os trabalhadores, defendendo **sempre** incansavelmente os interesses vitais da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares, e que agiu quotidianamente contra a exploração, as injustiças e as desigualdades. -----*

***Foi assim por ser um Partido portador de uma teoria revolucionária, o marxismo-leninismo**, e assim ter podido definir uma linha política correcta e formas de organização e acção adaptadas aos diversos contextos e realidades em que teve de agir. -----*

***Foi assim por ter contado no seu seio, com a dedicação e o trabalho de gerações de intrépidos combatentes, mulheres, homens e jovens** de grande coragem e dedicação à causa da emancipação dos trabalhadores e do povo, de onde sobressai essa figura ímpar, o camarada Álvaro Cunhal. -----*

*Quem escrever com objectividade a história do nosso País nos últimos 100 anos encontrará sempre os comunistas portugueses **não como espectadores da realidade**, mas como agentes activos das transformações, nas primeiras linhas de combate, tomando parte do lado certo dessa história em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; **pela liberdade, a democracia, o***

progresso social, a paz e a independência nacional; pelo socialismo; pela solidariedade internacionalista entre os trabalhadores e os povos de todos os países. -----

Partido que fez frente à ditadura fascista – o único que não capitulou, não cedeu, nem renunciou à luta. -----

Que esteve na primeira linha de combate na implantação da democracia em Portugal, dando um contributo decisivo e inigualável para o grande movimento revolucionário que confluuiu no 25 de Abril e no desenvolvimento da poderosa intervenção da classe operária e das massas populares, transformando a acção militar em Revolução e na concretização das suas extraordinárias conquistas. -----

O Partido que esteve na frente da luta, como nenhum outro, contra a política de direita e contra o poder reconstituído dos monopólios e organizou a defesa contra a ofensiva de destruição do conjunto das conquistas conduzida pelo PS, PSD e CDS ao serviço do grande capital. -----

O balanço é conhecido e pesado. -----

Profundos défices estruturais que se foram acumulando, onde pesa um volumoso défice produtivo. Insuficiente crescimento económico. -----

Uma elevada Dívida Externa e um serviço da dívida pública que exaura o País. -----

Uma degradada situação social com largas camadas de trabalhadores empobrecidos, com a imposição e subsistência de um modelo de baixo salários, reformas e pensões, por uma crescente precarização das relações laborais e pela manutenção de elevados níveis de desemprego. -----

Persistência de profundos desequilíbrios territoriais e graves problemas ambientais. -----

Uma preocupante fragilização dos serviços públicos. -----

Muitos destes problemas estão hoje agravados pela epidemia e pelo aproveitamento que o grande capital dela faz, para servir os seus interesses imediatos de acumulação e maximização do lucro, aprofundando a exploração e as desigualdades, com o aumento do desemprego, os cortes de salários, mas também com os encerramentos compulsivos de actividades, ampliando problemas sociais que atingem, em particular os trabalhadores, as crianças, a juventude e as mais diversas camadas da população. -----

A grave situação que o País enfrenta não se ultrapassa com o governo do PS amarrado às opções nucleares da política de direita, inviabilizando as respostas necessárias à solução dos problemas nacionais. -----

Nem com o PSD, CDS e seus sucedâneos do Chega e Iniciativa Liberal apostados no relançamento do seu retrógrado e antidemocrático projecto de destruição das conquistas que permanecem de Abril e de subversão da Constituição, para impor um brutal retrocesso na vida dos portugueses. --

Não somos força de apoio ao PS, nem instrumento de favorecimento dos projectos do PSD e CDS e seus sucedâneos. -----

Somos a força da alternativa patriótica e de esquerda e que está na luta pela sua concretização! Alternativa cuja concretização é a questão central – a grande batalha - do tempo presente! -----

A força que sabe que a solução dos problemas nacionais não surgirá do exterior, nem oferecida e conduzida por terceiros, acenando com a cenoura dos milhões! -----

Não virá de uma União Europeia neoliberal, militarista e federalista ao serviço dos interesses monopolistas e transnacionais. -----

Não virá, com os proclamados Planos de Recuperação e Resiliência de hoje, em grande medida ditados e formatados por objectivos impostos a partir do exterior, secundarizando a solução dos verdadeiros problemas nacionais. -----

Afirmamos a imperativa necessidade da concretização de uma política patriótica e de esquerda, o que exige um governo capaz de a concretizar! -----

Uma alternativa que reclama na sua concretização uma ampla frente social e de massas convicta, de que é possível derrotar a política de direita. -----

Que reclama a convergência dos democratas e patriotas, de todos os que não se conformam com um País reduzido a uma simples região da União Europeia, cada vez mais dependente, e periférico. -----

Que reclama a intensificação e alargamento da luta, de todas as lutas, pequenas e grandes, da classe operária, dos trabalhadores, o reforço das suas organizações bem como de todas as camadas antimonopolistas. -----

Assinalamos 100 anos de vida e de luta do nosso Partido determinados a afirmar que, o Partido Comunista Português é portador de um projecto de futuro. -----

Um projecto alternativo, assegurando que Portugal não está condenado ao atraso e à dependência! -----

Um projecto, consubstanciado no seu Programa, visando a realização de uma Democracia Avançada, vinculada aos valores de Abril, visando responder às necessidades concretas da sociedade portuguesa para a actual etapa histórica. -----

Programa para orientar e dar a resposta aos exigentes problemas de hoje e que aponta os caminhos do desenvolvimento futuro do País, que queremos soberano e para servir os interesses do povo e do País. -----

Uma Democracia Avançada que nas suas quatro vertentes – política, económica, social e cultural - é parte integrante da luta pelo socialismo e a sua realização é igualmente indissociável da materialização de uma política patriótica e de esquerda pela qual lutamos para assegurar a viragem em direcção a um futuro de progresso para o nosso povo. -----

Uma política patriótica e de esquerda para libertar o País da submissão aos interesses do grande capital, ao Euro e às imposições e constrangimentos da União Europeia; -----

Uma política patriótica e de esquerda para recuperação para o País - o que é do País – os seus recursos, os seus sectores estratégicos, o seu direito inalienável ao desenvolvimento e à criação de emprego – que assegure o direito à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à protecção social, aos transportes; -----

Uma política patriótica e de esquerda que passa, necessariamente, por pôr Portugal a produzir, com mais agricultura, mais pescas, mais indústria, a criar mais riqueza e a distribuí-la melhor, apoiando as micro, pequenas e médias empresas; -----

Uma política patriótica e de esquerda de valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos seus salários e dos seus direitos individuais e colectivos, dos reformados e pensionistas, de garantia dos necessários apoios sociais. -----

*Valeu e vale a pena olhar para o futuro com confiança, -----
determinação e esperança, porque perseguimos o ideal mais -----
nobre da emancipação e libertação da exploração do homem -----
pelo homem, porque queremos uma vida melhor para quem -----
trabalha, porque queremos um Portugal desenvolvido, de -----
progresso, independente, onde seja o povo a decidir. -----
Disse” -----*

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 02)** -----

*“Vivemos uma crise planetária, como não há memória de outra. -----
E a Covilhã vive também a sua quota-parte de sofrimento nesta pandemia da covid-19. -----
Sofrimento humano das pessoas que adoeceram e morreram, das famílias confinadas, das pessoas isoladas. -----*

Sofrimento financeiro das empresas que fecharam, dos mercados parados, das pessoas no desemprego. -----

Sofrimento psicológico das pessoas que não sabem quando poderemos ultrapassar tudo isto e vivem na incerteza do que será o amanhã. -----

Tempos extraordinários exigem líderes extraordinários. -----

Perante todo este sofrimento, as pessoas, as famílias e as empresas, precisavam de olhar para a Câmara Municipal da Covilhã e sentir que alguém se preocupava com eles e trabalhava para encontrar soluções. -----

Infelizmente, isso não aconteceu. -----

Infelizmente, a Câmara Municipal da Covilhã há muito tempo que está sem líder. -----

Entre bicicletas pintadas no alcatrão e telenovelas, o presidente desapareceu. Não se ouve, não tem nada a dizer. Remeteu-se ao silêncio. -----

Foi incapaz de mostrar solidariedade para com os dirigentes das IPSS, que viveram momentos de pânico e desespero nas suas instituições. -----

Foi incapaz de fazer o que um ex-presidente de câmara, fez. -----

Foi incapaz de dar apoio aos empresários que se viram abandonados neste momento difícil, em que muitas empresas não vão sobreviver. -----

Não teve uma palavra de ajuda e de esperança para as famílias. -----

Tornam-se claras as suas prioridades. Neste momento tão difícil para todos, está mais preocupado com a Distrital do Partido Socialista que com a Covilhã que o elegeu. -----

A Covilhã não é a prioridade do Dr. Vítor Pereira. -----
 Limita-se a copiar dois ou três exemplos de apoios de outras câmaras vizinhas e a alimentar a comunicação social com publicidade, para que lhe disfarcem o vazio de ideias, a sua fuga, a sua ausência. -----
 E quando falta o Presidente, o restante executivo não existe, é o desnorte completo. -----
 A Covilhã não tem líder, mas precisa de um. -----
 É nestes momentos que percebemos, quando um ciclo chega ao fim e quando é urgente encontrar novas forças e... novos protagonistas. -----
 No futuro imediato, a Covilhã vai precisar de alguém que veja mais além da família partidária, que veja mais além do Pelourinho. -----
 Alguém com credibilidade, que saiba congregar uma equipa técnica, que saiba ler as instruções dos equipamentos que compra, e encontre soluções válidas para a Covilhã retomar a liderança regional, e a pujança financeira. -----
 Só assim poderemos inverter a sangria que vivemos. -----
 O ciclo negativo das empresas que abandonam o concelho para irem para o Fundão, das famílias que partem e sobretudo dos jovens que vão trabalhar para fora. -----
 Estamos a perder pessoas o mesmo é dizer, estamos a perder vida. Atrasamo-nos em relação aos outros concelhos. Como disse. É forçoso perceber que há um ciclo que se fechou. -----
 É preciso abrir outro. É urgente. -----
 Marco Aurélio Silva -----
 Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã." -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** antes de dar início à sua intervenção disse: "Querida começar por saudar o centenário do Partido Comunista Português, recentemente celebrado. Apesar de todos os mimos que nos dedicaram, na sua intervenção, nós sabemos reconhecer o mérito que têm tido, ao longo de todos estes anos, na luta pela Democracia e na luta pela Liberdade. -----

Saudar, também, nas Senhoras presentes, todas as Mulheres que no dia 8 deste mês celebraram o Dia Internacional da Mulher, na luta pela igualdade de direitos. -----

E dizer, mais uma vez, que no CDS não nos ficamos pelas palavras. Hoje a nossa Bancada é mais constituída por elementos femininos do que masculinos e tem sido assim desde o início do Mandato. Mais do que palavras precisamos de ação!" -----

- Dando, de seguida, início à intervenção que se transcreve: **(Doc. 03)**. -----

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da mesa -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara -----

Exma. Sra. vereadora e demais vereadores -----

Exmos. Srs e Sras. membros da Assembleia Municipal -----

Exmos. Sr. e Sras. presidentes de junta, comunicação social, funcionários do Município, público presente -----

Caros concidadãos, -----

Reunimos aqui hoje praticamente um ano após a confirmação dos primeiros casos de Covid-19 em Portugal. Ninguém estava preparado para o que aí vinha, ou estará para vir. Se numa primeira fase, essa falta de preparação e conhecimento levou a que o esforço de combate e contenção da pandemia fosse unânime relevando para outras núpcias a crítica às medidas implementadas. -----

Com o passar do tempo o paradigma mudou, o conhecimento aumentou, as tão desejadas vacinas apareceram, passamos do milagre português ao pesadelo de liderar rankings de contágio e mortalidade, do azar do vírus por ter encontrado um governo experiente a uma visível e notória falta de estratégia, de um confinamento total a confinamentos descafeinados e light. Pelo caminho tivemos apoios efetivos e aqueles que tardam em chegar, sejam eles de natureza nacional ou local.

Agora que conhecemos um novo plano de reabertura da nossa sociedade e esperamos todos que não se enfrente nenhum revés nos traga novamente a necessidade de voltar a confinar, olhamos para a dura realidade que as pessoas e empresas enfrentam, são vários os setores e as empresas que se encontram piores que um doente numa Unidade de Cuidados Intensivos, para muitos esta reabertura a conta-gotas já não chegará a tempo. -----

Durante o primeiro período de confinamento pela voz do nosso vereador alertamos para a necessidade de pensar logo ali o desconfinamento e pensar os apoios a famílias e a empresas, essa necessidade mantém-se e ela é cada vez mais urgente, os apoios e promessas do executivo governamental tardam ou não chegam e os apoios do município parecem-nos manifestamente pouco. Para empresas que se encontraram fechadas seis dos últimos doze meses, as medidas anunciadas como o estacionamento gratuito, o fim dos custos com o licenciamento de esplanadas ou um Market Place digital para o pequeno comércio local, voltamos a referir é muito pouco. -----

Lamentamos que um executivo camarário que tanta sede de descentralização demonstrou, se limite agora a esperar que o poder central pense e execute na prevenção e controlo de contágios quer num apoio efetivo a empresas e famílias num momento tão excecional como o que atravessamos. Afinal o que realmente era importante era a fotografia dos socialistas alinhados ou a capacidade para controlar a forma como os quadros de pessoal da autarquia engordavam para poder continuar a fazer crescer a família partidária. -----

João Vasco Caldeira -----

Líder de Bancada do CDS-Partido Popular-----

Covilhã, 12 de março de 2021” -----

--- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) abordou vários temas a nível internacionais, nacionais e locais, intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: (Doc.04) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
Exmos. Deputados Municipais. -----
Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Desde a última vez que esta Assembleia Municipal esteve reunida, decorreram mais de dois meses. No decurso de tal tempo, acontecimentos diversos ocorreram que merecem o nosso comentário. Quer em termos internacionais, quer em termos nacionais, quer em termos locais. -----

Assim, -----
Num tempo em que predomina a hipocrisia no relacionamento entre alguns Estados, bem como, no tratamento de algumas questões - veja-se a morte de um jornalista a mando do príncipe saudita ou a violação dos direitos humanos que corre em alguns países de África - num tempo em que a guerra e os conflitos raciais vão predominando no mundo, realçamos a recente visita realizada pelo Papa Francisco ao Iraque. Homem de Paz. Procurando materializar em atos o que pensa, com enorme coragem, determinação e humanidade. Consideramos que tal visita, nos moldes em que foi realizada, nas pessoas contactadas, na mensagem transmitida, constitui, sem qualquer dúvida, um ato de Paz, que pode, sem qualquer dúvida, marcar o presente século, contribuindo para um aliviar de tensões, provocadas pela religião. O Papa Francisco é um mensageiro da Paz, para nós um NOBEL DA PAZ, que devia merecer o reconhecimento da Comunidade Internacional. Bem-haja Papa Francisco -----

Por outro lado, em termos nacionais, verificámos, com espanto, todas as vicissitudes relacionadas com a construção do novo aeroporto, no Montijo, e/ou Alcochete. Sinceramente, andam a brincar com os portugueses. Estudos que são pagos a preço de ouro e se mostram inadequados. Decisões aligeiradas no cumprimento dos procedimentos. Aliás, a este propósito, como é possível que aquando do projeto de construção de barragem na Covilhã, tenham sido solicitadas tantas exigências, com pareceres e estudos ambientais, exigências estas que foram aligeiradas, para não utilizar outro termo, no projeto de construção do aeroporto na zona do Montijo? Como é possível que isso tenha sucedido, quando as entidades são as mesmas e alguns promotores do indeferimento do projeto da barragem estão agora no exercício de cargos relacionados com a construção do aeroporto? Profunda hipocrisia. Aguardemos pelo resultado. Estamos atentos. -----
No entanto, não podíamos deixar de mencionar a perspectiva de alguns responsáveis políticos na autarquia de Lisboa e no Parlamento deste país, para a ideia que a análise da história deve ser realizada à medida da sua visão, apagando com uma esponja aquilo que não interessa. Como é possível alguém vir defender que determinados símbolos/obras relacionadas com o nosso passado deviam ser destruídas? Como se isso pudesse apagar a memória de um povo. Como é possível que um determinado deputado deste país, que já teve responsabilidades governamentais, venha lamentar a inexistência de um banho de sangue a seguir ao 25 de Abril de 1974? Para tudo há limite...respeitamos quem pensa de forma diferente...respeitamos quem tem uma perspectiva diferente da vida e da sociedade, mas não podemos tolerar que haja alguém que defenda a destruição de símbolos do nosso passado...que defenda o ódio e a violência...um povo que é povo deve sempre preservar as suas memórias...não deve renegar o seu passado...os seus

símbolos...legitimar a destruição do Padrão dos Descobrimentos ou os símbolos existentes na Praça do Império, é legitimar quem no futuro venha defender que sejam apagados os nomes de Sá Carneiro, Mário Soares, Álvaro Cunhal, entre outros, existentes em vias, praças, praças e ruas do nosso país...lamentável tal posição, própria de quem não respeita a história. Como diz o povo, teóricos de café! -----

Por fim, e no tocante à realidade local, e em ano de eleições autárquicas, verifica-se o corrúpio de algumas obras, desconhecendo, em absoluto, os critérios que levaram à sua realização. -----

Verificamos que na Zona do Pelourinho estão a ser realizadas obras para uma melhoria das acessibilidades das pessoas. Verificamos também que algumas artérias da cidade estão a ser pavimentadas. Contudo, continuam por pavimentar muitas estradas do concelho da Covilhã, nomeadamente, na zona sul do concelho e o troço de Vales do Rio - Peso. Bairros Sociais aguardam de forma desesperada pela sua reparação. Diga-se também que foram gastos mais de 120.000,00€ num apoio a uma telenovela de um canal privado para promover o nome da Covilhã. Conforme já tivemos oportunidade de referir, a atividade municipal devia ter uma estratégia, uma linha de condução, tendo como resultado a concretização de objetivos que permitam a satisfação das necessidades das pessoas do concelho da Covilhã. Assim, num tempo em que os recursos financeiros escasseiam é necessário estabelecermos prioridades. Quais as prioridades deste executivo? Pavimentar a totalidade das artérias e estradas municipais do concelho? Ou só algumas? Realizar obras de reparação na totalidade dos bairros sociais e pavimentar as estradas do sul do concelho ou utilizar os recursos financeiros em promoções de telenovelas? Ou em obras no centro da cidade? -----

O que é certo, e sem óbice de algumas obras realizadas no sul do concelho, a população continua a aguardar pela pavimentação de estradas, que permitam um melhor acesso à cidade da Covilhã e a outros pontos do país. Os cidadãos que vivem em bairros sociais aguardam há muito pela reparação dos bairros. Os cidadãos e as empresas que passam por dificuldades por força da pandemia, aguardam que a autarquia possa ajudá-los. É tudo uma questão de estratégia. -----

Covilhã, 12 de março de 2021 -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

DE NOVO COVILHÃ” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) fez a intervenção que se dá como integralmente reproduzida: (Doc.05) -----

“Senhor Presidente da Assembleia e destinta Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Digníssima Vereação, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhor Provedor do Município, -----

Destintos Colaboradores do Município,-----

Estimado Público,-----

Prezada Comunicação Social, -----

Começo a minha intervenção fazendo alusão a duas saudações, por ocasião de celebração de duas efemérides, o Dia Internacional da Mulher que a minha Camarada Rosália, no Período de Antes da Ordem do Dia, fará uma homenagem mais extensa, mas que eu queria pontuar nesta minha intervenção e ao centenário do Partido Comunista. -----

Saudação ao Centenário do Partido Comunista Português -----

O Partido Comunista Português que comemorou, no passado dia 6 de março, o centenário da sua fundação. -----

É uma efeméride de relevo para os seus dirigentes, militantes e simpatizantes comunistas, mas também para a democracia e para Portugal pela participação histórica que o PCP e os comunistas portugueses tiveram nos últimos 100 anos da história de Portugal. -----

O Partido Comunista Português nasce a 6 de março de 1921, num ambiente de radicalização social da I República Portuguesa, sobretudo na crise do pós-guerra, e resultado da transformação em partido de uma organização formada anos antes por sindicalistas revolucionários inspirados na Revolução de Outubro, de 1917. -----

A partir do seu I Congresso, em 1923, e desde então até hoje a ortodoxia marxista-leninista tem mantido a sua identidade inalterável e o Partido Comunista Português é hoje, factualmente, um dos mais fortes partidos comunistas da Europa e o mais antigo partido político português. -----

Com a ditadura militar e o Estado Novo vieram a ilegalização e as perseguições. O PCP foi condenado à clandestinidade entre altos e baixos tornou-se na mais forte e mais duradoura força da oposição anti salazarista e anti marcelista, até 1974 – fosse numa estratégia isolada de golpismo revolucionário, nos anos 30, no início dos anos 50 ou na década de 60, ou através da colaboração frentista com outras oposições, como aconteceu no MUNAF e no MUD. -----

A partir da morte de Bento Gonçalves, na Tarrafal, em 1942, a história do PCP passou a ser também a história de Álvaro Cunhal, que a partir de 1961 e até 1992, se tornou o seu mais famoso e poderoso secretário-geral. -----

Hoje é consensual e ninguém dúvida dos sacrifícios e do contributo dado pelo PCP na luta contra o Estado Novo e pela democracia. -----

Para quem conhece a história da luta pela liberdade compreende a longevidade do PCP e o porquê de ser hoje o mais antigo partido político português. -----

Porque estamos na Assembleia Municipal da Covilhã, é também oportuno relembrar a importância dos comunistas covilhanenses. Para além das Greves Têxteis da década de 40, imortalizadas na Lã e a Neve de Ferreira de Castro, a célebre “Greve dos 1000 escudos” em 1973 acabou por ser perscrutora da instituição do Salário Mínimo Nacional criado em maio de 1974. -----

É público, notório e consabido o afastamento ideológico, programático e de ação que afastarão todos os restantes membros desta Assembleia dos representantes do Partido Comunista Português, mas é dentro da inabalável tolerância e cultura democrática que esta Assembleia acima de tudo tem sabido preservar, que entendemos ser justo e adequado, nesta casa da democracia e nesta sessão que se realiza 6 dias depois da efeméride, saudar o Partido Comunista Português por ocasião do centenário da sua fundação.” -----

De seguida, o Senhor Eng.º **Hélio Jorge Simões Fazendeiro**, referiu-se ao Plano de Recuperação e Resiliência, apresentado pelo Governo e colocado a discussão pública que terminou no passado dia 1, dizendo: -----

“Quero, nesta Assembleia e em nome da Bancada do Partido Socialista, sem qualquer subterfugio afirmar com clareza que este plano ficou aquém das expectativas que tínhamos para a nossa Região e das necessidades que identificamos para os nossos territórios. -----

Pese embora nos pareçam adequados os três eixos estratégicos centrais para orientação do plano e aplicação das avultadas verbas que chegarão a Portugal a verdade é que quando dissecamos e analisamos as 19 áreas identificadas que alarga a 36 reformas e se concretiza a 77 projetos, percebemos que ainda há muito espaço para melhorar este documento que pretende, juntamente com a aplicação dos Fundos de Coesão Portugal 2020 que ainda decorre e com o futuro Portugal 2030 em preparação, recuperar a economia Portuguesa no pós pandemia e alterar estruturalmente o modelo de desenvolvimento Português por forma a rapidamente nos aproximarmos dos índices médios de desenvolvimento da União Europeia. -----

A título de exemplo, do que entendemos que esteja mal, neste plano, é o tema da mobilidade. Dos 14 mil milhões de euros previstos para todo o plano, mil e 32 milhões serão destinados à mobilidade sustentável, e até aqui tudo bem. O problema surge quando se diz que essa verba se destina a investir exclusivamente na mobilidade das áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e em material ferroviário e se incluem estas medidas, pasme-se, no capítulo da coesão territorial. Parece-nos evidente que só pode ser um erro que conforma uma incoerência e uma injustiça gritante, para com 3/4 do País e que, certamente, esperamos e exigimos venha a ser corrigido na sua redação final. -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

Não posso, a propósito do plano e da consulta pública que decorreu, deixar de registar a ausência de propostas da Oposição, nomeadamente a Oposição com responsabilidade e alternância democrática e aqui faço um parêntese perguntando ao Senhor Deputado Marco Aurélio, que aqui representa o Partido Social Democrata, o que é que o Senhor tem a dizer sobre isto e o que é que o Partido Social Democrata aportou a esta discussão? O Senhor acusa, enfim do meu ponto de vista levemente o Senhor Presidente da Câmara de andar aliado daquilo que é a importância da governação do Município e eu gostaria de olhos nos olhos de lhe perguntar o que é que o Senhor em concreto e o seu Partido fez sobre este caso em concreto e sobre outras preocupações do nosso Município? -----

E não chega vir fazer filmes, não chega vir fazer flores, não chega vir fazer discursos bonitos. É preciso trabalhar, é preciso fazer propostas, é preciso estudar e é preciso propor. -----

Eu gostaria muito de saber o que é que o Partido Social Democrata tem a dizer sobre este assunto.

Recentrando-me dizer e destacar nesta intervenção a qualidade e a oportunidade das propostas que foram apresentadas, foram sendo apresentadas pelos diversos agentes locais, à exceção do PSD, onde destaco a Comunidade Intermunicipal e desde logo o Município da Covilhã que através do Senhor Presidente da Câmara e pese embora a partilha da cor política com o Governo, não se inibiu de vir fazer propostas concretas e sérias com o intuito de melhorar a qualidade do documento, nomeadamente no que respeita às medidas para os territórios de baixa densidade. - Resumidamente, queremos reforçar o apoio às propostas e exigências apresentadas pelo Município da Covilhã que vão totalmente ao encontro dos objetivos imediatos do plano e se conformam com os três eixos estratégicos definidos com a vantagem de contribuir decisivamente para a alteração estrutural dos modelos de desenvolvimento de Portugal. Propôs então o Município da Covilhã e muito bem os seguintes projetos e medidas: -----

- Reforço da oferta de formação em serviços de saúde da nossa Região, aproveitando as Instituições de Ensino Superior e os três Hospitais da nossa Região – Cova da Beira, Guarda e Castelo Branco, no sentido de reforçar a oferta formativa e de serviços disponíveis à nossa População; -----
- A construção do teleférico de ligação à Torre, Serra da Estrela. A Serra da Estrela, principal ativo ambiental e turístico da Região, é uma importantíssima âncora de desenvolvimento dos nossos territórios, faz todo o sentido implementar um projeto que reduza a circulação automóvel no maciço central e encontre uma alternativa de transporte aos turistas; -----
- O reforço da estrutura ferroviária e a redução dos tempos de viagem, também em seguimento das propostas já aprovadas aqui nesta Assembleia, propôs a Câmara Municipal e o Senhor Presidente a promoção do transporte coletivo em detrimento do transporte individual, nomeadamente com investimentos na ferrovia e isto de acordo também e ao encontro daquilo que já aqui foi decidido, alargando a oferta comercial, nomeadamente com ligações a Espanha, com ligações ao Norte e num serviço suburbano Guarda, Belmonte, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, mas também num reforço estrutural da linha que permita em 2030 que a viagem Covilhã-Lisboa, em comboio, seja reduzida para 2h45m ao invés das 3h20m que hoje fazemos; -----
- A rede de dados de alta velocidade para todo o território, como já aqui afirmamos acreditamos que esta pandemia e as alterações que nos trouxe venham a configurar no futuro uma oportunidade para atrair e fixar pessoas no nosso território. Entre outras coisas será essencial uma robusta infraestrutura de comunicação de dados, que são as novas autoestradas do século XXI, como se costuma dizer. É por isso que se exige ao Estado a capacitação dos nossos aglomerados populacionais do território das zonas urbanas mais densas até aos mais remotos e pequenos aglomerados populacionais das nossas Aldeias, de infraestruturas de fornecimento de dados com altos padrões de desempenho, fibra ótica e 5G. Depois a simplificação e aproximação da Administração Local ao Cidadão e o plano de acessibilidades nos territórios de baixa densidade. O plano de acessibilidades nos territórios de baixa densidade é estrutural e é fundamental, porque hoje e depois de andarmos anos e anos a encerrar serviços nas nossas Aldeias, o mínimo que podemos ter e o mínimo que o Estado deve fazer é ter um serviço de transporte que permita às pessoas virem aos Centros Urbanos resolver os seus problemas e ter estradas com melhor qualidade. E, portanto, é fundamental que o Governo através de Fundos Comunitários, ou

outros, tenha um programa de acessibilidades para encurtar e corrigir traçados das ligações das Aldeias aos Centros Urbanos e os Centros Urbanos entre si; -----

- Depois, a recuperação ambiental e valorização turística da mina da Panasqueira, para quem conhece a nossa Região sabe que o passivo ambiental da mina da Panasqueira é diretamente proporcional à sua importância e relevância histórica e ao seu potencial turístico. É portanto uma obrigação e uma prioridade Nacional recuperar o passivo ambiental de uma zona que confina com um dos mais antigos e importantes parques naturais de Portugal, o Parque Natural da Serra da Estrela tem simultaneamente investido na capacitação para valorização turística, da história e do património mineiro. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Entendo que o Partido Socialista na Câmara Municipal da Covilhã tem cumprido a sua obrigação. E, tem cumprido a sua obrigação governando, mas para além de governar tem cumprido a sua obrigação projetando o futuro, com propostas responsáveis, com propostas concretas, com propostas exequíveis, independentemente de quem está no Governo e da lealdade e solidariedade partidária que lhe é devida em termos partidários. Mas em primeiro lugar, no Partido Socialista e nos socialistas na Covilhã, estão os interesses da nossa terra e da nossa População. Assim o assumissem todos os agentes políticos da nossa Região. -----

Muito obrigado!" -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** informou que antes de intervenção iria apresentar um **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Álvaro Rascão Ferreira Pinto**, o qual se transcreve: **(doc.06)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal -----

Exmos. Deputados Municipais -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras -----

Faleceu no passado dia 29 de janeiro o Dr. Álvaro Ferreira Pinto. Nascido a 8 de janeiro de 1935, licenciou-se em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra em 1960 e especializou-se em Urologia em 1964. -----

Do seu percurso profissional destaca-se como o grande impulsionador da criação do Serviço de Urologia no Antigo Hospital da Covilhã – do qual foi seu responsável – o primeiro desta

especialidade no distrito de Castelo Branco – tendo também desempenhado praticamente todos os cargos da carreira médica no referido hospital. -----

Para além de um excelente médico, o Dr. Ferreira Pinto, foi um cidadão dedicado à causa pública, tendo sido Vereador na Câmara Municipal da Covilhã e Presidente desta Assembleia Municipal. --

Em 2002 foi agraciado com a medalha de ouro da Câmara Municipal da Covilhã, em 2009 foi agraciado pelo Governo com a medalha de ouro pela sua intervenção no domínio da saúde e em 2018 homenageado pelos 50 anos de inscrição na Ordem dos Médicos. -----

Dr. Ferreira Pinto foi um excelente profissional, um prestigiado urologista, reconhecido pelos seus pares, sem qualquer dúvida, um dos mais relevantes da medicina Portuguesa. -----

Dr. Ferreira Pinto foi também uma excelente pessoa. Humana. Sensível. Dedicada. Educada. Disponível para ajudar o outro. Solidária. Humilde. Um exemplo. -----

O seu falecimento é uma enorme perda para a sua família, para a Covilhã, para a Região e para o País. Deixa Saudades. -----

Sem qualquer dúvida que o seu nome, a sua memória, merece ficar perpetuado numa artéria da cidade, esperando que a Câmara Municipal da Covilhã, lhe preste tal reconhecimento. -----

Assim, propõe-se a esta Assembleia que seja aprovado UM VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Dr. Ferreira Pinto e após a aprovação, ser observado um minuto de silêncio. -----

Por fim, mais se solicita que caso o voto seja aprovado, seja comunicado aos seus familiares, nomeadamente seus filhos e netos.” -----

De seguida, o Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro** deu início à intervenção que se transcreve: **(doc.07):** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal -----

Exmos. Deputados Municipais -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras -----

O 25 de Abril de 1974 proporcionou o derrube de um regime ditatorial, tendo sido implementado um regime democrático, o qual, com todos os seus defeitos e vicissitudes, ainda permite o livre pensamento, o contraditório de ideias, a eleição secreta e universal, a pluralidade partidária. -----

No atual regime democrático não pode haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. -----

Na economia de mercado e social deve sempre ser dada primazia ao poder de escolha, por parte dos cidadãos. Não pode ocorrer discriminação, pelo facto de se ter optado por uma escolha em

detrimento de outra. -----

Ora, tomámos conhecimento que alunos, professores e funcionários de escolas privadas iriam ficar de fora dos testes rápidos que o Governo irá realizar, como medida de prevenção para combater a pandemia, provocada pela Covid-19. Medida que seria injusta e discriminatória, e, quicá, inconstitucional. Qual o motivo por que os testes rápidos, pagos por todos os contribuintes, não podiam ser realizados nas escolas privadas? -----

Desconhecemos em absoluto a razão de ser de tal absurdo pensamento. -----

Diferenciar é uma atrocidade. -----

Discriminar o que é privado e acorrentar a liberdade de escolha, é um erro. -----

Num país democrático, como Portugal, não podem ocorrer medidas discriminatórias como seria esta. Os Portugueses não merecem. -----

Atento às últimas notícias, o governo recuou em tão injusta e inadequada medida. -----

Aguardemos que haja senso na gestão da causa pública, não se discriminando quem opte pelo privado. Somos todos cidadãos. -----

Estamos atentos, pois caso tal suceda, tal situação merecerá de nossa parte nosso vivo repúdio e protesto.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** após a apresentação de cumprimentos fez a intervenção que se transcreve: **(doc.08)** -----

“Saudações -----

Pretendo, nos três minutos que regimentalmente me são concedidos, lembrar, mais uma vez, os profissionais da saúde que na primeira linha têm combatido a atual situação pandémica, quer a nível de prestações diretas de cuidados em unidades de internamento, quer a nível dos cuidados de saúde primários, nomeadamente na imunização das populações. Neste âmbito, saudar os profissionais do nosso Centro Hospitalar e Universitário, bem como os profissionais do ACES Cova da Beira. -----

Lembrar e curvar-me perante a memória dos quase 17000 portugueses que pagaram com a vida a incapacidade da sociedade em lhes garantir, atempadamente, segurança e tratamento que lhes permitissem continuar entre nós. -----

As vacinas já chegaram, os grupos de maior risco estão a ser vacinados a bom ritmo e, obviamente, todos esperamos que daí, resultem melhores dias. -----

Mas, sejamos objetivos: -----

Quanto tempo vai durar a imunidade resultante da vacinação? -----

Que recombinações o vírus vai fazer num futuro próximo? -----

Será que vamos enfrentar uma nova réplica no próximo Outono/ Inverno? -----

Por um lado, anuncia-se, um desconfinamento gradual e localizado. Por outro, as lutas e as vozes cooperativistas de quem está com a corda na garganta já ultrapassaram, em muito, os limites dos decibéis que uma boa audição humana tolera. -----

Todos esperamos que não se repitam erros resultantes da incapacidade política e gestonária, para não dizer incompetência e falta de coragem que o governo do partido socialista demonstrou no primeiro ano de pandemia, para tomar as medidas adequadas. -----

Quem já se esqueceu do que se passou no último Natal e Fim de Ano? -----

Quem já não se lembra da total falta de planeamento de medidas para combate à pandemia, entre março e outubro de 2020? -----

Quem duvida que uma nova réplica trará mais desemprego, mais fome, mais mortes e mais convulsão social? -----

O isolamento, o uso de máscara quando o distanciamento social não é possível, a higienização criteriosa das mãos, o teletrabalho se indicado, a colocação de barreiras físicas nos locais de atendimento, a definição clara de circuitos e zonas nos locais de trabalho e uma boa ventilação, entre outras medidas, continuam a ser de comprovada eficácia no combate à propagação dos vírus. -----

No entanto, parece-nos que é preciso ir mais além e aplicar medidas seletivas e direcionadas que já se verificam, há algum tempo, em organizações acreditadas com determinados modelos de funcionamento, comprovadamente eficazes no combate ao erro humano e ao desperdício de recursos, garantindo altos níveis de segurança e de competitividade. -----

É, assim, necessário que todas as organizações nas quais se incluem as empresas lancem as sementes de uma nova cultura onde aquilo em que acreditamos, os costumes, as normas e os conhecimentos adquiridos e que vamos passando de geração em geração passem a ter a segurança do ser humano no centro das suas preocupações. -----

É essencial que cada organização, e repito, onde se incluem empresas, indiferente à sua dimensão, definam as suas normas e procedimentos de atuação de modo a garantir a segurança do ser humano que, associadas à testagem massiva, vacinação global, rigoroso cumprimento das normas da Direção Geral de Saúde e observância das orientações imanadas pelas Organizações Mundiais do setor, possam dar um contributo inestimável não só para a nossa segurança mas também para a das gerações vindouras. -----

*É um trabalho que não é fácil e não pode ser feito por decreto, nem de hoje para amanhã. **Mas urge começar.** -----*

Disse” -----

--- O Senhor Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) após cumprimentar todos os presentes fez a intervenção que se transcreve: (doc.09) -----

"Trago a esta reunião um assunto relacionado com uma coletividade do Teixoso. -----

Há mais de 50 anos o Grupo Desportivo Teixosense construiu um campo de jogos num terreno pertencente à família Maia Campos, que o cedeu, a troco de uma renda que deixou de ser paga em 1999 porque, alegaram na altura, o senhorio não emitia o recibo do pagamento das rendas. -----

Nos anos 90 a senhoria comunicou à Junta de Freguesia do Teixoso e ao Grupo Desportivo as condições para uma possível doação ou cedência do terreno à autarquia. -----

Em 2005, a mesma senhoria, denunciou o contrato de arrendamento, solicitando a restituição do terreno, onde se encontra o campo de futebol. -----

Houve um diferendo entre as partes, e em 2010 o tribunal determinou que o Teixosense entregasse o campo de futebol à família Maia Campos. -----

Desde 2010, e até hoje, passaram 11 anos. O campo de futebol não foi entregue à família e também não são pagas rendas. -----

A atual direção do Grupo Desportivo Teixosense, no início deste ano, deu-nos conhecimento que reuniu algumas vezes com a Câmara Municipal e o advogado ligado ao município que trata deste assunto. -----

Assisti nos jantares de aniversário do Teixosense a vários discursos de compromisso, nomeadamente no dia 8 de março de 2016, fez esta semana 5 anos, onde o Sr. Presidente da Câmara manifestou o seu empenhamento na resolução deste processo para que o Teixosense possa ter um campo de futebol. -----

A pergunta que se impõe é a seguinte: -----

Em concreto em que se traduziu esse envolvimento anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara em 2016? -----

Que resultado visível nos pode passar desse seu envolvimento para que o Teixosense possa resolver o problema do Campo de Futebol? -----

Penso que todos estamos de acordo com a necessidade do Teixoso ter um campo de futebol e, porque não dizê-lo, ter um campo de futebol de relva sintética. Essa é também a ambição da Direção do Grupo Desportivo e dos teixosenses. -----

Ter um campo de futebol de relva sintética não é só uma necessidade do Teixoso é também uma necessidade do concelho porque existem muitos atletas covilhanenses que praticam futebol nos concelhos vizinhos porque encontram aí condições para o fazer. -----

O Grupo Desportivo Teixosense tem uma longa história desportiva, essencialmente na modalidade de futebol, que segundo nos foi transmitido por esta Direção, quer reativar no atual campo de futebol ou num outro terreno a definir. -----

Para resolver este problema é preciso mais vontade política do que dinheiro. -----

Depende da Câmara transformar essa vontade em algo concreto para que os problemas não se arrastem ao longo de anos-e-anos. -----

Marco Aurélio Silva -----

Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

De seguida, o Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva** propôs um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor **Dr. Álvaro Rascão Ferreira Pinto**, com o seguinte teor: **(doc.10)** -----

“O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um Voto de Pesar pelo falecimento no passado dia 29 de janeiro, aos 85 anos, do Dr. Álvaro Ferreira Pinto. -----

Álvaro Rascão Ferreira Pinto foi um Ilustre médico, militante do PSD Covilhã desde 1976, com relevante participação na vida cívica e na política local. -----

Nascido em 8 de junho de 1935, licenciou-se em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra em 1960 e especializou-se em Urologia em 1964. Em 1967 iniciou a direção do serviço de Urologia no Hospital Distrital da Covilhã, tendo um contributo fundamental na criação deste que foi o primeiro serviço de urologia do distrito. -----

Médico de excelência, reconhecido e prestigiado urologista muito para além dos limites regionais, e um verdadeiro humanista, dedicou-se à profissão e aos seus doentes e também às causas cívicas e à política. -----

Foi Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã entre 1998 e 1999, Vereador da Câmara Municipal da Covilhã com o pelouro da Educação, Cultura e Saúde, e esteve ligado a entidades de índole social como Santa Casa da Misericórdia. -----

Pelos seus méritos foi homenageado diversas vezes. Em 2002 foi agraciado com medalha de ouro de mérito pela Câmara Municipal da Covilhã em reconhecimento do seu contributo para o prestígio do concelho, em 2009 foi condecorado pela então ministra da saúde, Ana Jorge, com uma medalha de ouro, pela sua intervenção no domínio da Saúde em Portugal, e em 2018 foi homenageado pela Ordem dos Médicos. -----

Cidadão e profissional exemplar, Homem de uma fibra inigualável sempre disponível para ajudar o seu Concelho, deixa saudades a todos os que com ele lidaram. -----

O nosso Concelho, a nossa cidade e a nossa região irão sentir a falta de ouvir as suas opiniões sempre diretas e assertivas. -----

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento; -----

- Endereçar à família enlutada, as sentidas condolências.” -----

--- A Senhora **Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP)** fez a intervenção

que se transcreve: **(Doc.11)** -----

“EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ -----

EXMOS SENHORA E SENHORES VEREADORES -----

EXMOS. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

EXMO. PÚBLICO -----

EXMOS SENHORAS E SENHORES JORNALISTAS -----

Senhor presidente, ainda há bem pouco tempo atrás o senhor indicava – e bem – que o apoio ao cidadão incapacitado era uma das principais preocupações da autarquia. Fê-lo na presença da senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, a Dra. Ana Sofia Antunes. -

No entanto, já cumpriu praticamente mais um mandato e as instalações municipais continuam a negar um acesso condigno a diversos cidadãos. -----

Repara o senhor que se um deputado municipal, um vereador ou mesmo um presidente de câmara observar um problema de locomoção, o mesmo não pode entrar na nossa Assembleia Municipal. Não existe acesso. Não existia acesso e não existe acesso. Certo que temos rampas, mas como entra para a sala, ou o cidadão incapacitado só se considera como presença possível no público? -

Vimos a necessidade de criar pseudo-ciclovias que depois se transformaram em erros de empreiteiros, e mais tarde em pinturas de bicicletas nas faixas das vias rodoviárias. -----

Assistimos a vereadores apresentar com toda a pompa e circunstância uma nova filosofia de ciclovias e – vergonha alheia – não se sentir desalinhado com o que o exercício do cargo público considera avisado. -----

Observamos esta necessidade, embora aqui, felizmente, o adjetivo do executivo não tenha sido de pioneirismo, de apresentar-se ao serviço da mobilidade pelas ciclovias numa cidade de montanha e que vê, quais pinturas rupestres, as suas ruas semi-enfeitadas (porque a chuva vai levando a tinta) com símbolos de bicicletas. -----

E os cidadãos incapacitados? Ou considera que são cidadãos não merecedores da sua atenção? Só servirão para as palavras bonitas quando o Poder central nos visita? -----

Desculpe o desabafo, mas o senhor sabe perfeitamente o estado das nossas ruas e dos nossos edifícios, o cidadão incapacitado no acesso ao edifício da câmara só encontra entraves. Basta de entraves senhor presidente. Está na hora de dar significado às suas palavras. -----

Tenho dito. -----

Tereza Fazendeiro -----

(Deputada Municipal eleita pelo Movimento DNCCP)” -----

--- A Senhora Eng. Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) após apresentar cumprimentos fez

a intervenção que se transcreve: **(doc.12)** -----

"A visão estratégica de desenvolvimento e crescimento de uma cidade é fundamental. Nos investimentos feitos por uma autarquia é importante pensar os espaços, de forma a que as valências criadas sejam funcionais e efetivamente usufruídas pela população a quem se destina. -

A título de exemplo poderíamos falar de inúmeros espaços pouco funcionais, mal concebidos para a sua utilização e que ficaram aquém da expectativa dos covilhanenses e que este executivo tem procurado identificar e reabilitar, de modo a que efetivamente sirvam a população. Por exemplo o jardim do lago, que com o campo de jogos e parque infantil ganhou uma procura maior após a intervenção de 2017. -----

Contudo, o que foca esta minha intervenção é enaltecer esta visão estratégica, de mobilidade e de inclusão que o executivo tem procurado desenvolver. -----

Em primeiro lugar começo por falar, na empreitada que decorre no pelourinho, que permitirá facilitar a circulação de pessoas com mobilidade reduzida e invisuais no centro da cidade, um investimento da Câmara da Covilhã no valor de 132 mil euros. Mais uma vez, uma obra que recorre ao financiamento a 85% de fundos comunitários, a juntar aos restantes equipamentos, em fase de finalização no centro da cidade, como centro de inovação cultural, centro de incubação e empreendedorismo ou o museu da cidade. -----

A nossa cidade tem uma orografia que dificulta este desenvolvimento de percursos acessíveis, inclusivos e seguros nas ligações aos principais serviços e equipamentos públicos, mas é um trabalho necessário e para o qual o Sr. Presidente e este executivo mostra sensibilidade para a inclusão de todos os concidadãos. -----

Ainda em termos de mobilidade, este executivo mostrou ao longo deste mandato uma visão estratégica, inovadora para a mobilidade urbana, procurando uma solução que integrasse transportes públicos e equipamentos, e permitindo uma interligação entre autocarros, funicular, elevadores, bicicletas elétricas numa perspetiva complementar e voltada para utilizador. Seja este utilizador um habitante da Covilhã, que se desloca de casa para o trabalho, serviços ou comércio, ou seja um turista que pretende deslocar-se para explorar a nossa cidade e/ou as Penhas da Saúde, cuja ligação é atualmente inexistente. -----

Porque o assunto foi tema recorrente, durante muitas Assembleias Municipais, inspirando muitos arautos da desgraça a virem a esta tribuna zurzir no Presidente da Câmara Municipal e na maioria do Partido Socialista, desqualificando o concurso internacional do Sistema de Mobilidade da Covilhã, faz todo o sentido que agora, nesta Assembleia, e findo o prazo para apresentação de propostas, se dê uma nota sobre o que já se sabe do concurso. -----

E o que já se sabe do concurso internacional do Sistema de Mobilidade da Covilhã é que teve 8 concorrentes e foi o concurso de transportes a nível nacional com mais interessados. -----

Ouviram bem, o concurso de transportes a nível nacional que teve mais concorrentes interessados. Do que também sabemos, o concurso corre agora os trâmites processuais normais até que seja aprovado no Executivo Municipal, no Tribunal de Contas e finalmente nesta Assembleia. -----

Não podendo tecer ainda considerações sobre a qualidade das propostas apresentadas, há uma coisa que nos parece evidente. -----

O modelo proposto pelo Senhor Presidente para o novo Sistema de Mobilidade da Covilhã não pode ser assim tão mau e desadequado como o pintou a oposição, ou certamente não despertaria tanto interesse dos operadores do setor. -----

Aguardemos, portanto, serenamente o trabalho do Júri e a apreciação dos órgãos competentes para que a seu tempo esta mesma Assembleia se possa debruçar e apreciar a proposta vencedora e conhecer todas as propostas apresentadas. -----

Queremos reafirmar que continuamos a acreditar que este modelo para a nova concessão de mobilidade para a Covilhã, nos irá posicionar na vanguarda das políticas de mobilidade nos territórios e como pioneiros de um modelo que acreditamos irá ser adotado genericamente no futuro, isto é, a mobilidade como um serviço ao dispor do cidadão e centrado no seu conforto e necessidades.” -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** após apresentar cumprimentos fez uma resenha das intervenções dos oradores que o antecederam, referindo: -----

“Eu estava ali sentado, ouvi com tenção as intervenções antecedentes, gosto de ouvir as intervenções de toda a gente, já não gosto tanto que as pessoas venham aqui fazer as suas intervenções legítimas e depois se ausentem e não ouçam as intervenções das pessoas que o seguem. -----

Eu estava a ouvir com atenção, estava a pensar sobre o sentido das intervenções, ou pelo menos de algumas intervenções, especialmente algumas intervenções, estou-me a lembrar de memória de uma intervenção que vem dizer aqui que nós sociedade, que nós pessoas da comunidade portuguesa somos então os responsáveis, os grandes responsáveis pelas infelizes mortes causadas pelo COVID, esquecendo-se, essa pessoa que fez essa intervenção, que estava a incluir as pessoas que na primeira linha estão a defender o País e os portugueses e que tinha acabado inclusivamente de relevar em termos de comportamento cívico, mas são as vicissitudes das incongruências próprias do discurso oral e portanto, é o que temos. -----

Como também me estava a recordar relativamente a uma intervenção de um Deputado que agora não está cá, que falava de liderança e de resposta à pandemia e eu estava também com dificuldade em perceber qual era o sentido dessa afirmação, dessa intervenção porque daquilo que eu até escrevi aqui, na Covilhã, para de no País, na Covilhã fez-se muito em relação à pandemia, então fez-se uma luz, acendeu-se e percebi ah, já sei provavelmente o Senhor estaria a pensar em mudar as prioridades da vacinação e fazer incluir os Senhores dirigentes das IPSS na primeira fase da vacinação, provavelmente foi essa a intenção do Senhor Deputado que veio cá dizer que o que se fazia relativamente à pandemia neste Concelho. -----

Mas eu venho falar é de coisas positivas, das coisas que se fazem no Concelho, coisas boas para os Covilhanenses, coisas boas para as crianças da Covilhã. Isso é que é importante! O resto é como se costuma dizer a espuma dos dias e pouco ou nada interessa para a vida de todos nós. -----

E digo então que é sempre motivador perceber que o Concelho da Covilhã progride e melhora a qualidade de vida dos Covilhanenses. Mais, melhora a qualidade de vidas das nossas crianças. É verdade, das nossas crianças! -----

Estou a falar da remoção do amianto das Escolas, estranhamente ninguém veio aqui dizer nada sobre o amianto nas Escolas da Covilhã, ainda não ouviu aqui ninguém falar do amianto, falo eu.

Finalmente vai ser removido o amianto das Escolas da Covilhã, não é notícia? Eu acho que sim. É mais notícia isto do que os *fait divers* que vão aparecendo na Comunicação Social sobre isto e sobre aquilo com que alguns se vão entretendo na vida pública covilhanense. -----

Quando falamos de remoção de amianto, estamos a falar de uma história de quinze anos, ou mais, mas pelo menos de quinze anos, porque é o temos que nós temos de proibição de utilização deste material. -----

Eu lembro-me bem, porque eu era presidente da Associação de Pais da Pêro da Covilhã, nessa altura. Lembro-me bem dessa luta, lembro-me bem de falarmos muito sobre a necessidade de remover esse amianto e foi uma opção da liderança atual do Concelho da Covilhã. -----

Vão ser investidos, diz o jornal, 300 mil euros nesta questão do amianto. Portanto, pode-se concluir que nesta Câmara gostam das Crianças, gostam das Escolas, esta equipa camarária gosta, faz investimento e ninguém e não vejo ninguém vir aqui dizer que, sim senhor foi feito investimento nas Escolas. -----

Queria dizer, também, que passou um ano sobre o início da Covid-19, muita incerteza, muito tatear, mas também muita vontade de fazer bem e de acudir ao outro. Alguns, alguns, poucos, abusos moralmente inaceitáveis e que apenas permanecerão na má consciência de quem os praticou. --- Muito de querer fazer bem e muito bem feito! -----

Não posso deixar de relevar a excelente colaboração entre a Câmara Municipal da Covilhã e os seus Dirigentes, especialmente foco-me aqui na figura do Senhor Presidente o Dr. Vítor Pereira e as Entidades de Saúde Pública também com especial destaque para o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, cujo Dirigente máximo está aqui na sua qualidade de Presidente da Mesa desta Assembleia. E falo do quê? Falo dos Centros de testagem, dos Centros de testagem que estão aí, onde foram feitos muitos testes à Covid-19; falo do permanente controlo da situação pandémica, aqui na Covilhã, pelo Centro Hospitalar da Cova da Beira, que chegou a receber doentes de Lisboa, de Coimbra, de Setúbal, de Vila Franca de Xira e de Viseu; falo também do programa de vacinação em curso no Centro Hospitalar, já com cerca de mil Funcionários Hospitalares vacinados; falo do Centro de Vacinação instalado pela Câmara Municipal no Pavilhão da ANIL; falo dos centros de hospitalização de retaguarda, já estão prontos, nomeadamente o Centro instalado no Seminário do Tortosendo; falo de uma notícia recentíssima, do estudo de imunidade em curso que tem como alvo os idosos residentes em Lares e que é promovido pelo Centro Hospitalar e falo das Funcionárias da Câmara Municipal que se disponibilizaram para ir trabalhar para as IPSS's, destas ninguém falou também. Isto não é ser Líder, isto não é ter liderança no ataque ao COVID? Não, não é! É outra coisa qualquer, havemos de lhe arranjar um nome; falo de mais de 200 refeições fornecidas pela Câmara Municipal aos nossos Alunos e falo das medidas de apoio a particulares e Empresas que estão aí em vigor e que consta do Despacho do Senhor Presidente da Câmara, mas também falo dos silenciosos voluntários, dos voluntários que trabalham todos os dias em silêncio sem facebook, sem twitter, sem fotografias, falo desses, muitos que começaram há um ano na bolsa de voluntariado da Câmara Municipal e eu gostava de lá ter visto alguns dos que agora vêm dizer que não há liderança. Gostava de ter lá visto, quando não era possível perceber o que nós tínhamos à frente, quando o COVID era uma incógnita e que ficaram em casa e não foram para a frente, voluntariando-se para a bolsa. É disso que eu falo e dos outros todos que andam aí na Cruz Vermelha e nas outras Instituições, anonimamente. Desses é que eu quero falar, não é dos que aparecem no facebook, e desses ninguém cá vem falar! -----

Senhor Presidente penso que parece pacífico, pelo menos na minha mente parece-me pacífico, é efetivamente pacífico que as Autoridades Locais, a Câmara Municipal, a equipa da Câmara, os funcionários da Câmara, a equipa do Centro Hospitalar, as equipas dos Centro de Saúde, todos estão de parabéns no combate ao COVID, todos, todos! Todos tem sido Líderes ao nível necessário para responder ao COVID. -----

Portanto, eu indigno-me quando se vem aqui dizer com todo o descaramento que não há liderança na Covilhã relativamente à resposta à COVID. Não há liderança? Mas por quem é que nos tomam? Onde é que essa gente tem andado? -----

Termino agradecendo expressamente e com toda a veneração às Entidades que referi, à equipa da Câmara, à equipa do Centro Hospitalar, a todas as pessoas e profissionais que têm estado a trabalhar em prol da Comunidade e gratuitamente de forma pro bono e na escuridão do anonimato. Curvo-me perante todos porque não havia outra forma de responder que não esta e quem se julga maior que os outros e melhor que os outros que se apresente, mas que se apresente com medidas ou com propostas concretas, que diga o que quer, não só criticar pela crítica pura e simples, que diga o que quer e que se mostre, que vá às Instituições. Ainda não vi ninguém ir às Instituições, pelo menos à minha ainda ninguém lá foi bater à porta. A minha trata com crianças, as mais vulneráveis de todas, já alguém lá bater à porta? Zero! E depois vêm para aqui dizer que não há liderança. -----

Muito obrigado, Senhor Presidente” -----

--- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** após cumprimentar todos os presentes felicitou o Partido Comunista pelo centenário, dizendo: -----

“Primeiro para dar os Parabéns ao Partido Comunista pelo seu centenário e pela sua coerência. Pela sua coerência, quando ontem apresentou na Assembleia da República um Projeto Lei para a criação e reposição das Freguesias que acabaram com a Reforma Administrativa de 2013. ----- Também dizer que é triste vermos o PS, o PSD, o CDS, o IL, o Chega, votar contra e não terem permitido que nas próximas Eleições Autárquicas, em outubro, já tivéssemos as Freguesias repostas. É grave, porque nas últimas Eleições Legislativas todos disseram e todos concordaram com a reposição das mesmas, mas continuam a enganar o Povo. Nós somos coerentes, continuamos a lutar por aquilo a que temos direito. Na Covilhã existe a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, Casegas e Ourondo, Barco e Coutada, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Sarzedo, Vale Formoso e Aldeia do Souto, Cantar Galo e Vila do Carvalho, se formos perguntar, em todas as Freguesias, todos os Fregueses vão dizer, claramente, que querem a reposição. Na minha Freguesia, o Executivo e Assembleia, temos tentado levar a bom porto as ideias e o desenvolvimento da União de Freguesias, mas temos consciência que tanto no Peso como em Vales do Rio as pessoas querem a reposição da Freguesia. -----

Hoje venho aqui para marcar esse tema e para continuar a dizer a quem for para as nossas Freguesias que tenham cuidado com os buracos, porque estamos à espera da Estrada Municipal 513 alcatroada entre o Peso e Vales do Rio. -----

Obrigado” -----

--- A Senhora **Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** após apresentar cumprimentos propôs

cinco **Votos de Pesar** que, a seguir, se transcrevem: **(Docs.13, 14, 15, 16 e 17)** -----

*“Voto de Pesar pelo Falecimento de **João dos Santos Saraiva**, 72 anos, mais conhecido por “Beja”, um homem participativo que colocou as suas capacidades ao serviço dos outros. -----*

Foi Sócio Fundador do CCD Arsenal de São Francisco da Covilhã, onde exerceu várias funções sendo, à data do seu falecimento, o Presidente desta coletividade. -----

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de silêncio em sua, devida, homenagem.” -----

*“Voto de Pesar pelo Falecimento de **Carlos Alberto Bicho Sena Monteiro**, um homem ativo e colaborante que colocou as suas capacidades ao serviço dos outros. -----*

Foi o primeiro Presidente da extinta Junta de Freguesia da Conceição, foi Tesoureiro dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e sócio de mérito, recebeu as Medalhas de Ouro e de Prata da Liga dos Bombeiros Portugueses e foi dirigente do Sporting Clube da Covilhã e de várias associações da Covilhã. O seu longo percurso foi pautado pela seriedade e pela dedicação à nossa cidade. -----

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de silêncio em sua, devida, homenagem.” -----

*“Voto de pesar pelo falecimento do **Dr. Álvaro Ferreira Pinto**, de 85 anos. -----*

Foi um prestigiado urologista tendo sido um dos responsáveis pela criação do primeiro serviço de Urologia do Distrito de Castelo Branco. -----

Além de ser um profissional de excelência, foi também um cidadão interveniente tendo sido Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Por tudo isso foi, há 19 anos, muito justamente, distinguido com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal pela autarquia covilhanense. -----

A título de reconhecimento do contributo que deu à Cidade da Covilhã, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de silêncio em sua, devida, homenagem.” -----

*"Voto de Pesar pelo Falecimento de **José Armando Galhano Malaca**, de 82 anos. -----
Foi Diretor do Clube Nacional de Montanhismo e Tesoureiro da extinta Freguesia de S. Martinho. -
Foi sócio fundador do CCD Leões da Floresta, onde chegou a exercer as funções de Presidente da
direção. -----*

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

*O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de
silêncio em sua, devida, homenagem." -----*

*"Voto de Pesar pelo Falecimento do **Dr. José Sampaio Lopes**, de 77 anos. -----*

*Dedicou muito da sua vida ao Poder Local democrático, tendo exercido com competência e retidão,
as funções de Vereador e de Presidente da Câmara Municipal do Fundão de quem recebeu, em
2016, a medalha de ouro da cidade. Do seu longo percurso dedicado à causa pública, destacam-se
ainda as funções de Governador Civil de Castelo Branco e de deputado na Assembleia da República.*

*A título de reconhecimento do valioso contributo que deu a esta região, apresentamos este voto
de pesar. -----*

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

*O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de
silêncio em sua, devida, homenagem." -----*

*--- Colocados à votação os **Votos de Pesar (docs.06, 10 e 15)**, subscritos por todas as Bancadas,
pelo falecimento do Senhor **Dr. Álvaro Rascão Ferreira Pinto** foram aprovados por unanimidade
e guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----*

*--- Colocados à votação os **Votos de Pesar (docs.13, 14, 16 e 17)** pelo falecimento dos Senhores:
**João dos Santos Saraiva; Carlos Alberto Bicho Sena Monteiro; José Armando Galhano Malaca e
Dr. José Sampaio Lopes**, foram aprovados por unanimidade e guardado um minuto de silêncio
em sua memória.-----*

MOÇÕES

*--- A Senhora Doutora **Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** propôs uma homenagem às Mulheres,
com o seguinte teor: **(doc.18)** -----*

“Homenagem às Mulheres -----

No passado dia 8 de março assinalou-se mais um Dia Internacional da Mulher. -----

Este dia, que teve origem na manifestação das mulheres americanas por melhores condições laborais e pelo direito ao voto, celebra-se desde 1909 em dia variado, dependendo do país, até que em 1975 a ONU designa esse ano como o Ano Internacional da Mulher e adota o dia 8 de Março como Dia Internacional da Mulher. -----

Este Dia que teve origem em lutas do século passado, continua a ser necessário e atual, porquanto e apesar de Homem e Mulher seres iguais, com idênticos deveres e direitos, a realidade é que o desenvolvimento das sociedades foi e está construído com base num conjunto de preconceitos machistas que tenta colocar a Mulher num plano menor ou inferior face ao Homem, e que ainda hoje mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, existe. -----

Este preconceito enraizado e assimilado por muitas gerações é injusto e inaceitável e não pode descansar qualquer progressista defensor dos valores da justiça, da liberdade e da igualdade. ---

Dito isto, pretende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã reiterar o seu compromisso programático com medidas e ações que promovam a igualdade entre Homens e Mulheres e combatam a discriminação, de qualquer tipo e nas mais variadas áreas, que ainda hoje atinge muitas Mulheres. -----

Aproveitamos também para formalmente nesta Assembleia homenagear todas as Mulheres - em especial as do nosso concelho - que têm desde logo e ao longo dos anos lutado por esta causa e, neste ano de pandemia, a todas as Mulheres que nos mais diferentes papéis - pessoais e profissionais, como mães, cuidadoras e outros - têm sido um pilar essencial no combate a esta emergência sanitária e nos têm ajudado a sobreviver a estes tempos estranhos. -----

Propomos, simbolicamente, que esta homenagem seja feita por esta Assembleia com (um minuto simbólico de) uma calorosa salva de palmas.” -----

--- Colocada à votação a Moção **Homenagem às Mulheres** foi a mesma **aprovada por maioria com 41 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD, PCP e Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 1 abstenção (Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto).** -----

Foi Feita Declaração de Voto -----

- Senhora Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP): -----

“Eu gostava de lhes explicar porque é que me abstive em relação às duas Moções que os Senhores apresentaram. -----

Eu aprecio a benignidade das Moções que os Senhores põe em cima da mesa e tenho a noção das dificuldades que é ser mulher hoje em dia, provavelmente como todas as mulheres nesta sala. ----

O que me parece é que, muitas vezes, este tipo de situações é feito de maneira a acalmar as consciências das pessoas e a pensarmos que estamos de facto a fazer alguma coisa em prol da situação das mulheres, quando isso não acontece. -----

Eu continuo a sentir que a discriminação positiva é um insulto. E, portanto, não consigo votar a favor deste tipo de situações, peço desculpa por isso, compreendo porque é que o fazem, mas não consigo aceitar isso. -----

Muito obrigada!" -----

--- O Senhor Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP) apresentou uma **Moção de Saudação às Mulheres**, que se transcreve: (*doc.19*) -----

"Moção -----

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -----

Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações-----

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica, social e cultural. -----

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em Copenhaga no ano de 1910, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de acção das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação. -----

Os objectivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se, infelizmente, actuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência nem a das suas crianças. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras. -----

O 8 de Março assume-se também pelo facto, de transportar para o tempo presente, um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um factor de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, mas essencialmente, é um dia para assinalar uma luta que é de todos (mulheres e homens) e de todos os dias. -----

O poder local democrático tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975. O poder local pode ter, se para tal houver sensibilidade, especial relevo na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência, as autarquias ... algumas delas..., têm tido um papel importante, na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais. Ainda que muito haja, todavia, a fazer noutros e no nosso município. -----

Assim... -----

Neste órgão autárquico, queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho da Covilhã. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 12 de Março de 2021, saúda, principalmente às mulheres, mas também aos homens imbuídos de sentido democrático, para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemoraram o Dia Internacional da Mulher por todo o País, e aquelas e aqueles que amanhã estarão presente na manifestação do MDM em Lisboa, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações, todos os dias. -----

Os proponentes: Eleitos do PCP" -----

*--- Colocada à votação a Moção **Dia Internacional da Mulher – 8 de Março Homenagem às Mulheres Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações** foi a mesma **aprovada por maioria com 41 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD, PCP e Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 1 abstenção (Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto).** -----*

Foi Feita Declaração de Voto -----

- Senhora Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP): -----

"Eu gostava de lhes explicar porque é que me abstive em relação às duas Moções que os Senhores apresentaram. -----

Eu aprecio a benignidade das Moções que os Senhores põe em cima da mesa e tenho a noção das dificuldades que é ser mulher hoje em dia, provavelmente como todas as mulheres nesta sala. ----

O que me parece é que, muitas vezes, este tipo de situações é feito de maneira a acalmar as consciências das pessoas e a pensarmos que estamos de facto a fazer alguma coisa em prol da

situação das mulheres, quando isso não acontece. -----

Eu continuo a sentir que a discriminação positiva é um insulto. E, portanto, não consigo votar a favor deste tipo de situações, peço desculpa por isso, compreendo porque é que o fazem, mas não consigo aceitar isso. -----

Muito obrigada!" -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** antes da intervenção agradeceu os votos de congratulação pelo centenário do PCP. -----

Referiu que concordam com o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Ferreira Pinto, enquanto profissional e, também, enquanto Homem que teve a sua participação na vida pública e exerceu funções neste Órgão, gostavam de o subscrever. -----

Referiu, também, que estão de acordo com todos os Votos de Pesar e os votam favoravelmente, mas que deveriam ser definidos critérios. -----

"Dizer à Senhora Eng.ª Catarina que, no âmbito do tal projeto Concurso de Mobilidade, se a Câmara lá colocasse mais um milhão de euros, possivelmente em vez de 8 ou 9 concorrentes iríamos ter 10 ou 15. Portanto isso depende muitas vezes das vantagens do concurso. -----

Dr. Pina Simão dizer-lhe que a remoção do fibrocimento é uma medida do Orçamento de Estado que delega nas Autarquias Locais. -----

Não me venha dizer que é o único que fala nessa situação, porque por acaso eu tenho noutra intervenção a referência a essa intervenção. -----

Em relação à vacinação quero-lhe dizer que reconhecemos e também valorizamos o esforço de todos os profissionais que estiveram na primeira linha, nesse esforço da vacinação; valorizamos aquilo que a Autarquia, dentro das suas possibilidades, fez. -----

A vacinação na ANIL traz problemas na medida em que foram convocados Idosos, das Freguesias Rurais, para dias em que não existem transportes públicos o que colocou vários problemas no transporte dessas pessoas, no sábado. -----

Seria desejável que houvesse uma maior descentralização dos locais de vacinação, nomeadamente existem várias extensões dos Centros de Saúde que estariam em condições de fazer a testagem e a vacinação." -----

De seguida deu início à intervenção e dizendo: -----

A minha intervenção tinha a ver com a questão das Freguesias e o que se passou ontem na Assembleia da República. E, eu passava a ler uma Declaração de Voto apresentada pela Senhora Deputada Paula Santos no âmbito da não aprovação do Projeto Lei do PCP, que visava tão só a calendarização do processo para audição das Populações. No sentido das Populações dizerem da sua vontade quanto à manutenção das Uniões de Freguesia, que actualmente existem ou da sua vontade quanto à criação da Freguesia ou, digamos, a desanexação das Uniões feitas à pressão, feitas a martelo, feitas sem ouvir as Populações. Passo a ler: -----

*A iniciativa legislativa do PCP era a solução para estabelecer o procedimento e os prazos que permitem a reposição das freguesias, de acordo com a vontade das populações. -----
Com a rejeição do projeto de lei do PCP, perdeu-se a oportunidade de repor as freguesias, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, a tempo do próximo ato eleitoral para as autarquias locais. -----*

O PS, o PSD, o CDS, o PAN, o Iniciativa Liberal e o Chega são os responsáveis pela não-reposição das freguesias extintas nas próximas eleições para as autarquias, como reivindicam as populações e os órgãos das autarquias locais, posição expressa em centenas e centenas de moções, abaixo-assinados, petições e ações de luta, de norte a sul do País. -----

O PCP contribuiu com soluções concretas para repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações. Já o PS e o PSD estiveram, nestas últimas semanas, mais preocupados em encontrar pretextos para impedir que o processo de especialidade decorresse de forma profícua, como era necessário e como se exigia. -----

O Governo, por um lado, com a entrega tardia da proposta de lei na Assembleia da República, e o PS e o PSD, por outro lado, procurando protelar o normal andamento dos trabalhos na comissão, impediram, hoje, com o chumbo da proposta do PCP, um processo legislativo em tempo útil para permitir a reposição das freguesias. -----

Ficou claro que, mesmo havendo vontade das populações, as freguesias não serão repostas por falta de vontade política do PS, do PSD, do CDS, do PAN, do Iniciativa Liberal e do Chega. -----

O PCP, honrando os compromissos assumidos com as populações, continuará a intervir no sentido da resolução dos problemas criados com a extinção de freguesias imposta pelo PSD e pelo CDS e mantida pelo PS, e continuará a lutar em defesa da reposição das freguesias, de acordo com a vontade das populações. -----

Disse” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** antes de apresentar a Moção disse: “No início do POD fiz uma proposta à Mesa, para que houvesse uma divisão deste Período, para que facilitasse a condução dos trabalhos, a mesma não foi observada e eu queria aqui partilhá-la com toda a Assembleia. -----

Propus que as intervenções políticas, que não trouxessem Moções ou Votos de Pesar, fossem separadas das Moções e dos Votos de Pesar, para que não houvesse depois discussões fora do normal, porque se esquece o que foi dito na Moção, ou porque se pede que se repita a leitura da Moção. E, eu creio que, é algo que nos traria uma melhor otimização dos trabalhos, Senhor Presidente. -----

Passou à apresentação da Moção, que se transcreve: **(doc.20)** -----

“Moção -----

Soubemos há dias que, no ano passado, a todos os títulos, excecional e com necessidades acrescidas de despesa e de investimento público, este governo não executou cerca de 7.000 milhões de euros que tinha previsto como despesa essencial no seu orçamento suplementar de 2020. -----

Mas houve mais despesa, certamente para acudir à emergência pandémica e às suas consequências. -----

E onde é que não se executou grande parte deste orçamento? -----

Desde logo na Segurança, onde ficaram por contratar os anunciados 2500 novos elementos das forças de segurança e onde se encerram "temporariamente" postos da GNR por falta de efetivos e condições. -----

Ainda há dias se denunciou o encerramento de postos da GNR no nosso distrito e mais concretamente os de Unhais da Serra e Paul no nosso concelho, no dia em que o Sr. Ministro da Administração cá vinha inaugurar uma "estrutura de retaguarda" do hospital de Castelo Branco... -----

O encerramento destes postos da GNR, já foi tentado em 2019 com outros pretextos... a propósito de reestruturações do comando territorial e agora a pretexto das necessidades da pandemia. -----

A verdade é que os postos não podem funcionar sem os efetivos nem as condições mínimas de utilização dos edifícios onde estão instalados. -----

E o que se sabe e constata é que, apesar de haver dinheiro, apesar de estar prevista a despesa, opta-se conscientemente por não o gastar onde é mais necessário e deixando assim ao abandono as populações do interior... -----

Este interior que apenas serve para encher a boca com palavras de ordem e de suposta solidariedade, mas que cada vez mais é objeto de discriminação e injustiça. -----

Neste momento e perante o brado e a indignação de ver os postos da GNR encerrados ou a atender por vídeo porteiro, lá se ordenou a sua reabertura, por agora... Mas mais uma vez sem os efetivos e sem as condições necessárias para garantir o seu funcionamento... -----

Ou seja, sem investimento, sem "efetivos" o interior continuará condenado a ser encerrado. -----

Atualmente, e perante os constantes desafios e mesmo ameaças, que existem e se nos deparam, acreditamos que não só um reforço do efetivo das forças de segurança disponível no concelho, mas também uma melhoria significativa das condições que este dispõe para o desempenho de funções é necessário. -----

É nossa obrigação assegurar que as questões de segurança sejam devidamente acauteladas, nomeadamente, para tentar evitar situações em que existem falhas com dimensões sempre trágicas com custos elevadíssimos em termos patrimoniais, mas sobretudo em termos Humanos Assim, a bancada do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal, reunida a 12 de março de 2021, que delibere o seguinte: -----

i) instar o Ministério da Administração Interna e o comando distrital a dotar todos os postos territoriais dos meios humanos, infraestruturas e equipamentos necessários ao seu funcionamento e ao exercício condigno das suas funções junto das populações do concelho. -----

ii) "recomendar" à Câmara Municipal que disponibilize todos os recursos municipais disponíveis e pugne junto do poder central para que se garanta o exercício condigno das suas funções junto das populações do concelho." -----

--- Colocada à votação a **Moção**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declarações de Voto -----

- Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: -----

“Nós votámos favoravelmente a Moção, que foi apresentada, porque em reunião que o PCP teve com o Senhor Comandante Distrital, ficou demonstrado a inexistência de carências e, a nível Concelhio apontou-se Unhais da Serra, Paul, Tortosendo, também se apontou o conjunto de burocracias que vão demorando o processo das intervenções que já deveriam estar, nalguns casos, executadas. -----

Portanto, concordando com a Moção, salientando também que uma das dificuldades da GNR, no Distrito, é a falta de efetivos, de meios, de pessoal, mas apelando à Câmara Municipal que não esteja à espera, como aconteceu no Tinte Velho.” -----

- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: -----

“Esta temática dos Postos da GNR do Tortosendo, do Paul e de Unhais da Serra, sempre mereceu da nossa parte a devida atenção. Inclusive, lembrar que houve aqui Moções, por nós apresentadas relativamente a esta questão. E, por isso, lembrar também que existia, para este ano, um orçamento aprovado para a construção, reconstrução e melhoramento das instalações, ou unidades Militares do Concelho da Covilhã, ligadas à GNR, e não se tem visto qualquer tipo de obra. -----

E dizer, mais uma vez, que temos que passar das palavras aos atos, o Interior não merece ser discriminado. Diga-se o que se disser o que está a acontecer, com a questão dos Postos, é uma discriminação. -----

De facto, nós temos que falar e quando nós falamos dos outros, quando nós criticamos Lisboa, nunca nos podemos esquecer de Unhais, Sobral de S. Miguel, Minas da Panasqueira, Sarzedo, Verdelhos e por aí adiante, porque de facto o nosso interior do Interior também merece ser tratado com a mesma preferência e com a mesma dignidade. E, portanto, esta questão da segurança, que é a questão dos Postos da GNR, merece do Estado o adequado tratamento e preocupação.” -----

- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: -----

“Quero apenas, em nome da Bancada do Partido Socialista, fazer Declaração de Voto sobre este assunto, explicando que nós votámos, sem qualquer reboço, favoravelmente esta Moção, pese embora tenha sido apresentada por uma Bancada da Oposição. -----

O Partido Socialista, naturalmente, sempre esteve na primeira linha da defesa e da exigência de melhores condições para o nosso território e também na questão da segurança da GNR. Aliás, já tivemos oportunidade, nesta Assembleia, de destacar e de louvar, em certa medida, aquilo que foi a intervenção da Câmara Municipal, nesta situação em concreto do encerramento dos Postos da

GNR, ainda que temporariamente, mas sobre tudo na requalificação de três Postos de GNR que estão a ocorrer no nosso Concelho e que cuja intervenção da Câmara Municipal foi determinante e é determinante para a requalificação destes espaços e para a melhoria da qualidade da segurança das nossas Populações. -----

E, portanto, foi sem nenhum problema que nós votámos favoravelmente a Moção e a Recomendação do CDS-PP, que recomenda e exige mais efetivos e melhores condições. É uma coisa que, para nós, não nos oferece nenhum problema e que, aliás, vem no esteio daquilo que temos feito nesta Assembleia e tem sido o trabalho do Partido Socialista nesta Câmara Municipal. Muito obrigado!" -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** após apresentar cumprimentos disse: -----

"Eu venho aqui hoje falar, mais enquanto cidadão do que até enquanto militante do Partido Socialista e elemento da Bancada do Partido Socialista, sobre uma questão que me preocupa, porque sou cidadão e democrata, que é o desgoverno total que a direita, no Concelho da Covilhã, vem apresentando. E, é uma coisa que nos preocupa, porque em democracia é importante haver alternativas e a direita na Covilhã está a navegar, está nervosa e a navegar à vista e sem vista. ---

Venho aqui recordar-vos aquilo que tem sido o percurso longo, atribulado e sem nexo, da preparação da candidatura Autárquica da direita na Covilhã. -----

Portanto, em setembro e outubro assistimos na Covilhã a um comunicado conjunto das três forças políticas da direita, de dois Partidos e o Movimento Independente, que tinham chegado a um princípio de entendimento para apresentarem um Candidato conjunto, volvidos dois meses, chegamos a dezembro e afinal já aparece um comunicado do PSD e do CDS, já desapareceu o Movimento De Novo Covilhã, portanto, o entendimento já se desentendeu. -----

Ficámos a saber em janeiro, por entrevistas do Presidente da Comissão Política Concelhia e Distrital do PSD e do CDS que o processo estava todo a correr muito bem, que já tinham muitos candidatos, que era uma coisa que estava adiantada e que estavam apenas à espera, segundo indicações do Partido, das Eleições Presidenciais para apresentarem um Candidato. As Eleições Presidenciais foram em 24 de janeiro, passou janeiro, passou fevereiro, o Presidente do PSD apresentou 100 nomes, dos quais só 98 é que estariam confirmados, da Covilhã nada. -----

Era um processo que estava muito adiantado, estava tão adiantado que (penso que o Senhor Deputado que já não está, que é hábito do PSD, ou é a pandemia, ou outra razão qualquer, vêm dar o bitaite e depois ausentam-se) pareceu-me, pelo menos, que no Teixoso já haverá Candidato. É que me pareceu que o Senhor Deputado Marco Aurélio estava, claramente, aqui a afirmar uma posição política para se apresentar ao Teixoso. -----

Se enquanto Socialista eu assisto a isto até com algum divertimento, a verdade é que enquanto Cidadão isto é penoso, porque a Democracia obriga a que haja alternativas a quem governa. E, a verdade é que a direita na Covilhã não consegue apresentar uma alternativa, um plano, não apresenta os Candidatos, não apresenta... eu não consigo perceber qual é que é a estratégia que aqui está... o que a mim me preocupa é o que se pode concluir de tudo isto, das duas uma, ou

quando as intervenções, ou as entrevista à Rádio do Senhor Deputado, hoje na qualidade de Líder do CDS e do Líder do PSD quando declararam à Rádio que estava o processo muito adiantado e que estava tudo tratado que iam apresentar candidatos em todas as Freguesias, que era uma coisa avassaladora, das duas uma, ou estariam a mentir que eu não creio, porque não faço isso dos Senhores e não faria esse julgamento, ou então traz uma consequência que é muito pesara para o Concelho da Covilhã – é que a coisa não está a correr bem e com certeza iremos contar com um Candidato de 2.ª ou 3.ª linha na direita na Covilhã, isso é mau para a Covilhã e é mau para a democracia. Obrigado.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** reagiu às intervenções anteriores e disse: -----

“Duas respostas numa intervenção. -----

Senhor Deputado Pedro deixe-me entrar no seu divertimento - eu não sei se o Senhor sabe, em política, o que é a direita e o que é a esquerda? Isto, para lhe responder que não é a primeira vez que o Senhor aqui diz – uns são da direita e outros são da esquerda, uns são bons outros são maus.

Eu duvido que o Senhor saiba, politicamente falando, o que é direita e o que é esquerda, mas deixo-lhe uma sugestão – preocupe-se com o Partido Socialista e deixe lá os da direita e os da esquerda.

Senhor Presidente, relativamente à intervenção anterior - confesso que não estava à espera que alguém viesse aqui falar da minha intervenção, referindo-se a um parágrafo que eu não sei se entendeu?! -----

É claro que não estava à espera que o Senhor Deputado viesse aqui falar da decisão do Governo do Partido Socialista, tomada no Natal e no Fim de Ano passado, relativamente ao confinamento, também inserto na minha intervenção e cujos resultados todos conhecemos. Mas eu repito e reformulo o parágrafo – lembrar e curvar-me perante a memória dos quase 17 mil Portugueses que pagaram com a vida a incapacidade da sociedade, de onde excludo o Senhor Deputado que levantou a questão, em lhes garantir atempadamente segurança e tratamento que lhes permitissem continuar entre nós. -----

Senhores Deputados, -----

Minhas Senhora e Meus Senhores, -----

Alguém na sociedade está seguro de que nunca, ainda que involuntariamente, contribuiu para a transmissão do COVID? -----

Tenho dito!” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** disse: *“Senhor Presidente são só dois pequenos esclarecimentos. -----*

Começar, aqui, pela última intervenção do Senhor Deputado Nuno Pedro, é evidente que estamos em democracia, mas de facto o que os Covilhanenses querem, neste âmbito é que se resolvam as

questões concretas. -----

Eu, com o devido respeito, vir aqui fazer uma intervenção sobre aquilo que a direita possa fazer ou não fazer?! Acho que isso para os Covilhanenses, neste momento, não é uma coisa que seja relevante. Mais, porque é que o Senhor fala da direita e não fala da esquerda? Está aqui a CDU e também não sabemos quem são os Candidatos. -----

A seu momento o Senhor terá conhecimento, se houve entendimentos, se não houve entendimentos e quem são os candidatos. O Senhor Deputado terá necessariamente conhecimento disso. -----

Agora, apraz-me registar que há uma preocupação, da sua parte, relativamente a esta temática, quanto a isso não há dúvidas nenhuma. -----

Outra questão - relativamente à intervenção do meu prezado colega e aqui "adversário" político, o Dr. Pina Simão. -----

Eu, relativamente à questão do amianto, com o devido respeito, aqui não recebo lições de ninguém e vou dizer porquê. Se calcorrearmos a intervenção do Movimento, é uma questão que nos tem suscitado imensas preocupações, aliás resulta das próprias atas que, inclusive já aqui aprovamos, fomos proponentes e mereceu a concordância de todos os Grupos sobre a questão do amianto. Mais ainda, sobre esta questão do amianto temos tido o cuidado, até, de contactar os responsáveis de algumas das Escolas que estão afetadas com este grave problema. E, daí a questão do amianto só não teve e não vai ter uma referência da nossa parte, porque entre o que é aprovado e o que é concretizado há sempre um longo caminho. -----

Portanto, quando esta situação seja efetivamente resolvida, nós estaremos aqui nesta Tribuna. Aliás, é a nossa forma de estar no Movimento, quando entendemos elogiar, elogiamos, quando entendemos criticar criticamos. Se chegar o momento de elogiar, pode ter a certeza, que seremos os primeiros a estar aqui a fazer esse elogio. -----

Por outro lado, relativamente à questão do voluntariado – eu também concordo que o voluntariado deve ser anónimo e neste campo, também, não recebo lições de ninguém, não recebo mesmo lições de ninguém. -----

E, posso dizer que se estivessem atentos à minha última intervenção, na anterior Sessão, fizemos aqui um elogio a todos aqueles que, de forma anónima, têm dado a cara e o seu contributo no combate da pandemia. A todos, mesmo a todos, desde os Presidentes das Instituições (com o devido respeito, não se pode aqui estar a falar de Presidentes das Instituições da forma como se falou) que são pessoas dedicadas, altruístas, dão o seu melhor, por vezes até expõe o seu património na resolução dos problemas de todos e, às vezes, colmatando uma necessidade que é da responsabilidade do Estado e lá andam as Instituições a fazer esse trabalho, quem diz solidariedade social, diz desportiva e felizmente, nesse campo, o Concelho da Covilhã é muito rico."-

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu: -----

"Eu, muito sinceramente, pensei se a intervenção do Deputado Nuno Pedro mereceria resposta ou não, mas acho que foram aqui ditas coisas que não podemos deixar passar em claro. -----

Acho que aquilo que referiu, em relação à falta de vista ou alguma falta de visão, por parte das forças da direita, deve ser certamente algum defeito de formação profissional que possa ter, porque a estratégia está bem clara e definida. Seguimos o caminho que escolhemos e definimos nós esse caminho. -----

Aconselhamos o Dr. Nuno Pedro que, caso queira ter intervenção nesse processo, é simples: saia do Partido Socialista e junte-se a um dos Partidos que citou. -----

Sinceramente, aquilo que notei na sua intervenção foi, efetivamente nervo, nervo, notava-se séria e honestamente algum nervo, provavelmente causado por esta alternativa que se está a criar e, penso eu, provavelmente por desconhecimento daquilo que lhe tocará a si, na sua família política, num futuro próximo. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** fez o seguinte contra protesto: -----

“Senhor Presidente venho aqui, em primeiro lugar, pedir desculpa ao Senhor Professor: desculpe-me sempre a minha ignorância, sempre me ensinaram nos bancos da escola, por onde passei, que muitas das vezes a arrogância é a arma dos fracos, mas desculpe-me sempre a minha ignorância no dia em que eu a tiver, porque tenho muita e muito terei sempre para aprender, não sei se será consigo. -----

Relativamente ao Dr. Luís Fiadeiro que esteve aqui a dizer, e bem, que é irrelevante para a Covilhã as escolhas que irão fazer à direita, que isso não interessava aos Covilhanenses, foi isso que o Senhor Doutor disse e, eu acho que de facto tem razão. -----

Relativamente ao Senhor Deputado João Vasco: eh pá, se precisar de uma ajuda diga, porque é aquilo que lhe digo, em democracia é importante haver alternativas, se precisar de uma ajuda estou disponível para lhe dar uma ajuda. -----

Tenho ainda outra coisa para lhe dizer e para vos dizer, é que também é interessante o desgoverno que há. É que da Bancada do PSD veio na primeira intervenção até da Assembleia Municipal a defender o candidato que nós já sabemos que o PSD não quer, isto é muito interessante. É assim que a direita está! -----

Obrigado. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP) colocou questões sobre o património industrial: **(doc.21)** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhor Provedor do Município, -----

Senhores Representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Senhoras e Senhores Municípes -----

O Tinte Velho foi demolido. Construção antiga, junto à Ribeira da Goldra, acolheu, a partir de 1759, a oficina de tinturaria com que o Capitão-mor Simão Pereira da Silva, negociante cristão-novo, contratador dos fardamentos do exército, viria a iniciar o seu complexo fabril na Covilhã, depois desenvolvido pelos seus herdeiros, de que se destacam seus genros, António e Manuel Pessoa de Amorim, que adjudicaram a exploração da Real Fábrica de Panos em 1820, que viria a ser fundida com a fábrica de Simão Pereira da Silva, tendo este conjunto sido mantido na família até 1885, ano em que foi alienado para instalação do Quartel de Infantaria 21. -----

Em 1939, passou a ser propriedade de “Francisco Mendes Alçada, Sucessores” e Aníbal Mouzaco Alçada, mas já desde 1923 que a “Tinturaria Alçada” iniciara a sua atividade. Nos anos seguintes, estendeu-se aos edifícios adjacentes, onde se incluiu o atual equipamento cultural municipal “A Tinturaria”. Após a montagem de novos equipamentos e a transferência de atividade para os edifícios adjacentes, o “Tinte Velho” ficou destinado a espaço de apoio e armazém da firma até 1996, quando cessou a atividade da empresa. -----

Era o último exemplar das primitivas oficinas de tinturaria instaladas na Ribeira da Goldra e agora foi demolido. Pode até lá ter ficado uma parede, mas já não é o mesmo. -----

Não vou discutir se o licenciamento da obra que o derrubou devia ter sido concedido ou não, ou se o Município podia ter voltado atrás ou não com o licenciamento, invocando interesse municipal, na sequência da proposta de Direção Regional de Cultura do Centro, de fevereiro de 2015, de classificação do grupo edificado como Conjunto de Interesse Municipal, da qual a Direção-Geral do Património Cultural, após despacho de concordância, deu conhecimento à Câmara Municipal da Covilhã, em 13 de maio de 2020. -----

A verdade é que o Município nem necessitaria desta proposta para avaliar do interesse do edifício. Desde o ano 2000 que existe um levantamento, a “Carta do Património Industrial da Covilhã”, feito pelo Grupo de Inventário do Património Industrial da Covilhã, na qual se propunha a classificação do conjunto industrial da Fonte do Lameiro, que incluía o “Tinte Velho”. O próprio Polis, onde estava

prevista uma intervenção em ambos os vales, da Goldra e da Carpinteira, estabelecia, no plano de pormenor da Ribeira da Goldra, a preservação do "Tinte Velho". -----

Por outro lado, o conjunto industrial da Ribeira da Carpinteira foi proposto pela CMC para classificação. Que plano existe para o conjunto industrial em vias de classificação e como se está a assegurar a salvaguarda do património no vale da Carpinteira? -----

E quantos aos outros edifícios de interesse patrimonial que existem por esta cidade? -----

O levantamento foi feito, cabe agora ao município assegurar a classificação destes edifícios, recuperá-los, administrá-los e divulgá-los como parte do seu património natural, cultural, paisagístico e urbanístico, exemplos da memória coletiva e afetiva de todos os covilhanenses e referências de um passado que se quer vivo, até na perspetiva da "Cidade Criativa" que aqui se pretende que venha a nascer. -----

Que exemplos como este sirvam para sensibilizar os técnicos dos departamentos municipais envolvidos em processos de licenciamento, mas também os responsáveis máximos da autarquia. Se a máquina do Estado é lenta e pesada, cabe à autarquia estar atenta e pronta a defender o património da cidade, que lhe confere carácter e singularidade. Tecer o futuro não significa desmanchar o passado. -----

Assim, o Grupo do CDS na Assembleia Municipal recomenda ao município que recupere a "Carta do Património Industrial da Covilhã" e faça dela o documento norteador da salvaguarda do património na Covilhã. -----

Muito obrigada. -----

- A Senhora Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP) referiu-se às micro e pequenas empresas e colocou as seguintes questões: -----

"Ao longo da última década tem havido uma perda progressiva de empresas no Concelho. -----

O número total de empresas em 2009, de acordo com o PORDATA, era de 4858 e passou em 2018 para 4510. A redução verificou-se particularmente em empresas com menos de 20 trabalhadores, que se qualificam como micro e pequenas empresas, algumas familiares. -----

Não encontrei dados sobre o que acontece a estas empresas na pandemia, até porque o real desastre económico só vai ser visto após o desconfinamento. -----

Apercebi-me da ausência de pagamento do silo auto durante este processo. Tenho referências a um processo de comércio online e a Câmara da Covilhã anuncia no seu site e redes sociais, como medida de apoio à economia local, a isenção do pagamento de taxas de esplanadas, a suspensão de processos de execuções fiscais e de contra-ordenações, a suspensão da taxa de encargos de cobrança por atrasos de pagamentos, isenção de juros de mora e a referida isenção de estacionamento. -----

O que está previsto para estas empresas e empresários não é muito e não ajuda a vida quotidiana das empresas, particularmente as mais pequenas. Quais são os processos de discriminação positiva, aqui sim precisamos de discriminação positiva, que estão a pensar fazer? -----

As micro e pequenas empresas, geralmente de carácter familiar, permitem uma transparência muito maior dos lucros e uma distribuição mais social dos mesmos, dado o carácter de proximidade patrão e empregado que apresentam, daí serem a base real de uma economia social. -----

A minha questão é para estas micro e pequenas empresas, com limitações de tesouraria, vamos usar as mesmas possibilidades que vamos dar às macro empresas e às grandes empresas que existem no Concelho? Ou vamos apostar preferencialmente nas multinacionais e numa economia de escravos para escravos em que o trabalhador é pago com um muito baixo salário que depois usa para comprar e dar lucros à mesma multinacional que o emprega? -----

E acreditem que aguardo com muita expectativa os planos do Senhor Presidente para esta situação. -----

Muito obrigada.” -----

- O Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) solicitou a resolução de situações existentes na União de Freguesias, nomeadamente: -----

- **Reparação da EB1 de Vales do Rio** (substituição do telhado, resolução do problema das casas de banho e, também do piso); -----

- Agradeceu e deu os parabéns aos Serviços, na pessoa do Senhor Presidente, pela reparação na **EB1 do Peso** que foi muito bem-feita, por trabalhadores da Câmara Municipal, pensa que o problema ficou resolvido de vez; -----

- **Sinais de trânsito** substituição na **Estrada Municipal 513**; colocação na **Ponte Peso-Pesinho** e, também, junto ao **Cemitério**, na Freguesia do Peso. -----

- O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) fez a intervenção que se transcreve: **(doc.22)** -----

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Da leitura da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal saliento as obras de reabilitação energética de edifícios de habitação social que segundo os residentes podem melhorar as condições de habitabilidade, sendo que existe a necessidade de intervenção no interior de algumas habitações degradadas com as infiltrações e humidades. -----

Mais uma vez se fazem obras, limitadas por programas e financiamentos demasiado estanques, que não resolvem as necessidades das pessoas. -----

De relevar a remoção do fibrocimento em 4 estabelecimentos de ensino e a promoção da acessibilidade inclusiva na praça do município, sendo necessário a implementação da -----

acessibilidade inclusiva em outros locais da cidade, e desde logo, no edifício municipal de acordo com as normas existentes de acesso a edifícios e serviços públicos por parte de cidadãos com mobilidade reduzida. -----

Foi justa e acertada a decisão de isenção de rendas de estabelecimentos municipais alugados nos meses de Dezembro 2020 a Março de 2021. -----

Quanto às obras -----

As revisões de preços são sempre indesejáveis...mas...acontecem....face a necessidades imprevistas nos projetos e cadernos de encargos. Entendemos os pequenos ajustamentos....de trabalhos a mais.... de valores residuais face ao montante adjudicado. -----

Não se entendem as revisões de preços de centenas de milhares de euros que indiciam a realização de trabalhos necessários, acredito, mas não previstos no projeto e caderno de encargos. Estou a falar, nomeadamente do Centro de Inovação Cultural. -----

Esta situação, como se percebe, só poderá ser ultrapassada com projetos, cadernos de encargos e orçamentações elaborados com rigor dando uma maior transparência aos concursos e adjudicações. -----

A venda de património -----

A venda de património abaixo do valor patrimonial tributável, em cerca de 50%, por negociação, em vez da hasta pública, parece-nos um procedimento algo exagerado e imprudente. -----

É verdade, acredito, que ao longo dos anos se valorizou o património para se atingirem índices e rácios importantes na apreciação da situação financeira da Câmara Municipal. -----

É verdade que o mercado imobiliário está em crise...e que se vivem períodos preocupantes... -----

É verdade que é na crise que alguns vêem a oportunidade de bons negócios. -----

Mas....também é verdade que a Câmara Municipal, a julgar pelas informações de ordem financeira, tem uma dívida elevada...mas controlada...e que não estamos com a "corda ao pescoço"... será o melhor momento para se vender património? -----

Não nos parece -----

Auxílios económicos -----

A Câmara deliberou os auxílios económicos para o ano letivo 2020/2021 para as crianças do 1º Ciclo 16 € para os alunos do 1º escalão do abono de família e 8€ para os do 2º escalão. Até aqui tudo bem. Tudo dentro da Lei.....ao contrário da anterior gestão do PSD que nunca atribuiu este apoio. -----

O problema é a implementação da medida, ou seja, fazer chegar o apoio a quem precisa. -----

Nas escolas com 2º, 3º ciclos e Secundário os alunos levantam o material nas papelarias da própria escola abatendo no montante atribuído. -----

Mas...no primeiro ciclo -----

Como é que uma família de Verdelhos ou de S. Jorge da Beira tem acesso ao apoio? -----

Onde pode receber o material escolar naquele valor? -----

Se a família tiver dinheiro para aquisição do material, onde pode entregar o comprovativo da sua aquisição para receber a verba a que tem direito? -----

Não acredito que tenham que vir à Covilhã, ao balcão único, levantar o material ou entregar o comprovativo da sua aquisição. -----

Não se encontra, com as Juntas de Freguesia, uma processo mais acessível e eficiente para o acesso ao apoio? -----

Lamentável, ainda, foi a ausência de apoio da Câmara Municipal aos alunos carenciados, do escalão 1 e 2, em equipamento informático para o Ensino à Distância, neste período de Estado de Emergência. -----

Concurso de mobilidade -----

Quanto ao concurso de mobilidade/concurso dos transportes urbanos só queremos recordar que na apresentação do projeto e custos estimados foi feita a comparação ou as vantagens e desvantagens de uma concessão por concurso e a implementação de um serviço público. -----

Com os valores estimados, na época, a opção com valores mais baixos era o da concessão a um operador privado através do concurso. -----

Porém, face aos valores entretanto acrescidos à opção da concessão para tornar mais apetecível o concurso...não será que a opção da implementação de um serviço público, gerido pela Câmara Municipal, não ficaria mais barata? -----

E esta opção, pela criação do serviço público municipal de transportes, não seria um ato de coerência do Partido Socialista que apresentou nesta Assembleia uma moção visando a criação de redes públicas de transportes? -----

Aplicação do SIADAP biénio 2017/2018 -----

Neste biénio a câmara municipal não distribuiu de forma proporcional, por todas as carreiras, as menções de mérito (relevante e excelente). -----

Na carreira dos Assistentes Operacionais com 52% do total de trabalhadores foram atribuídas 27% das menções de mérito atribuíveis a todo o universo. Deveriam ser atribuídas, em proporção, 42 em vez das 23 distribuídas. -----

Na carreira dos Técnicos Superiores com 18,2% do total dos trabalhadores foram atribuídas 35,2% das menções. Deveriam ser atribuídas 16 em vez das 30 efetivamente distribuídas. -----

Relevando a avaliação para as mudanças de posições remuneratórias dos trabalhadores pode afirmar-se que a Carreira dos Assistentes Operacionais foi altamente prejudicada, e é aquela que recebe menor vencimento. -----

Para o biénio 2019/2020 vai o senhor Presidente da Câmara corrigir esta situação garantindo a distribuição proporcional das menções de mérito por todas as carreiras, de acordo com o nº 2, do artigo 75, da Lei nº 66- B/2007?-----

- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** após apresentar cumprimentos colocou questões sobre as Minas da Panasqueira, anexa de São Jorge da Beira e disse: -----

“No início de fevereiro deu-se inicio a demolições de grupos de mineiros, os chamados grupos habitacionais. É verdade que eram grupos que estavam em ruína, degradados, mas para demolir, normalmente, carece de autorização da Câmara e tendo autorização da Câmara deve haver fiscalização de como proceder com os inertes que provêm da demolição. -----

O que aconteceu foi que demoliram grupos, deixaram os entulhos e resolveram tapá-los como? Deitando a baixo muros de suporte traseiros para ir buscar a terra vegetal para tapar esse entulho, com uma agravante ainda, demoliram uma escadaria em pedra centenária, que era uma escadaria de serventia aos grupos, ou seja a Beralt tin faz o que quer o que lhe apetece e não há controlo, não há nada. -----

Na Panasqueira – já é uma vontade com muitos anos que houvesse legalização, a exemplo do que já foi feito numa parte da Barroca, onde infelizmente ainda não está o processo concluído. Já devia estar, as pessoas deviam saber o que é que é delas, a Beralt tin devia saber o que é que é deles, porque depois sobra sempre para as Juntas de Freguesia. -----

As Juntas de Freguesia são sempre responsáveis de tudo. Está sujo, têm que limpar; se há lixo, têm que o tirar; se está estragado, têm que o reparar, mas depois quando há necessidades de proveitos próprios, a Beralt tin diz, não! Isto é meu! Aí a Beralt tin aparece sempre a dizer que aquilo é deles. Eu acho que aqui a Câmara Municipal deveria também colaborar e ajudar no processo. -----

Até outra situação que está a acontecer, lembro-me eu, de garoto, de ouvir dizer que a Beralt tin pagava o uso dos terrenos de subsolo, não comprando os terrenos à superfície, pagava aos proprietários a possibilidade de exploração do subsolo. Isto não é comprar terrenos, é pagar para usar o subsolo. O que acontece é que a Beralt tin agora diz que aquilo é tudo deles. Esses terrenos que são deles. -----

Vendem pinhal, cortam...é assim aquela zona está completamente depenada, não há um controle. O Instituto da Natureza, também, acho que devia intervir, no abate e na limpeza da Floresta. É que aquilo é a torto e a direito, corta-se tudo o que houver – castanheiros, pinhos, tudo! É o que estiver à mão. Não há ninguém que intervenha, não há ninguém que ponha mão. -----

Eu percebo que as Juntas de Freguesia não têm autoridade para intervir nisto, tem que ser alguém, Câmara Municipal neste caso, que se mexa e que faça valer a Lei, que imponha a Lei. -----

O Hélio, há bocado, falou das Minas da Panasqueira sobre património, eu não cheguei a perceber bem se ele estava a querer dizer que se é desta que vão ser cumpridos os processos de impacto ambiental?! -----

É tempo de começarmos a fazer valer a obrigação de cumprir com os impactos ambientais. Já foi tempo em que a gente se calava a troco do emprego. Neste momento acho que não nos devemos calar, sobre isso, todos temos direitos. -----

Em São Jorge da Beira uma grande parte da População, à noite, tem dificuldade em dormir, porque eles ligam os motores de exaustão das chaminés. Aquilo é um barulho que atormenta as pessoas, mas eles dizem que não, que até às dez da noite trabalham e a partir das dez da noite desligam. Mas é mentira, a partir das três e meia da manhã eles ligam aquilo, porque há rebentamentos e os rebentamentos, as frentes, obrigam à extração dos fumos, que é para sair a chamada poeira, que é altamente contaminante. Eles ligam os motores e as pessoas acordam com aquele barulho e já não conseguem dormir. Eu acho que é preciso por mão e é preciso por fim a isto, tem que haver alguém que lhe ponha fim. -----

E, na questão das demolições, também gostava de saber se esse processo é possível, ou se foi autorizado. Obrigado.” -----

- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) fez a seguinte intervenção: (doc.23) -----

“Exmo. Senhor Presidente Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Camara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais uma informação escrita sobre a atividade municipal. Mais uma informação elencada com informações soltas e/ou desligadas. Mais uma informação da qual resulta a inexistência de uma linha orientadora...de uma política sustentada...de um projeto de desenvolvimento para a cidade e região. -----

Realçam-se os protocolos celebrados com a Associação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, Juntas de Freguesia, Agrupamento de Escolas da Covilhã, Universidade da Beira Interior, Grupo Desportivo da Mata, com Associações diversas, tais como, Estrela do Zêzere da Boidobra ou a Associação dos Diabéticos de Castelo Branco ou os contratos aprovados para a reparação/requalificação do Bairro do Cabeço, no Tortosendo, atos estes que se registam e salientam. -----

Contudo, a Covilhã continua sem ter uma estratégia de desenvolvimento, planeada e pensada, uma política concertada, que permita um desenvolvimento integrado e sustentado, não só da cidade, mas também do seu concelho, e que permita uma melhor circulação de pessoas e bens,

uma adequada localização de pessoas, empresas e serviços, permitindo, assim, que hajam mais pessoas a pretender viver no concelho, com as consequências daí decorrentes. -----

Diga-se, face à ausência de qualquer referência da informação em apreço, alguns esclarecimentos que pretendemos, relativamente às seguintes questões: -----

1. BARRAGEM DA COVILHÃ -----

No nosso entender, a construção devia ser uma prioridade para o executivo camarário. Apesar das inúmeras interpolações realizadas nesta Assembleia Municipal, continuamos sem saber em que fase se encontra o processo, ou melhor, desconhecemos se a construção da barragem é ou não uma prioridade para este executivo. É evidente que, em termos formais, o processo é conduzido pela ICOVI. Contudo, a decisão política é sempre do executivo camarário. Como tal, perguntamos:

- a) Em que fase se encontra o processo de construção da barragem? -----
- b) Quais as últimas diligências realizadas? -----
- c) A construção é ou não uma prioridade para o executivo? -----

2. CICLOVIAS -----

Em tempos fez-se uma enorme publicidade das ciclovias, da existência de um plano que permitisse a sua implementação. Foram pintadas faixas no asfalto. Mais tarde, pintaram bicicletas no pavimento. Contudo não se vê qualquer bicicleta a circular. -----

Desconhece-se os valores que já foram gastos -----

As questões que se colocam são as seguintes: -----

- a) Quanto é que já se gastou neste projeto, na pintura de asfalto e no desenho de bicicletas no asfalto? -----
- b) O projeto anteriormente divulgado mantém-se ou não? Foi realizado algum estudo sobre o trânsito da cidade? -----

Em que fase estão as ditas ciclovias? As ciclovias são para localizar apenas na Covilhã? -----

3. LIMPEZA DAS RIBEIRAS DA DEGOLDRA E CARPINTEIRA -----

Infelizmente continua a verificar-se a falta de limpeza das referidas ribeiras. Apesar das nossas sucessivas interpolações, as zonas dos leitos das ribeiras não são limpas, com as graves consequências daí decorrentes, para a saúde das pessoas, constituindo um triste cartão-de-visita da cidade. -----

A questão coloca-se: -----

- Qual a razão pela qual não se procedeu a limpeza das referidas ribeiras? -----

- Esta prevista a sua limpeza? Quando? -----

4. JARDIM DA DEGOLDRA -----

É lamentável o estado de degradação a que chegou este jardim. Será que não há algum responsável autárquico para visualizar a degradação das infraestruturas existentes e falta de tratamento das zonas jardinadas? -----

Será que não verificam o crescimento de vegetação junto aos muros dos prédios confinantes com a Rua José Ramalho? -----

Qual a razão de não se proceder à manutenção e recuperação das infraestruturas existentes? ----

Qual o motivo de não se proceder a limpeza das zonas jardinadas? -----

Sabem que, a manter-se a presente situação, pode originar consequências para o executivo camarário, em termos de eventuais acidentes que possam suceder no referido espaço? -----

5. ESTRADAS DO CONCELHO -----

Continuamos a verificar que as estradas a sul do concelho estão, na sua grande maioria, por reparar. Aliás, é no mínimo lamentável que o troço Dominguizo-Vales do Rio-Peso continue por reparar. -----

A questão que se coloca é a seguinte: -----

a) Esta elaborado algum plano que vise a reparação das estradas do concelho, estabelecendo prioridades e prazos de construção? -----

b) Qual o motivo pelo qual o troço Dominguizo-Vales do Rio-Peso ainda não está reparado? -----

c) Quando está prevista a sua reparação? -----

6. BAIRROS SOCIAIS -----

É um assunto que tem merecido a nossa atenção. Mau grado as nossas inúmeras interpolações, os bairros sociais do concelho da Covilhã, na sua generalidade, estão por reparar e/ou requalificar, com as consequências daí decorrentes. -----

Registámos que na zona do Bairro do Cabeço, está prevista a contratação de um empréstimo. Contudo, desconhecemos a data concreta das obras. Como também desconhecemos o que está previsto para os demais bairros. -----

As questões que se colocam são as seguintes: -----

- a) O que está previsto em termos de reparação/requalificação dos bairros sociais da cidade da Covilhã? -----
- b) Qual o âmbito e datas para as obras? -----
- c) Foi ou não elaborado algum estudo/projeto que tenha aferido o estado dos bairros sociais, as obras a realizar, a sua urgência, e a sua programação? -----

7. PASSES SOCIAIS -----

A Câmara Municipal da Covilhã faz parte da Comunidade Intermunicipal das Beiras e da Serra da Estrela. Desta forma, o problema do preço dos passes sociais é um tema do qual não podemos estar alheios. É reconhecido por todos que um cidadão que tivesse em março um passe social de 18,00€, face ao aumento verificado, o valor passou para 39,00€, ou seja, mais do dobro. Também é reconhecido que em termos médios a população afigura uma remuneração ligeiramente superior ao salário mínimo nacional. -----

Ora, desconhecemos quais as diligências realizadas no sentido de serem repostos os anteriores valores dos passes sociais, certo que, e para o efeito, e de acordo com as informações obtidas, tal estaria dependente de instrumentos presentes no Orçamento de Estado. -----

Assim sendo, e tendo sido aprovado o Orçamento de Estado de 2021 e, conseqüentemente, definidos os instrumentos que permitem o financiamento dos serviços públicos de transporte, pergunta-se: -----

- Para quando a redução do valor dos passes sociais? Quais as diligências realizadas nesse sentido junto da referida comunidade? -----

Convém lembrar que não pode haver dois pesos e duas medidas no país...preconiza-se que, tal conforme sucedeu no Porto e em Lisboa, no concelho da Covilhã haja redução do preço dos passes.

O Presidente do Grupo Partidário -----

DE NOVO COVILHÃ" -----

- O Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra): "um ponto prévio, eu tendo a insistir nesta questão – o antigo Regimento da Assembleia Municipal tinha ali um erro, que dizia que o Período de Antes da Ordem do Dia devia ser de sessentas minutos. E, portanto, no fundo é aquilo que a gente ainda está a adotar, são sessenta, mais sessenta, mais sessenta... -----

Não sei se não seria melhor, em vez de um ponto Antes da Ordem do Dia, colocar um ponto depois da Ordem do Dia e a gente ir diretamente à comunicação do Senhor Presidente, aos assuntos que estão na Ordem de Trabalhos, que temos que deliberar e depois todo o outro conjunto de questões, ou então arranjar uma forma, entre todos, que nos permitisse cumprir os sessenta minutos. -----

Três questões relativamente à atividade do Município: saudar o contrato que já foi assinado, de requalificação da rua do Alvarcão, assunto que aqui trouxemos à Assembleia Municipal, também por via de moradores da Freguesia e que está para breve resolução; -----

Saudar a deliberação da Câmara Municipal da Covilhã relativamente ao protocolo da Sede da Junta de Freguesia, embora com algum atraso, foi já deliberado; -----

Saudar também, o início dos trabalhos da empreitada de requalificação da eficiência energética na habitação social Municipal na Freguesia da Boidobra e ainda o protocolo para um projeto de arquitetura, para já, de requalificação do Parque Duppigheim. -----

Segundo ponto, com perguntas ao Senhor Presidente muito concretas e diretas: Apresentámos um plano com as necessidades de pavimentação da Freguesia, há algum tempo, e precisávamos de saber se ele se vai concretizar nos próximos meses, em que arruamentos e quais é que estão estabelecidos como prioritários? -----

Fizemos na última Assembleia Municipal uma Recomendação, que foi aqui aprovada, para um estudo para a diminuição da sinistralidade rodoviária no Eixo TCT, nomeadamente no cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507 e gostaria de saber em que ponto é que está esta Recomendação que a Assembleia Municipal fez à Câmara Municipal e se está em vias de resolução? -----

Para quando o ordenamento do trânsito na Rua Conde José Calheiros, uma vez que já fizemos chegar um memorando à Câmara Municipal sobre esta questão? -----

Como é que está o processo da passagem pedonal, da passagem de nível da Estrada Municipal 507, com o projeto que as infraestruturas de Portugal, apresentaram à Câmara Municipal, de reordenamento para a criação de uma passagem dedicada para peões, naquela passagem de nível? -----

E, para quando a requalificação do espaço público da Praceta Conde José Calheiros, que foi compromisso assumido por esta Câmara Municipal? -----

Por último, o processo de transferência de competências do Município para as Freguesias, o Senhor Presidente ficou de marcar uma reunião connosco, com os Presidentes de Junta, para que pudéssemos iniciar o processo ou retomar este processo e nós continuamos a aguardar, sendo que o 30 de junho que é a data limite para se fazer a comunicação à Direção Geral do Orçamento, ou à DGAL, está já aí. -----

É preciso discutir o protocolo genérico, as suas cláusulas, é preciso depois discutir o valor global, é preciso discutir com cada uma das Freguesias, Freguesia a Freguesia, competência a competência, quais as que ficam, quais as que saem, assinatura do contrato, Órgãos Executivos, Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia, há um longo caminho ainda a percorrer e o 30 de junho é já aí. -----

Fica esta recomendação (para que isto avance rapidamente a par de um conjunto de obrigações que as Juntas de Freguesia têm nesta altura, como são os CENSOS, como são um conjunto de obrigações e competências a que temos que dar resposta, mas esta é também muito importante e vai, de facto, valorizar o trabalho das Freguesias) ou se nos puder adiantar, relativamente às nossas reivindicações, que foram sobretudo dos 5% do Orçamento Municipal para este contrato, para os contratos de transferências de competências, coisa que vários Municípios no País têm vindo a adotar como referência, algumas coisas sobre esta matéria. Muito obrigado. -----

- O Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP): "Senhor Presidente queria-lhe pedir especial atenção para as respostas ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Boidobra, para que depois possa com ele dirimir, em Assembleia de Freguesia, todas essas situações com a informação já disponível. Agradecia especial atenção para isso. -----

Trazia aqui, também, uma denúncia que nos foi feita por parte de uma residente em Peraboa, acerca da deposição de monos numa lixeira, que se encontra junto aos Caminhos de Santiago e um eventual diferendo entre a Junta de Freguesia e a ADC. Creio que já foi remetida esta denúncia, também, aos Senhores Vereadores, pelo que me foi dado a conhecer. E, gostaríamos de poder responder a esta Munição, uma vez que neste momento os referidos monos já foram recolhidos, se este espaço, junto a um caminho pedestre, que se pretende que seja uma referência da nossa Região, vai voltar a ser ocupado com a deposição dos tais monos? -----

Aqui a questão que começámos por falar, na intervenção da Deputada Catarina, acerca das acessibilidades. Queria começar por louvar a intervenção que está a ser realizada no Pelourinho e alertar para que não fosse realizada mais uma intervenção, como o acesso que se encontra, por exemplo, no Balcão único, que achamos que não é o mais adequado para que se removam as barreiras que se referem. Aquilo que pretendemos é que seja uma obra inclusiva e que termine com essas barreiras. -----

Em relação à remoção do amianto queria só referir uma questão, que colocámos na altura da delegação de competências, como é que este processo se iria realizar? Foi-nos dito que, não seria uma obra realizada com encargos para a Câmara Municipal, que isso estava assegurado. E, ainda assim, somos agora confrontados com o assumir, por parte da Câmara Municipal, de parte desses encargos. -----

Na reunião de Direito de Oposição manifestei que, efetivamente é uma boa notícia para a Região. Lamentamos que não tenha sido possível cumprir aquilo que estava previsto, mas felicitamos que haja um acelerar deste processo, porque é algo com que não podemos compactuar - a existência do fibrocimento nas nossas escolas. -----

Há aqui, também, outra questão que queria colocar e que já coloquei mais vezes (estamos agora a enfrentar a saída a conta-gotas, mas vemos notícias que, por exemplo, Itália já se está a confinar outra vez, enfrentando uma quarta vaga) é se, efetivamente, o Município vai assumir aquilo que nós achamos que deve ser o seu papel, ou esperar pelos testes da DGS e da DGESTE, ao invés daquilo que fez, por exemplo, a Junta de Freguesia do Tortosendo, que eu felicito, porque quando houve casos de alunos positivos no Jardim de Infância Ovo Mágico, a Junta por sua conta testou

alunos, funcionários e familiares, ajudando assim, de forma muito significativa, para a contenção de um surto na Freguesia. E, queria aqui deixar o meu obrigado à Junta de Freguesia por tal atuação, que não foi a mesma que eu vi quando, por exemplo, na Escola de S. Domingos houve casos positivos e, aquilo que fizeram foi confinar paulatinamente os alunos. -----

Por isso acho que é necessário termos uma atitude mais proativa para evitar eventuais surtos porque, neste momento, as estirpes que enfrentamos são de uma transmissibilidade maior e acho que temos que, mais do que esperar, agir de forma proativa. Tenho dito." -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** antes de responder às questões que lhe foram colocadas declarou: -----

"A minha opinião pessoal, acerca das discussões ou daquilo que aqui se deve discutir, obviamente devemos tentar ser objetivos, concisos e precisos, mas não há dúvida que a discussão é o sal da democracia. Aqui pode e deve discutir-se tudo, desde que não seja para ofender ninguém, respeitando as opiniões alheias, discordando cordatamente. E, portanto, não vejo mal nenhum que cada um aqui, seja de que Partido for, exponha as suas ideias, as defenda, ainda que às vezes de uma forma um pouco mais acesa, um pouco mais contundente, um pouco mais cáustica, mas enfim dentro dos limites e do aceitável. Eu acho que a discussão é salutar." -----

Associou-se a todos os Votos de Pesar, personificando-os na pessoa do Senhor Doutor Álvaro Rascão Ferreira Pinto e disse: -----

"Na pessoa do Senhor Doutor Álvaro Ferreira Pinto, personificava todos os Votos de Pesar aqui apresentados. Todos, pessoas de muito valor, de muito mérito, de grande intervenção pública, de grande valia para o interesse público, defesa e entrega à causa pública. -----

Como sabem o Doutor Álvaro Ferreira Pinto, saudavelmente, tinha as suas ideias muito próprias, foi militante e depois simpatizante do Partido Social Democrata. -----

Era amigo dele e recordo com saudade as tertúlias mensais que, acerca de 30 anos, mantínhamos até há muito pouco tempo, e que infelizmente a saúde dele, e dos outros que foram desaparecendo, foram suprimindo. Estou a falar do Doutor Antunes Ferreira, do Senhor Alberto Carvalho, do Doutor Nuno Abrunhosa, do Senhor Augusto Lopes Teixeira e, entre os vivos, fazem parte dessa tertúlia, que nós temos mensalmente e que agora a pandemia não nos deixa manter, o Presidente da Assembleia Municipal, o Doutor Orlando, o Senhor Professor Bernardino Gata, enfim... somos membros permanentes, há quase 30 anos, desta tertúlia. E, com toda a abertura e toda a amizade, ali convivíamos (vejam bem que o espetro partidário estava praticamente ali todo) e, isso diz bem como devemos encarar a nossa vida em sociedade. -----

A vida é muito curta, Caras e Caros Deputados Municipais -----

Devemos manter a elevação nas nossas intervenções e lembrarmo-nos que o mais importante é o que resta depois daquilo que conversámos e daquilo que debatemos, ainda que às vezes de forma até mais acesa. Isto, para dizer que me curvo muito respeitosamente, perante todos eles, na pessoa do Doutor Álvaro Ferreira Pinto, que era um Homem a todos os Títulos exemplar, foi um médico excecional e vinham pessoas das Ilhas, do Sul, do Norte de Portugal para o consultarem, eu fui

testemunha disso que fui vizinho de escritório dele e bem pude constatar esse mesmo facto. Era uma pessoa extremamente bondosa, um dos melhores seres humanos que eu já conheci e acho que é de elementar justiça que aqui invoquemos e evoquemos a memória do Doutor Álvaro Ferreira Pinto. E, na pessoa dele, todos os outros que hoje aqui já falámos e todos aqueles que até aqui temos trazido à memória, por razões não agradáveis, são razões funestas, mas que nestas horas e neste Órgão nós devemos, de facto, reconhecer o valor das pessoas independentemente das suas ideias e das suas posições.”-----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu resposta às questões que lhe foram colocadas: -----

“Acessibilidade - Daquilo que é possível neste momento fazer, porque lamentavelmente não podemos acudir a tudo e a todos ao mesmo tempo, nem num curto espaço de tempo, temos previstas intervenções em todas as entradas do Concelho, nomeadamente: Belmonte a Peraboa, naquele T; Pampilhosa à Barroca; Pedras Lavradas até ao Sobral de S. Miguel; Peso a Vales do Rio e a conclusão da Estrada do Porsim; Estrada de acesso ao Paul, na zona das Bombas de Gasolina, e a Erada, corrigindo a curva, colocando rails de proteção; carregar de alcatrão, uma zona do TCT, entre o Teixoso e o Canhoso; Rotunda da zona do Serra *Shopping* e a Rotunda que dá acesso ao Refúgio, também está o piso muito degradado. -----

Ciclovias - dizia e bem o meu antecessor, na reunião de Câmara, que a melhor coisa que havia a fazer era por as bicicletas no terreno, para as pessoas verem como é que elas andam ou não andam, e, é isso que vamos fazer e, depois, quero ouvir aqui as vossas sinceras e doutas opiniões, porque aqui todos somos engenheiros e especialistas na matéria, acerca das ciclovias. -----

Repito, a maior parte das vias são partilhadas, uma via partilhada significa que tem que lá passar o automóvel e a bicicleta e a prioridade é para as bicicletas, é uma questão de civismo, de respeito de uns e de outros. -----

Somos uma Cidade de Montanha e a nossa orografia não nos permite fazer aquilo que queríamos, nem podemos andar a derrubar edifícios para alargar as estradas e para construir as ciclovias. Agora, noutros sítios é possível fazer bons arranjos, que até não estavam previstos, como é o caso concreto de uma zona nobilíssima que é aquela que ladeia a zona do Serra *Shopping* em que, já agora aproveitando para esclarecer, ninguém vai por termo às esplanadas, ninguém vai acabar com as vias que ali estão, as pessoas vão ter passeios em pedra, vão ter estacionamento, ninguém vai diminuir o estacionamento e as esplanadas, se uma não ficar em linha reta fica a atravessar, lá vão ter os seus espaços, não há diminuição dos passeios, pelo contrário. Portanto, a mobilidade pedonal e a ciclovia vão coabitar, vão coexistir, também com o automóvel, obviamente que vamos tirar ali um pedacito às vias, mas cada via vai ficar com 3 metros e meio, se há duas vias para baixo e duas para cima cada uma delas vai ter 3 metros e meio. É preciso mais? -----

Tinte Velho - em 2000 foi aberto o processo de classificação, daquele conjunto patrimonial; em 2009 esse processo caducou; em 2014 sem que a Câmara Municipal da Covilhã tivesse qualquer conhecimento, tivemos-lo *a posteriori*, foi reaberto por iniciativa da Direção Regional do Património do Centro e foi feita uma nova abordagem a essa classificação. Entretanto, a verdade é que esse

despacho, que foi feito em 2014, mas só foi a Câmara notificada no dia 13 de maio de 2020, diz o seguinte: -----

“Constituído por dois edifícios, o imóvel encontrava-se desativado, como espaço de produção industrial, desde 1996. Estava para venda e não se encontrava nada no seu interior, apresentava mau estado de conservação, registando-se fissuras ao nível dos paramentos, estrutura interior de madeira danificada, devido às infiltrações associadas, não existindo já parte da cobertura e faltando algumas partes nas caixilharias. Estava assim devoluto, com condições de salubridade de muito deficiente, tendo sido parcialmente atolada a área funcional da fábrica original.” -----

Isto foi o descritivo daquilo que os Técnicos constataram quando em 2014 foram ao local e verteram-no no despacho. Despacho que nos foi apenas notificado em 13 de julho de 2020, dando nota desta situação e de forma tímida dizendo se quiserem, se entenderem classifiquem-no como de interesse Municipal, porque Nacional não tem. -----

Há que dizer o seguinte (e isso eu não vou deixar passar em claro, porque uma coisa é esta situação concreta) se me perguntarem se eu lamento que aquele edifício não tenha sido preservado - aí isso lamento, não tenham margem para dúvidas, sou um acérrimo defensor do património e, porque sou um acérrimo defensor do património, desde que iniciei os meus Mandatos fiz sempre questão que tudo fosse tratado, neste âmbito, como deve ser. Agora, eu não tenho é o dom da adivinhação, nem os Senhores Vereadores, nem os Técnicos da Câmara Municipal têm o dom de adivinhar o que é que a Direção Regional ou outros Organismos, que superintendem nesta matéria, andam a fazer. Hão de convir que não podemos estar todos os dias com o radar ligado a tentar adivinhar o que é que esses Organismos andam a fazer. -----

A Covilhã, como sabem tão bem como eu, é riquíssima em património de vária ordem, mas sobre tudo em património industrial antigo. E, a nossa obrigação é, e foi aquilo que eu pretendi quando cheguei em 2013 ao Município, preservar esse mesmo património. -----

Devo dizer, isto é apenas uma constatação, apesar de já terem sido classificados três edifícios, quando cá cheguei, estavam classificados o Sanatório, o Colégio das Freiras e a Casa Morão, à exceção desses três edifícios, o resto estava tudo, digamos assim, em aberto para que pudéssemos lançar mão desta classificação e foi o que efetivamente começamos a fazer. -----

Dar-lhes nota, isto é importante, que estamos... e dou-vos exemplo - o conjunto industrial da Ribeira da Carpinteira foi aberto em 2016, o processo de classificação, tendo sido integrado e, também, caducado o processo da Fábrica Velha, a Fábrica Campos Melo, a Fábrica António Estrela, a Júlio Afonso, ambos estavam em vias de classificação como conjunto de interesse público. -----

E, monumentos de interesse público em fase de procedimento: o Estendedouro de Lãs, da Escadinha do Castelo, classificado em 2017; o Edifício da Sede do Clube União, classificado em 2017; a Carta do Património Industrial da Covilhã, que foi aqui perguntado, em 2018 pedimos a revisão deste importante instrumento de planeamento, para salvaguarda e preservação deste tipo de património e, estamos a aguardar a resposta da Direção Geral do Património. Temos uma equipa multidisciplinar a trabalhar neste domínio, a acompanhar estes processos de classificação. A Câmara vai continuar o trabalho que vem desenvolvendo, sustentado na consciência de que na Covilhã e no Concelho existem vários elementos de património cultural, tangível e intangível

industrial e não só, que é prioritário assegurar no fundo os instrumentos de salvaguarda que poderão ser alcançados mediante processo de classificação. Estamos a fazer este trabalho, é um trabalho concreto, objetivo, queremos preservar tudo quanto é possível preservar. Agora, há coisas que não podemos fazer. Neste caso concreto, deste edifício denominado de Tinte Velho, foi pedido, numa fase inicial, em 2017 se não estou em erro, pelos proprietários que o adquiriram e apresentado no Urbanismo, um PIP (Pedido de Informação Prévia), foi indeferido, porque não respeitava o instrumento de gestão do território ali aplicável, que é o PUGC, feita a correção por parte dos interessados foi então deferido, salvo erro em 10 de janeiro de 2020. E, portanto, quando nós recebemos, cerca de seis meses, ou cinco meses depois a notificação já estava deferido o licenciamento. Sendo certo que, o Senhor Vereador do Urbanismo ainda conseguiu negociar (forçando indo para além, até, dos limites que a Lei permite), que se mantivesse aquela fachada e um memorial, fosse ali feito uma referência histórica àquele edifício e aquela existência. E, portanto, isto ultrapassa em muito aquilo que a Câmara podia fazer e, não há embargo nenhum, nós não podíamos embargar nada, há aqui ilustres Juristas, não podíamos embargar absolutamente nada, não tínhamos fundamento legal para embargar. A outra parte, depois, tinha era fundamento para demandar judicialmente a Câmara, estamos a falar de um edifício privado, não estamos a falar de património Municipal, nem classificado como património Municipal e é tão simples quanto isto - em 2000 começa o processo, em 2009 caduca, em 2014 é feita uma vistoria, essa vistoria é comunicada à Câmara depois de já ter sido licenciado o edifício. O que é que querem que a Câmara faça? Que adivinhasse o que é que eles andavam a fazer? Por favor, tenham dó! ---

Isto é tentar imputar culpas, a toda a força, a quem não as tem, quer ao Urbanismo, quer à Cultura, quer ao Património da Câmara Municipal e isso é absolutamente inadmissível, sempre respeitando as preocupações, mas também não permito que ninguém tenha mais preocupações do que eu, a esse nível, porque sou um amante da história, da preservação do património e defendo-o com todas as minhas forças. Agora, não tenho é o dom de adivinhar, nem os Senhores Vereadores, nem os Técnicos da Câmara são dados à arte da adivinhação. -----

Há pouco estava a falar de exemplos, está classificado como Monumento de Interesse Público a Capela de São Sebastião, na Erada. Nós criámos os instrumentos de Gestão Territorial que permitem a classificação do património, fomos dos primeiros Municípios de Portugal a ter áreas de reabilitação urbana, em todas as Freguesias e não apenas no Centro Urbano, isto permite que se classifique mais facilmente o património. E, ninguém nos venha a acusar de não defender o património, que defendemos com unhas e dentes. Agora, repito: não temos o dom da adivinhação.

PART – infelizmente, devo dizê-lo, e afinando pelo mesmo diapasão das críticas aqui justamente feitas, porque a Câmara partilha dessas críticas, na verdade a realidade é que no Litoral existe uma realidade que beneficia os cidadãos que lá vivem e nós continuamos a ser, aqui sim, discriminados. Às vezes fala-se na discriminação positiva. Aqui é mesmo discriminação e não é positiva, nem é negativa. É discriminação. Estamos a ser discriminados e disso já dei nota a quem de direito. Lutaremos e estamos também na Comunidade Intermunicipal a zelar por este interesse porque os cidadãos que vivem no Interior devem é ser diferenciados positivamente e não discriminados, porque essa é uma realidade. Ou seja, o dinheiro que vem do Estado, o pouco que vem, deve ser alocado para acrescer aos descontos que o Município já faz. É que o Município já concede os descontos, que os Senhores já sabem que existem, e devia existir e cumular-se esses descontos

com o dinheiro que vem do PART para esse mesmo efeito e não para ser diluído, como tem sido, de uma forma incorreta, que prejudica, na prática, quem usa de forma intensiva o transporte público e tem que pagar o passe. -----

Concurso de Mobilidade – eu ouvi muitas vozes nesta Assembleia e na Câmara a dizer: Oh, os Senhores não estão a proceder bem; ninguém vai agarrar nisso; ninguém vai querer saber deste contrato de concessão; quem é que quer ficar com esta concessão da Covilhã?; nem pensem nisso, isto é uma coisa desadequada, isto é uma coisa que não lembra ao Diabo; nem pensar, seja qual for o valor, mais daqui, mais dacolá. -----

Obviamente que vivemos tempos excecionais, como já aqui foi dito e repetido por diversos Deputados Municipais, e os tempos de pandemia não são propícios a grandes investimentos, salvo raras e honrosas exceções que têm sido feitas. E, já agora, também no nosso Município ao contrário do que se aqui diz, uns já foram feitos, outros estão a ser feitos e outros vão ser feitos. Vamos anunciar, brevemente, mais investimentos para contrariar os profetas da desgraça que andam a dizer que não há cá empresas, que fogem as empresas. Vêm investimentos de 30 milhões de euros, de 20 milhões de euros, de 15 milhões de euros, criação de postos de trabalho – *isso não tem importância nenhuma, isso não existe, isso é uma miríade.* -----

Somos o sétimo Município que melhor aproveita, em 100 na Região Centro, os Fundos Comunitários - *Isso tem alguma importância, não têm visão estratégica.* -----

Gostava de vos ter ouvido falar no PRR, eu gostava de ter ouvido esta plateia, de tão ilustres intervenientes políticos, falar no Plano de Recuperação e Resiliência. Aí sim, aí está a visão estratégica! -----

Sabem o que é que o Presidente da Câmara da Covilhã, em vosso nome e em nome de todos, fez? Foi um dos 1600 Portugueses que apresentou, em nome do Município da Covilhã, propostas de alteração ao Plano de Recuperação e Resiliência, com visão estratégica e disso foi dada nota pública, alguém aqui fez alguma referência? Dizer: estamos de acordo; fez bem; não fez bem; não devia ser assim, devia ser assado. Não, ninguém, tábua rasa. E depois não temos visão estratégica.

Reuni com o Senhor Presidente da CP e com o Senhor Ministro das Infraestruturas para, com visão estratégica, reduzir a viagem para Lisboa em 35 minutos, 6 ligações a Lisboa, 3 via Linha da Beira Baixa, 3 via Linha da Beira Alta, ligação a Braga, Porto e Aveiro tudo neste contexto que foi aplaudido. Aliás, o Senhor Ministro e nessa reunião, estavam vários intervenientes, estava o Senhor Secretário de Estado, estava todo o Gabinete e outros intervenientes e disseram *nunca nenhum Município nos apresentou um documento tão detalhado, com visão pormenorizada e com uma visão até negocial dos trajetos e do aproveitamento e do movimento pendular como os Senhores fizeram.* A ligação a Madrid, retomar a ligação a Madrid no Lusitânia Expresso, o Sud-express a Paris e ao resto da Europa as ligações... nós estamos aqui porque nós estamos sempre com o fado do coitadinho que estamos no Interior, é verdade que temos dificuldades, temos baixa densidade, temos população envelhecida, temos muitas dificuldades, mas a verdade é que também temos que aproveitar a oportunidade de estarmos perto da Espanha e esse é mais um fator que é o de aproveitar a proximidade para melhorar esta conexão que deve existir com Salamanca, até pela afinidade que existe entre as nossas Universidades, designadamente a da

Covilhã Universidade da Beira Interior, mas também outras Universidades que podem usar esta linha para ligar e trabalhar com o nosso País vizinho, para as mercadorias obviamente. E portanto, há toda uma panóplia de questões que deve ser de facto abordada e aí estamos a falar de visão estratégica. E no Plano de Resiliência falámos sobre questões muito concretas, sobre questões de saúde, que é uma coisa que nos preocupa, agora são todos especialistas em saúde, são todos epidemiologistas, são todos estrategas de como deve ser feito e desfeito o confinamento, se é como na Itália, se é como na França, se é como na Espanha e depois quando isto vira ao contrário nós é que já estamos mal e os outros estão bem. Bem, é sempre aquela trapalhada do costume, mas a verdade é que quando chega a hora concreta ninguém escreve e ninguém manda e ninguém vem aqui falar sobre isso, vêm aqui falar nas coisinhas miudinhas. Coisas, não estou a dizer que não sejam importantes, não estou a desvalorizar o que aqui é trazido, mas para quem enche a boca todos os dias de visão estratégica, convenhamos que deveriam ir mais além e estamos a falar de pessoa, enfim, que considero que têm capacidade intelectual, têm capacidade de intervenção, que são pessoas que alguns deles já com cargos exercidos no passado e portanto deviam e tinham obrigação de vir aqui falar então de visão estratégica. Olhe, os Senhores andam mal, os Senhores não têm visão e sabem porquê? Olhe, reforço da oferta de formação em serviço de saúde; reforço das valências do serviço de saúde na Região, tornar a nossa Região mais atrativa ainda do ponto de vista da oferta da saúde, rede de transporte público de passageiros intermodal, estou a bater na tecla da ferrovia e no transporte a pedido, no transporte rodoviário em geral. A construção do teleférico, eu vi logo aí umas pessoas indignadas como se estivéssemos a proferir uma heresia, então não é importante haver uma ligação de teleférico à Torre? Nós somos o único País da Europa onde se acede de carro ao ponto mais alto da montanha do respetivo País, aqui no nosso caso Portugal Continental, porque a Ilha do Pico tem mais altitude. E, depois enchemos todos a boca na sustentabilidade ambiental, visão estratégica no ambiente, mas depois não têm visão estratégia de achar que se deve ajudar o ambiente. É preferível andar a lançar sal na estrada para derreter o gelo, para contaminar os lençóis freáticos, é preferível andar a fazer emissões de CO2 os carros para baixo e para cima. Mas o teleférico é uma coisa de somenos importância tem lá agora importância, não tem importância nenhuma. -----

Tantas e tantas coisas, a cooperação transfronteiriça, nós não tiramos partido... no Plano de Recuperação e Resiliência nós temos que tirar todos os Municípios, as Comunidades Intermunicipais têm que usufruir da sua condição transfronteiriça para criar sinergias com os nossos irmãos e vizinhos espanhóis. Eles estão sedentos e olhem que eu sei do que falo, quando fui responsável do IEFP a nível Regional tive um programa de cooperação, andei lá dois anos de caminho, lembro-me de ver alguns Covilhanenses a fazer formação profissional em Espanha, os Espanhóis a fazer formação profissional em Portugal, as Empresas a interagir umas com as outras criando aqui canais de comunicação entre nós, apenas um exemplo porque a cooperação e o trabalho profícuo deve ser feito nos dois sentidos, depois reforçar a fibra ótica, simplificação e aproximação da Administração Local ao Cidadão, foi outro dos contributos que dei para o Plano de Recuperação e Resiliência, planos de acessibilidades, falei exatamente nas estradas porque é fundamental que... é que nós temos efetivamente boas autoestradas, mas temos más estradas, não é só no Concelho da Covilhã, salvo raras exceções, porque há Concelhos que conseguiram, tiveram mais facilidade em conseguir arranjar a sua rede Concelhia e estão melhor, mas não são

muitos. Se forem às duas Comunidades, à da Beira Baixa e à das Beiras e Serra da Estrela, há um ou dois Municípios que têm rede razoável, porque os outros não estão melhores. -----

Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia falava e bem o Senhor Presidente da Junta da Boidobra. -----

Estou a preparar, já falei isso com alguns Presidentes de Junta e o Senhor Vereador das Freguesias tem esse *dossier* em mãos já falou com todos vós também já recolheu dados, já foram processados, o calendário é apertado, este período pandémico não ajudou mas temos que acelerar e vamos carregar no acelerador para até final de abril tentarmos ter a coisa estabilizada, porque as Juntas são todas diferentes e portanto haverão delegações de competências diferentes em áreas diferentes de certeza absoluta nuns relativamente aos outros. -----

Estou a olhar, agora ao falar em acessibilidades, além para o Senhor Deputado António João e dizer-lhe que estamos a trabalhar na sua estrada, vamos ver se conseguimos, o projeto está quase concluído aqueles 2Kms, o problema mais difícil é colocar rails de proteção, porque conhecem a estrada sabem que aquilo por baixo não tem sustentação, fazendo muros de 50m ou 60m que são ravinhas não é possível fazer acho que só há uma possibilidade que os Senhores Engenheiros já estão a conceber que é colocar um murete forte, não precisa ser muito alto de maneira a que se houver um despiste o carro embate e regressa ao leito da estrada, é a única forma porque andar cá por baixo a especar, a meter por baixo da via, não dá, não dá porque os elementos ali... ainda por cima o vento, a água é terrível naquele sítio, qualquer pancada e depois vem o carro e vêm os rails de proteção cá para baixo e nós queremos é segurança e não insegurança. E, portanto, estamos a trabalhar essa vertente e ver se conseguimos começar ainda a obra e concluí-la o mais rapidamente possível. É uma velha aspiração de Unhais da Serra. -----

Isto para regressar às Juntas de Freguesia e obviamente que quero que o Orçamento de 2022 já contemple as delegações de competências, cumprindo a Lei que é nosso desígnio e é nossa vontade. -----

Muita coisa aqui foi colocada, mas no essencial dei uma “pincelada” por tudo quanto aqui foi referido de forma muito sumária. -----

Dizer ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio que a Senhora Vereadora tem pronta a candidatura para aquela obra que falava aqui há pouco. -----

As questões da Boidobra vamos tentar acudir ao máximo possível. Não prometo tudo. Prometo tudo, mas não antes das Eleições, porque entes das Eleições não consigo fazer tudo aquilo que o Senhor aqui pediu. -----

Senhor Deputado Vasco Caldeira – Lixeira, os monos foi um caso concreto sei que já foi tratado, tenho aqui nota. -----

O amianto – tínhamos que aproveitar a oportunidade que o Estado nos concedia e estão abertos todos os concursos, assim haja concorrentes para realizarem as obras. -----

Eficiência energética – fomos a tudo o que podíamos ir e lá estamos a dar essa cobertura. -----

Reparação de casas que são propriedade da Câmara e que têm problemas de vária ordem vamos intervindo, estamos a fazer intervenções, não podemos acudir a tudo e a todos ao mesmo tempo como era nossa vontade, mas estamos a fazê-lo. -----

Senhor Deputado Vítor Reis Silva sobre o SIADAP - não é uma questão fácil, mas na verdade, compulsando os elementos dessa altura, 17/18 que foi o primeiro reporte que fez, foi adotado o regime de alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária, uma vez que estava congelada essa possibilidade pelos sucessivos Orçamentos de Estado. O critério fixado foi fixado para alteração por opção gestionária e portanto vamos prosseguir também nessa senda optando trabalhar dessa forma e cumprindo. Não estamos a desprezar a Lei! -----

Minas – levantou aqui problemas até de natureza jurídica bem complexa, direito de superfície, concessão, estamos a falar de uma área concessionada, de uma concessão muito antiga, é mineira... olhe, temos ali um problema complicado. Ali a Senhora Presidente da Aldeia de São Francisco de Assis, o Senhor Presidente de São Jorge, sobretudo, essencialmente são eles os mais visados, têm ali um passivo ambiental terrível. É um dos problemas que temos que resolver no futuro, é uma das preocupações que já transmiti ao Senhor Ministro do Ambiente e temos que ir criando alternativas para aquele território, porque aquele recurso natural é finito e um dia quando terminar temos que ter alavancas (isto é que é visão estratégica), estamos preocupados com isso, por isso é que temos candidaturas a Fundos Comunitários, conjuntamente com o Município do Fundão, para o couto mineiro a pensar no turismo, a pensar na valorização daquele território, no seu conjunto, porque de facto é preciso pensar, com essa visão estratégica e com essa preocupação, não pensem que é por dizerem muitas vezes que não temos visão estratégica que as pessoas acreditam e não é por uma inverdade ser repetida muitas vezes que se torna verdade.

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que “devíamos ter aqui um ponto de perguntas e respostas porque nós precisamos de respostas, nomeadamente as Juntas de Freguesia. Precisamos de respostas concretas e passamos na Assembleia Municipal a teorizar considerações nas mais diversas... ou seja, sobre ciclovias (estamos a falar de uma coisa muito concreta no núcleo central da cidade) passamos aqui não sei quanto tempo! -----

Oh, Senhor Presidente desculpe lá, se há esse tal planeamento, essa visão estratégica, há resposta para dar, também. Eu recordo a da transferência de competências. Ok até abril ficamos com essa resposta. -----

Agora, o espaço público da Praceta José Calheiros foi um compromisso assumido pela Câmara Municipal e foi um compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara na reunião de 17 de setembro de 2020 com a Junta de Freguesia em que nos disse... vão ser honrados. Pronto, era para março! -----

O PRR – O Senhor Presidente fez muito bem em fazê-lo. Tive a oportunidade de, em conjunto neste caso na Beira Serra – Associação de Desenvolvimento e a Direção, participar juntamente com a Animar (associação de associações) e contribuir no Conselho Económico e Social para o Plano, atendendo a que no mesmo o Interior fica esquecido (a Cultura fica esquecida; as questões sociais ficam esquecidas). -----

A não ser possível para já a criação de uma alternativa para a passagem de nível (que era preciso tratar), dizer: vamos pelo menos alargar o passeio e, portanto, tirar a casa do guarda que está em ruína e vamos fazer uma passagem dedicada para peões. Ou seja, minimizar a situação porque as Juntas de Freguesia percebem muito bem que o ótimo é o inimigo do bom e, portanto, muitas vezes vamos pelo bom porque sabemos que o ótimo é difícil. -----

Já coloquei à Câmara Municipal que o projeto que as Infraestruturas de Portugal apresentaram é, de facto, de acordo com aquilo que é a capacidade financeira das Infraestruturas de Portugal, mas que o Município pode fazer só uma parte. Mas, não obtenho uma resposta e, às vezes, aquilo que acontece é que pergunto ao Vereador e o Vereador diz-nos que está, por exemplo, nos serviços; pergunto aos serviços e os serviços estão à espera de uma resposta do Vereador! É preciso agilizar isto que é para a gente tratar de um problema muito concreto. -----

Ordenamento do Trânsito na Rua Conde José Calheiros – É um problema. Tivemos o cuidado de fazer um memorando com as passadeiras, com sinais e com aquilo que os moradores nos colocaram. -----

Cruzamento do Eixo TCT – É uma recomendação da Assembleia Municipal e acho que, se é uma recomendação da Assembleia Municipal, deve ser cumprida! -----

Precisamos dessas respostas e de coisas mais concretas para que a gente consiga levar aos nossos fregueses. -----

Precisávamos do debate de pergunta e de resposta que existe noutros fóruns da democracia.” ---

2.2 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

--- No cumprimento do estipulado nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 10.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e alínea h) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido, através do ofício n.º 966 de 2021.02.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** sobre o assunto referiu: -----

“Senhor Presidente da Mesa -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados Municipais -----

Eu quero dizer que fiquei um pouco espantado, surpreendido com este relatório, mas pronto há que se salvaguardar e relevar que o relatório veio à Assembleia, este relatório veio, penso que pela primeira vez, num ano em que a Câmara até cumpriu com a audição prévia no âmbito do Plano e Orçamento. -----

Depois, ficar espantado porque o documento não é rigoroso, pelo menos no que diz respeito à Assembleia Municipal, não é rigoroso porque afirma-se que foi dada resposta aos pedidos de informação por aqueles solicitados, aqueles, os que têm direito e se enquadram no Estatuto do Direito de Oposição. Ainda há pouco referi, no início da Assembleia, que tenho seis requerimentos feitos por mim através da Mesa que não foram respondidos. Logo aqui há uma afirmação que me parece exagerada, que me parece que não é correta. Aqui podiam colocar que a Câmara tem respondido dentro do possível a alguns requerimentos, mas segundo oigo também do resto das Bancadas os requerimentos também não têm tido resposta, parece que é genérico a ausência de resposta. -----

Foram remetidas à Assembleia Municipal a minutas das atas e as atas do Órgão Executivo, assim que aprovadas. Bom, o meu mail deve estar estragado, ou aquilo falha muito porque nem recebo a minuta das atas da Câmara, nem as atas após serem aprovadas, também não as tenho recebido, também não entendo porque é que isto está aqui incluído, se não se cumpre se não se envia, porque é que consta do relatório? -----

Assim como diz que se cumpre, no âmbito da informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, com a alínea x, a alínea y e tal... dos artigos da Lei 75/2013 o que também não corresponde. Aquela informação que o Senhor Presidente da Câmara nos envia não contém a informação que corresponde a esses artigos da Lei. Na informação que nós recebemos hoje não existe, por exemplo, qualquer informação sobre as Empresas Municipais, não existe lá, apesar de ser um dos elementos que a própria Lei refere. De facto ficamos surpreendidos mesmo quanto ao funcionamento dos outros Órgãos possivelmente aqui temos alguma responsabilidade, porque o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Segurança, informação sobre as reuniões da Assembleia Intermunicipal, informação sobre as reuniões do Grupo de Trabalho no âmbito do Plano Estratégico de Mobilidade e Transportes, alguém recebeu esta informação? Também é verdade que os nossos representantes da Assembleia Municipal nesses Órgãos também não trazem ou não têm trazido a esta Assembleia informação sobre o desenvolvimento do trabalho neste âmbito. É evidente que para mim os documentos têm que ter para serem válidos têm que ter algum rigor e dentro do rigor está aquilo que é o critério da verdade e aqui falta de facto o critério da verdade das coisas, porque o que está aqui escrito não aconteceu em muitos dos casos que eu já referi. -----

Por último dizer que, e informar esta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara já referiu isto em duas três sessões da Assembleia, quanto à visão estratégica, à sua visão estratégica, e da primeira vez que o referiu e hoje voltou a referir que o nosso Município, a Covilhã, recebeu 30 milhões é o Município que dentro da Beira Interior recebeu mais ou tem previsto receber e dito assim até dá a impressão... eu a primeira vez que ouvi também tive curiosidade, fui ver, eu fui ver

e fui ver quais são os programas e os projetos que estão aprovados, da Câmara Municipal estão lá à volta de 6, 7 milhões não há mais, 6, 7 milhões e mais lhe digo Senhor Presidente da Câmara 3 milhões já estavam afetos à Frei Heitor Pinto, o que restam 3 milhões da sua visão estratégica, porque o Senhor Presidente da Câmara está a incluir na sua visão estratégica dos 30 milhões todos os programas e candidaturas da Universidade da Beira Interior, por exemplo, do Hospital, por exemplo e das empresas, dos privados visão estratégica da Câmara. Na visão estratégica da Câmara é trazer os números para aqui, explicita-os, diga, quais foram as Entidades, a UBI quanto é que a UBI conseguiu para o nosso Concelho? Mas foi a UBI! Quanto é que o Hospital conseguiu para o nosso Concelho, desses programas comunitários? Mas foi o Hospital! Os Privados conseguiram de Fundos Comunitários em várias candidaturas, foi visão estratégica dos Particulares ou foi visão estratégica do Senhor Presidente da Câmara? Eh pá! E hoje voltou novamente a repetir, eu pensava que não voltava a repetir isto, mas como repetiu aquilo que eu já vi, eu tenho por verdade e temos que dizer a verdade e o Senhor Presidente da Câmara para ser completamente verdadeiro deveria dizer assim: para o Concelho da Covilhã foram alocados ou conseguiram-se financiamentos de 30 milhões, a Universidade conseguiu 10 milhões, o Hospital conseguiu 5 milhões, os Privados conseguiram mais 10 milhões, olhe e a Câmara só conseguiu 6 milhões dos quais 3 milhões já estavam afetos à Frei Heitor Pinto. Pronto é a visão estratégica, mas tem que se dizer a verdade e o documento que eu consultei está lá a verdade e a verdade é aquela que eu acabei de dizer. -----

Não é valha-me Deus, Senhor Presidente da Câmara! Valha-me Deus é o Senhor Presidente aproveitar-se do trabalho dos outros, para dizer que é a sua visão estratégica. Isso é que é lamentável! Isso é que é lamentável! -----

Vamos ser verdadeiros, porque sendo verdadeiros possivelmente somos mais convencidos uns aos outros. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse: -----

"Muito obrigado Senhor Presidente -----

É que esta coisa Não é quem mais alto fala que mais razão tem. E, de facto, aqui a razão é inversamente proporcional ao tom de voz. A necessidade de adulterar a verdade é tal que é preciso elevar a voz. -----

Já sei que o Senhor não é professor de matemática porque senão sabia fazer contas de somar e se o Senhor for fazer contas de somar, soma o PEDU, soma o Turismo de Portugal, todas as candidaturas que nós apresentámos somam mais de 15 milhões de euros. Eu vou-lhe por à frente esses papéis e depois o Senhor vai ter que fazer a conta de somar aqui à nossa frente. -----

Claro que o Município tem que criar as condições... a visão estratégica do Município é criar as condições de acessibilidade, de ensino, enfim de todas as frentes, de saúde, naquilo em que o Município pode propiciar e criar condições de atratividade para que os privados invistam. -----

Então a visão estratégica não abrange tudo isto? Se não, não estávamos a falar, no que falei aqui, nestes contributos para o Plano de Recuperação e Resiliência. Ao falarmos com a CP para diminuir

35 minutos, como vai ser possível segundo o que o Senhor Ministro nos disse, daqui por uns anos, isso não é importante para atrair pessoas para este território e cá trazer empresas? Todas as condições que temos ao longo dos anos, todos nós, trabalhado e nós designadamente nestes últimos anos feito, criaram as condições para que fosse possível investir a esse nível, senão os privados não investiam cá. Perguntem a um privado se cá quer investir se não houver cá condições para investir. A visão estratégica abrange tudo isso. Eu não disse que era o Município que investiu 30 milhões de euros! Aliás nem falei em valores, veja bem que até nem falei em valores. O Senhor é que veio falar aqui em valores e já que falou em valores vai ter que engolir o papel onde diz que são mais de 15 milhões e vou-lho fazer engolir na próxima reunião que lhe vou trazer aqui ponto por ponto que é para o Senhor ver e depois vai ter que fazer a conta!" -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(doc.24)** -----

"Exmo. Senhor Presidente Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Está em apreciação o relatório de avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao ano de 2020. -----

Tal conforme resulta das disposições legais em vigor, os titulares do direito de oposição devem ser informados 'regular e diretamente pelos órgãos executivos, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público, relacionados com a atividade municipal'. -----

Toda e qualquer democracia que se preze deve ter representantes do povo, eleitos por voto secreto e universal. Caso tais representantes formem a maioria, deve tal maioria ser respeitada, bem como, deve ser respeitada a minoria. Para uma democracia forte e viva, as maiorias devem governar sempre com o respeito de quem pensa diferente. -----

Ora, no caso em apreço, o relatório coloca-nos as seguintes reflexões: -----

1. *O registo que nesta Assembleia Municipal tem sido respeitado o Estatuto do Direito de Oposição, certo que, tem havido o cuidado, por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia da Covilhã, de dar a palavra a todos e de todos poderem pronunciar-se sobre todas as questões em análise, em cada sessão.* -----
2. *Por outro lado, reiteramos a necessidade do Regulamento desta Assembleia Municipal ser alterado, de forma a poder dar mais dignidade a este órgão, com uma maior partilha de informação por parte dos membros dos executivos municipais, bem como, uma maior participação dos deputados municipais na causa municipal. Os trabalhos de revisão do regimento municipal foram iniciados mas interrompidos por força da pandemia. Atento ao tempo que falta para o termo do atual mandato, não será possível proceder à sua revisão. Ficará tal encargo para a próxima Assembleia Municipal, que resultará do próximo ato eleitoral. Esperemos que tal seja possível.* -----

3. *No tocante às solicitações realizadas ao atual executivo municipal, entendemos que nem sempre o Estatuto do Direito de Oposição foi cumprido. Ora, se é certo que fomos convidados a dar a nossa perspetiva e opinião, relativamente ao orçamento municipal, também é certo que as nossas considerações e sugestões não foram observadas. Respeitamos tais decisões, embora discordemos de tal postura, pois, com o devido respeito, foram indicadas várias medidas que podiam e deviam ser acolhidas pelo executivo, nomeadamente, as relacionadas com as medidas de apoio a pessoas e empresas afetadas pela pandemia. -----
Por outro lado, e no tocante às questões e sugestões suscitadas nesta Assembleia, quer por escrito quer no âmbito da realização dos trabalhos, lamentamos o facto de em larga maioria não terem sido dadas respostas até à presente data. -----
De facto, endereçámos varias questões escritas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã através de requerimentos dirigidos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em abril e junho de 2020 e, até à presente data, não obtivemos qualquer resposta. -----
Por outro lado, e nas cinco sessões ordinárias, solicitámos várias questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, das quais ainda hoje aguardamos respostas, tais, tais como, entre outras, a questão da construção da Barragem da Covilhã, da limpeza das ribeiras da Degoldra e Carpinteira, a construção do canil da Covilhã, o apoio ou financiamento dado à Casado Menino Jesus, estado das ciclovias, o mau estado de conservação do Parque da Degoldra, asfaltamento do troço Dominguiço-Vales do Rio-Peso, existência de um plano ou estudo sobre o trânsito da cidade da Covilhã... Sinceramente, deviam tais questões merecer, da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, as adequadas respostas, o que, lamentavelmente, não sucedeu. -----*
4. *Por fim, e no tocante às questões colocadas pelo Vereador deste Movimento, no executivo camarário e de acordo com as informações por este prestadas, na sua grande maioria aguardam resposta, o que, por si só, e manifestamente elucidativo. -----*

Nestes termos, não há dúvida, na nossa opinião, que para o integral cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição ainda há muito a fazer, por parte do executivo. Quando tal suceder, fica a ganhar a Covilhã e o seu concelho.” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal “por, nesta reta final do mandato, ter cumprido aquilo que é uma obrigação formal sua pela primeira vez. Uma vez que o faz nesta altura pela primeira vez também terá que nos permitir que a gente faça um balanço daquilo que aconteceu até aqui, de onde estávamos, de onde vimos e até onde viemos porque, efetivamente, não tivemos a oportunidade de o fazer antes. -----

Acho que esta primeira parte do debate sobre este ponto foi também esclarecedora da forma como é tratada a Oposição nesta Assembleia e no Executivo Municipal porque o que vimos aqui hoje creio que, no meu entender, não foram utilizados os termos corretos quando se disse que se fazia engolir o documento. É algo que já viveram os elementos do CDS, do PSD, dos eleitos do De

Novo Covilhã, seja por outros membros desta Assembleia, seja por Administradores de Empresas Municipais e hoje, pela primeira vez, por si. É algo que acho que não foi correto da sua parte! ----- Já que estamos a fazer este balanço, perguntar ao Senhor Líder da Bancada do PS que perguntou pelas propostas da Oposição na sua intervenção política onde é que ele estava quando o Vereador do CDS-PP na Câmara Municipal apresentou propostas que não foram colocadas à votação ou, como ainda hoje vimos neste órgão quando apresentei uma moção a esta Assembleia, um Deputado da Bancada do PS tentar logo que ela não se votasse porque menciona uma recomendação! São todos estes subterfúgios que se têm utilizado ao longo destes 3 anos de mandato que permitem que a Oposição agora tenha que ouvir que não apresenta propostas, que não contribui, que não tem visão estratégica! Aquilo que entendemos é precisamente o contrário. Temos tido, desde o início, uma participação efetiva quer aqui, quer no Executivo Municipal. Aquilo que nos tem acontecido é que não nos querem ouvir. Não nos têm permitido essa participação. Achamos que se pode fazer diferente; que se pode fazer melhor; e temos tentado ajudar. Diferente é que queiram aceitar a nossa ajuda ou não. ----- Achamos que aquilo que se tem vivido é ostracizar: pôr de parte aquilo que tentamos fazer. A não ser que seja como foi o caso do Conselho Municipal de Segurança em que trouxemos uma moção para a sua criação, foi subvertida porque estava em processo de criação um Conselho desde o último mandato e aquilo que apareceu aqui foi uma proposta completamente diferente daquilo que trazíamos, deixando mais uma vez de fora todas as forças da Oposição que não estão representadas nesse órgão! É isto que nós vivemos enquanto Oposição neste Concelho. ----- O parabenizar por ter cumprido aquilo que é uma competência sua em final de mandato (lamentamos isso).” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)** fez a seguinte intervenção: **(doc.25)** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Senhor Provedor do Município -----

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia -----

Senhoras e Senhores Deputados -----

Senhoras e Senhores da Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores do Staff Municipal -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição, Relativo ao ano de 2020 -----

No ponto 2.2 da ordem de trabalhos da presente sessão Ordinária é remetido, para apreciação, a esta Assembleia, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao ano de 2020. -----

Desta maneira vem o executivo da Câmara Municipal dar cumprimento ao estipulado pela Lei n.º 2/98, Lei n.º 75/2013 e ainda concretizar o princípio Constitucional vertido no n.º 2 do artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa. -----

Este, relatório, foi elaborado tendo em conta o Direito de Oposição no que diz respeito ao direito a informação; direito de consulta prévia; direito de participação; direito de presença e participação e ainda ao direito de depor. -----

Mas, o que nos diz este relatório na observância do respeito pelos direitos anteriormente mencionado, tendo em conta as 5 sessões ordinárias e uma extraordinária, realizadas ao longo do ano de 2020 por esta assembleia, e ainda as 20 sessões ordinárias e 3 extraordinárias que aconteceram ao longo do ano de 2020, que este executivo liderado pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira efetuou! -----

*Tendo em conta o **Direito à Informação**, podemos, pois apreciar que quer os titulares do Direito de Oposição, com assento na Assembleia Municipal ou com assento na Câmara Municipal, no ano de 2020, foram informados, regularmente, pelo Presidente da Câmara e, ou pelos Vereadores sobre o andamento dos principais assuntos de interesse para o Município quer nas sessões da Assembleia Municipal quer nas reuniões da Câmara Municipal, e ainda, e sempre que solicitaram esclarecimentos, os mesmos foram respondidos em tempo útil. -----*

Do mesmo modo apreciamos por este relatório que, este executivo reportou e cremos que continuará a fazer questão de reportar toda a sua atividade em documentos que, a título exemplificativo se enunciam: -----

- 1) Informação escrita e detalhada do Presidente da Câmara, acerca da atividade da Câmara Municipal, da situação financeira e de outros assuntos de interesse público, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, antes de cada sessão ordinária daquele órgão;*
- 2) Apresentação por parte do Presidente da Câmara e dos Vereadores em regime de permanência, de outros assuntos de interesse público nas reuniões de trabalho, nas reuniões da Câmara Municipal e nas sessões da Assembleia Municipal; -----*
- 3) Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município; -----*
- 4) Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores; -----*
- 5) Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal; -----*
- 6) Publicação das deliberações dos órgãos autárquicos destinadas a ter eficácia externa; -----*
- 7) Divulgação das atas da Câmara Municipal no átrio dos Paços do Concelho e na página da internet da Autarquia, bem como de toda a informação sobre a atividade municipal; -----*
- 8) Envio à Assembleia Municipal das atas das reuniões da Câmara Municipal, após a sua aprovação; -----*
- 9) Envio à Assembleia Municipal de informação dos diversos setores de atividade municipal, Etc. -----*

De acordo com o **Direito de Consulta Prévia** foram facultados previamente e dentro dos prazos legais, aos senhores vereadores e aos membros da Assembleia Municipal, os documentos conducentes à preparação e tomadas de decisão. -----

A postura de participação e transparência vem sendo reforçada no presente mandato, de forma a colmatar falhas verificadas anteriormente, tendo como exemplo o convite, feito pela primeira vez na Covilhã, à oposição para audição na elaboração da proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2021. -----

As ordens do dia das reuniões do Executivo Camarário foram facultadas por correio eletrónico, com inclusão da documentação de apoio à decisão e outra considerada pertinente. -----

Foram facilitadas, por diferentes meios, cópias de outros documentos, sempre que tal foi solicitado, tendo sido, no entanto, salvaguardada alguma contenção na disponibilização em papel, dos documentos, evitando-se custos desnecessários com a reprodução de documentos. -----

Tendo em conta o **Direito de Participação** durante o ano 2020, foi assegurado aos titulares do Direito de Oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público. -----

Foram dirigidos os respetivos convites aos eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.

Já no que diz respeito ao **Direito de Depor**, conclui-se que no período em questão, os eleitos locais, titulares do Direito de Oposição não intervieram em qualquer comissão, sindicâncias, inquéritos ou outras formas de averiguação para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição. -----

Este relatório ainda nos diz que no que se refere ao **Direito de Pronúncia** previsto na lei, foi o presente relatório de avaliação do grau de observância dos direitos do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2020 enviado a todos os titulares do direito de oposição, a fim de sobre o mesmo se pronunciarem no prazo de dez dias úteis, mais ainda, que, decorrido o prazo para a audiência de interessados, nenhum dos titulares exerceu o direito de pronúncia. -----

Por tal, a bancada do Partido Socialista entende que a Câmara Municipal da Covilhã, em 2020 assumiu um papel ativo na efetivação dos direitos e garantias dos titulares de direito de oposição, diga-se mesmo que da mesma maneira que o tem vindo a fazer desde que tomou posse no primeiro mandato, pondo fim ao "statu quo ante", consagrando as condições necessárias e adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição, considerando como relevante o papel desempenhado por este executivo, liderado pelo Partido Socialista, na garantia dos direitos dos eleitos locais da oposição. -----

O Município orienta, assim, a sua ação no sentido de promover e dinamizar o concelho aos vários níveis, primando pela aplicação sustentável dos seus recursos. É, ainda, no estrito e rigoroso cumprimento desta linha de princípios e valores que se tem vindo a estabelecer o relacionamento entre a Câmara Municipal da Covilhã e os cidadãos interessados nas suas decisões, prova bem evidente do que acabo de afirmar é o relatório semestral do Provedor do Município, figura implementada por este executivo, que também hoje vem a esta assembleia para conhecimento de todos. -----

Assim, após apreciação do relatório em causa e em função do que ficou expandido, a bancada do Partido Socialista manifesta, desde já, as suas congratulações ao executivo da Câmara da Covilhã, na pessoa do seu Presidente, Dr. Vítor Pereira por entender que foram asseguradas as condições

adequadas para a efetivação dos direitos e garantias dos respetivos titulares, contribuindo significativamente para o efetivo reforço da participação democrática.” -----

2.3 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 1

--- Na sequência do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1450 de 2021.03.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu: “o documento como nos é apresentado, penso que carece de alguma justificação por parte do Senhor Presidente da Câmara, porque deduzimos que os 100 mil euros correspondem, eventualmente, ao Protocolo com o INATEL, mas pressupõe-se, deduz-se. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer confirmar, ou pelo menos justificar. -----

Verifica-se que a Câmara e o próprio documento indica, o ofício, que a Câmara ainda não deliberou. Ou seja, não houve por parte da Câmara a ratificação do despacho do Senhor Presidente e sendo a competência da Câmara, carecia em termos formais que o documento fosse ratificado na Câmara Municipal. -----

Porém, a nossa posição é um pouco esta, se não houver impedimento legal, quanto a esta desconformidade procedimental, os Eleitos do PCP irão abster-se nesta Alteração Modificativa.” -

- **A Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) (doc. 26):** “A alteração orçamental presente a esta assembleia tem como origem a necessidade de dar cobertura ao acordo existente entre Fundação INATEL e o Município da Covilhã para a recuperação do Pavilhão aqui existente e que é pertença daquela Fundação. -----

Este acordo que foi alcançado tem uma enorme importância para o desporto na Covilhã, uma vez que, como sabemos, o Município não dispõe de uma infraestrutura digna para a prática de desportos de pavilhão, principalmente na sede do Concelho. Paralelamente, à recuperação do património edificado do Concelho é uma boa prática e um caminho que deve ser continuado. A história da Covilhã deixou um enorme património que durante muito tempo, foi completamente desprezado e que agora está a ser reabilitado para as mais diversas funcionalidades, recentrando, com um olhar sobre a história, a vida da cidade. Particularmente para a minha geração, que muitas

vezes frequentou este pavilhão, tanto como espectador como praticante, a reabilitação do pavilhão do INATEL é motivo de particular satisfação. -----

No entanto, é opinião da bancada do PS que esta reabilitação e consequente entrada em funcionamento do pavilhão do INATEL, não deve diminuir a ambição da Covilhã construir de raiz um pavilhão multiusos, que recupere algumas tradições perdidas como é o caso do voleibol ou do andebol, mas que também tenha um conjunto de valências que o habilite à organização de conferências e espetáculos. -----

Sou de uma geração que praticou desporto no INATEL. A escola secundária que frequentei tinha mesmo aulas de Educação Física realizadas no INATEL, por não ter condições próprias para o fazer. Serve esta partilha da minha experiência pessoal, que me perdoarão, para ilustrar o facto de que a Covilhã há muitas décadas tem uma lacuna importante em infraestruturas desportivas que permitam a prática desportiva. Bem sei que no tempo em que houve financiamento a fundo perdido não houve o ensejo de avançar para a construção de um pavilhão de raiz. A reabilitação do Pavilhão do INATEL é um marco importante, que vem desde já colmatar algumas necessidades, mas não devemos ficar por aí. -----

Por esse motivo a bancada do PS vai votar favoravelmente.” -----

- **O Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “Na Bancada do CDS, em relação a este ponto, tal e qual como a Bancada do Partido Comunista, deduzimos do que se tratava. Não podemos, efetivamente, ter a mesma posição que tem a Bancada do Partido Socialista, não por défice da informação enviada, porque ela foi enviada atempadamente, está correta, mas porque, provavelmente, no Órgão onde isto já devia ter sido votado, não foi levado à reunião que devia ter sido levado, que é naquela em que foi aprovado o Protocolo com a Fundação INATEL. E, portanto aqui, estamos, no nosso entender, a subverter um processo que é a Assembleia Municipal a antecipar uma votação que deveria ter sido realizada em sede do Executivo Municipal. Portanto, nós iremo-nos abster neste ponto.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou: “efetivamente tinha que ser mesmo assim, não pode ser de outra maneira. E, aqui está um exemplo acabado do cumprimento da Lei pelo respeito da Oposição, dois factores que se conjugam aqui, que demonstram exatamente o respeito que se tem pelo Órgão e pela Oposição. -----

Os Senhores estão a confundir o Protocolo com a Alteração Orçamental para pagar a nossa participação nas obras, que o protocolo prevê. Eu primeiro despachei para vir a este Órgão, que é o Órgão que tem a legitimidade para fazer esta alteração e depois dela ser alterada, então sim, levar à Reunião de Câmara. É cumprir a Lei rigorosamente, estritamente, mas sem margem para dúvida, nem para outra interpretação, não tem outra interpretação, só tem esta, é despachado para vir à Assembleia Municipal pedir-vos autorização. Os Senhores é que aprovam, ou não, a alteração orçamental para cumprirmos o protocolo, que já foi aprovado na Câmara, a seguir vai a ratificação da Câmara, está cumprida a Lei, não podia ser de outra maneira. No fundo, esta alteração visa conformar, em termos orçamentais, o protocolo com a INATEL. A aprovação desta alteração ao orçamento é competência exclusiva da Assembleia Municipal, exclusiva! Não é da Câmara, depois a Câmara ratifica para dar cumprimento ao protocolo. Não estamos aqui a queimar etapas, estamos a cumprir o ritual legal.” -----

- O Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) solicitou esclarecimentos: “ou seja, há um reforço da receita de transferências de capital em Instituições sem fins lucrativos de 100 mil euros e há um reforço da despesa de 100 mil euros? Não estou a perceber, se for possível o Dr. Júlio eventualmente explicar, parece-me que 100 mil euros num orçamento de 30 milhões se não seria possível fazer uma alteração orçamental? Não estou a perceber, sinceramente.” -----

- O Senhor Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa - Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa informou: “A questão em análise enquadra-se no seguinte: os 100 mil euros correspondem à comparticipação por parte do INATEL para reforço do valor da obra de recuperação do Pavilhão do INATEL objeto do protocolo. Portanto, é uma transferência efetuada pelo INATEL para o Município que vai ser alocada à obra do Pavilhão do INATEL. A necessidade da alteração orçamental modificativa ser aprovada por esta Assembleia Municipal resulta de dois factores: o primeiro, advém da introdução de uma nova rubrica orçamental. Ou seja, não estava prevista, em termos orçamentais, a questão de existir uma transferência de uma Associação para a realização de obra, caso contrário não seria necessário ser aprovada por este Órgão, porque estamos a falar de uma receita consignada, desde que não houvesse necessidade de fazer face à introdução de uma nova rubrica orçamental, não havia essa necessidade. A segunda questão visa conformar, em termos temporais, a execução do protocolo. São estas duas questões que fazem com que haja a necessidade de vir a este Órgão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Alteração Orçamental Modificativa 1* foi a mesma *aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto), 2 votos contra (DNCCP) e 7 abstenções (CDS-PP, PSD e PCP).* -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Erada, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

Foi feita Declaração de Voto: -----

- O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP): “O ofício da Câmara, que nos foi enviado, refere a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, ou seja, ao abrigo de uma competência específica da Câmara, que por sua vez é das competências que não é delegável no Senhor Presidente da Câmara. Portanto, eu coloquei a questão legal de vir aqui antes de ser ratificado pela Câmara. Ora, se é uma competência da Câmara, deve ser ratificada na Câmara e enviada à Assembleia Municipal. Não é competência do Senhor Presidente, a própria lei refere que esta competência não é delegável no Presidente. Eu referi, logo no início da minha intervenção, se não houver impedimento legal a gente abstêm-se, mas face às intervenções do Senhor Presidente da Câmara que é Jurista, pelo menos tem formação a esse nível, interessa clarificar que o nosso entendimento da alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º é competência da Câmara e não do Presidente.” -----

2.4 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO INATEL E O MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de março de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido através do ofício n.º 1412 de 2021.03.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **O Senhor Dr. Marco Aurélio Mendes Silva (PSD) (doc.27)** “O Protocolo de cedência do pavilhão do Inatel à Câmara da Covilhã pode muito bem ser o espelho de como o executivo tem feito a gestão do município ao longo dos dois mandatos, desde 2013. -----

Em Maio de 2014 a notícia era que a Câmara da Covilhã podia “**ASSUMIR O PAVILHÃO**” do INATEL. O vereador Jorge Torrão, dizia que era “**possível tomar uma decisão definitiva até ao final do ano**” de 2014. -----

Até ao final de 2014 nada foi decidido tendo o assunto passado para 2015. -----

A 07 de agosto de 2015 foi Carlos Martins, Vice-Presidente na altura, que dizia que era um “**dado adquirido que o Município da Covilhã vai passar a ser responsável pelo pavilhão do INATEL durante 20 anos**”. -----

Dizia, que o protocolo “**vai ser assinado em Outubro (de 2015)**” e até dizia que as “**obras poderão até começar em breve**”. -----

Passou Outubro de 2015 e o tema passa para o ano seguinte. -----

Em Maio de 2016 foi a vez do Presidente da Câmara falar do Pavilhão do INATEL. -----

O título da notícia era “**NEGOCIAÇÕES AINDA ESTÃO EM CURSO**”. -----

Falhada a assinatura do protocolo em outubro de 2015, o Dr. Vitor Pereira, justificava o atraso na celebração do protocolo com “**as mudanças que se verificaram ao nível da estrutura do INATEL**”. -----

Em 2016 nada aconteceu. Seguimos para 2017. -----

O mesmo vereador que acreditava que tudo estava resolvido até final de 2014, volta a falar em Agosto de 2017, dizendo que “**acredita que durante o mês de Setembro de 2017 a autarquia vai assumir a gestão do pavilhão do INATEL**.” -----

Vamos ver o que aconteceu no mês e Setembro. -----

A notícia em Setembro de 2017 tem o seguinte título: “**SITUAÇÃO RESOLVIDA EM BREVE**”. -----

As palavras do Dr. Vitor Pereira são as seguintes: “**acredita que dentro de poucos dias vai ser concretizada a transferência de gestão do pavilhão do INATEL para o município**”. -----

Os dias de 2017 esgotaram-se e o tema passa para 2018. -----

Nos primeiros dias de 2018 quem fala é o vereador José Miguel Oliveira que diz: “**em 2018 vão ser terminadas as obras de requalificação do pavilhão do INATEL, que vai ser gerido por um período de 30 anos.**” -----

Mas acreditava mais, ao afirmar que *“a reabertura do pavilhão pode ser presente de natal a dar aos covilhanenses em 2018”*. -----

Ainda antes do Natal de 2018, travão a fundo nos desejos de natal, e a notícia tem o título: *“INATEL: OBRAS NO PAVILHÃO SÓ EM 2019”*. -----

O título da notícia são parte das declarações feitas em Julho de 2018 pelo Presidente de Câmara da Covilhã. -----

Chutado o tema para o ano seguinte vamos ver o que se passou em 2019. -----

Nos primeiros dias desse ano aparece mais uma notícia sobre o pavilhão do INATEL. O título é *“OBRAS ARRANCAM EM MARÇO (de 2019)”*. -----

Quem o afirma é o vereador José Miguel Oliveira que *“garante que no início da primavera de 2019 vão arrancar os trabalhos de requalificação do pavilhão que, nos próximos 30 anos, vai ficar sob gestão do município”*. -----

Dizia que *“o processo negocial estava concluído”* e que as obras só não arrancavam de imediato porque as *“condições climatéricas não o permitiam”*. -----

Tudo pronto para o arranque das obras em Março e chegados a Junho de 2019 e visto o falhanço no arranque das obras é produzida mais uma notícia sobre o pavilhão do INATEL. -----

O título é: *“PROTOCOLO ESTÁ A SER REVISTO”*. Quem o afirma é o mesmo vereador que dizia que as obras só não arrancavam por causa da chuva. -----

O mesmo vereador que garantia que o processo negocial estava concluído em janeiro diz em junho diz que *“não é um processo de fácil resolução”*. -----

Do ano de 2019 em que supostamente arrancavam as obras passamos para 2020. -----

Em Outubro de 2020 o título da notícia é *“PROCESSO VAI SER RETOMADO”*. -----

Quem o afirma é o Presidente da Câmara da Covilhã que volta a repetir o refrão ensaiado durante 8 anos ao dizer que: *“espera retomar em breve as conversações com o INATEL para que o pavilhão possa passar para a gestão do município”*. -----

Perante tudo isto não se pode dar crédito a este executivo. -----

Neste caso concreto, fica-se com a impressão que vocês não têm noção do dizem-e-desdizem ao longo dos anos. Não têm noção das coisas...-----

Quem é que pode levar a sério alguém que tenta ludibriar os covilhanenses desta maneira?-----

Quem é que pode confiar em alguém que age reiteradamente desta forma ao longo de oito anos?

Este documento que vem aqui ser votado vai colocar a Câmara Municipal da Covilhã a tomar conta de um pavilhão em estado paliativo. -----

Este é um protocolo eleitoral. Não passa disso, de um protocolo eleitoral.” -----

- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) (doc. 28) “Está em análise o protocolo celebrado entre o Município da Covilhã e a Fundação da INATEL, relativo ao denominado pavilhão gimnodesportivo da INATEL. -----

É por todos reconhecido que a Covilhã deveria ter um pavilhão municipal que, não só, possa ser utilizado pelas pessoas e inúmeras associações com prática desportiva, bem como, possa permitir a realização de provas desportivas, com possibilidade de transmissão televisiva. -----

O Município da Covilhã optou por realizar o protocolo em apreço. Desconhecemos as diligências realizadas tendo em vista o aproveitamento de outros espaços, nomeadamente, o denominado pavilhão da ACM na Rua Diamantino Costa, ou a construção de uma nova estrutura. -----

Desconhecemos em concreto, as negociações ocorridas com a Fundação da INATEL, certo que, as mesmas já se iniciaram durante o anterior executivo, da atual maioria. -----

Desconhecemos se as obras previstas irão permitir a realização da totalidade dos jogos oficiais nas várias modalidades desportivas, bem como, a transmissão televisiva das mesmas. -----

Mas será que a opção realizada por este executivo terá sido a mais adequada? -----

Na nossa opinião a resposta é negativa. -----

Ora, calcorreando o protocolo em análise verifica-se que há um conjunto de obrigações para o Município da Covilhã, vertidas nas cláusulas 4.ª e 6ª das quais resulta a assunção de obrigações. No elenco de tais obrigações, está a realização de obras de requalificação do pavilhão, as quais serão suportadas a meias pela Fundação da INATEL, mas com um teto de 100.000.00€, ou seja, a Fundação INATEL, pela realização de tais obras, paga metade, mas a sua parte nunca pode exceder o montante de 100.000.00€. Desconhecemos se foram realizados orçamentos para tais obras. A omissão de tal informação é, no nosso ponto de vista, determinante para a nossa tomada de posição. -----

Por outro lado, verificamos que o Município da Covilhã, pelo período de 15 anos, pagará o valor mensal de 1.661.34€, pela cedência do pavilhão por parte da Fundação da INATEL. Consideramos exíguo o prazo e elevado o valor da prestação mensal atento ao atual estado de conservação do pavilhão. Por outro lado, não há qualquer garantia que o prazo do protocolo possa ser renovado.

As obras que entretanto sejam realizadas, reverterem, no final do termo do protocolo, a favor da INATEL. Ou seja, consideramos que 'se está a dar um tiro no escuro'. -----

Entendemos que no âmbito do referido protocolo, as obrigações daí resultantes, para o Município da Covilhã, são maiores do que as obrigações para a Fundação da INATEL. -----

Ora, atento o *supra* indicado, consideramos que o protocolo em causa embora permita a satisfação de uma necessidade dos cidadãos e, sobretudo, das associações desportivas, contudo e atento ao seu teor, é desvantajoso para o Município da Covilhã, razão pela qual, não pode merecer a nossa aprovação.

Seria importante a Câmara Municipal da Covilhã ter ponderado outras alternativas, que permitissem uma solução mais vantajosa, certo que, tem um projeto aprovado para a construção de um pavilhão na zona do Parque Desportivo. -----

Assim, e atento o *supra* indicado, e, em consciência, que devemos VOTAR CONTRA a autorização aqui proposta."-----

- **O Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “Esta situação do protocolo com a Fundação INATEL, para a cedência do pavilhão ao Município, é algo que viveu toda esta história que nos foi aqui apresentada pelo Eleito do PSD. -----

É algo que nós achamos que é fundamental para a Cidade, temos necessidade de um pavilhão municipal, mas havia que ponderar outras alternativas e não embalar toda a Cidade com esta cantiga, porque foram muitos anos de avanços e recuos, foram muitos anos de ditos e não ditos. De 30 anos, passámos para 15, de uns custos, apenas relacionados com o total das obras, passámos para custos suportados por ambas as partes, mas acrescidos de uma renda, que será onerosa e que nos tornará a cedência do pavilhão bastante mais caro, do que o previsto inicialmente, por menos tempo. -----

Com a delegação de competências na área da Educação, por exemplo, o Município passou a ser responsável por uma quantidade de pavilhões desportivos, das nossas Escolas, podíamos pensar colocá-los ao serviço da População, das Associações e dos Clubes, para a prática desportiva. Libertando assim os encargos que tem, por exemplo, a Universidade, que não teve, até à data, um retorno como aquele que a Fundação INATEL irá encontrar para a cedência do pavilhão para este fim. Enquanto antigo atleta, enquanto antigo desportista, aquilo que vivi naquele pavilhão enquanto aluno da Escola Secundária Campos Melo, foram muitos anos a caminho daquele pavilhão, muitos mesmo! Mas aquilo que vivi, depois disso, também a caminho do pavilhão da Universidade, sem o devido retorno, também foi igualmente importante. E, aquilo que nós vemos aqui, são dois pesos e duas medidas e a tal falta de visão estratégica que podia ter sido colmatada com a utilização dos pavilhões das escolas do nosso Concelho. Tenho dito.” -----

- **O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “nós até encontramos alguma razoabilidade na recuperação deste imóvel. Achamos que um equipamento que existe na Cidade, degradado, que não está funcional e que pode dar alguma resposta, não vejo mal na sua recuperação. -----

Foi aquilo que foi possível, os 15 anos (renováveis)? uma comparticipação no investimento o pagamento de uma renda da Câmara ao INATEL que de acordo com o protocolo é para pagar ao trabalhador que está em funções. -----

Penso que no aproveitamento da infraestrutura e sendo na Cidade, colmatando também a necessidade da sua reabilitação, não vemos... pode ser questionável, porque eram 30 anos, 15 anos. Mas também entendo que na gestão muitas vezes faz-se aquilo que é possível e não aquilo que muitas vezes se deseja. -----

Aquele pavilhão tem muitas limitações, andei lá há 40 anos, enquanto atleta do Sporting da Covilhã ao nível do andebol, já há 40 anos aquela infraestrutura não dava resposta às necessidades. Ao longo dos anos foram construídos mais pavilhões, houve outras respostas que se foram criando, porque naquela época, há 40 anos, a procura era muito elevada, daí eu dizer que não dava resposta às necessidades da Cidade. -----

É verdade que este paliativo, esta recuperação pode ajudar na oferta de mais uma infraestrutura desportiva, mas consideramos que não pode substituir a intenção, o objetivo da construção de um Pavilhão Municipal de raiz, que dê resposta não só à necessidade do treino, da competição, mas

também a outros eventos que se podem realizar em pavilhões multiusos. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara disse que temos o projeto quase concluído do Pavilhão Desportivo Municipal. Faltam, de facto, os 7 milhões que é o seu custo estimado, mas não quer dizer que se gastem os 7 milhões todos os anos, podemos avançar e incluir, nessa infraestrutura, uma Piscina Municipal, que a Covilhã merece e precisa. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que se trata de um contrato de 15 anos, renovável, as vezes que as partes acordarem. -----

“Vai ficar ali um pavilhão moderno, adaptado, bem localizado e que vai servir o propósito para que nós o protocolamos com o INATEL, que é servir o nosso movimento associativo, as nossas escolas, na prática para a educação, para a cultura e para o desporto.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Protocolo de Colaboração entre a Fundação Inatel e o Município da Covilhã - autorização da correspondente liquidação de despesa plurianual* foi a mesma *aprovada por maioria com 21 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Orjais, Verdelhos, Barco e Coutada, Vale Formoso e Aldeia do Souto), 6 votos contra (PSD, Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto CDS-PP e DNCCP) e 4 abstenções (CDS-PP e Presidentes de Junta/ União de Freguesia de Tortosendo, Peso e Vales do Rio).* -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiço, Erada, Ferro, Sobral de S. Miguel, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

Foi feita Declaração de Voto -----

- **Senhora Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS):** “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente este protocolo entre a Fundação INATEL e o Município, porque nos parece claro que ambas as partes têm interesse em que o processo decorra da melhor forma. E, da melhor forma quer dizer que decorra bem para ambas as partes, que se comprometem a fazer o seu papel, a assumir os seus compromissos e que o bem maior será que a População terá um Pavilhão Multiusos do qual poderá usufruir, em breve, para as mais diversas atividades dentro do perímetro da Cidade. -----

E, realmente, também achámos curioso o Senhor Deputado ter trazido esta resenha, em relação ao Pavilhão da INATEL, dos últimos 8 anos e não ter recuado mais um pouco, para nós percebermos porque é que não utilizaram os Fundos Comunitários, há vinte anos atrás, para ter construído esse mesmo pavilhão dentro do perímetro da Cidade. -----

Nós, também, consideramos que deverá ser construído um novo pavilhão, que sirva o Concelho. Mas, digamos que, nós começamos também a ficar um pouco calejados em relação aos argumentos que a Oposição vai fazendo ao trabalho que é feito pela Câmara Municipal da Covilhã, parece que estão a atirar o barro para ver se ele cola, mas da nossa parte não cola. E não cola,

simplesmente, porque é perceptível quando a Câmara Municipal faz de tudo para encontrar a melhor solução, dentro do que é possível e da realidade, em benefício da Covilhã e dos Covilhanenses, algumas pessoas querem a todo o custo fazer oposição e dizer alguma coisa e tentam passar a ideia de que o que se faz é muito pouco. E passo aqui a relativizar aquilo que acabo de dizer: na teoria da argumentação diz-se quando se quer atacar o adversário utilizando argumentos que não são de todo verdadeiros, que se quer minorizar o adversário, ou que se quer desvalorizar aquilo que ele faz, ou se quer fazer induções a partir de premissas menores, partindo de premissas menores para premissas maiores, que se torna um discurso falacioso, sofismas puros. Ora, se a Covilhã espera há tantos anos pelo usufruto de um pavilhão, se temos pessoas que vão utilizar esse pavilhão, em que o que se quer é isso mesmo e se encontraram as soluções possíveis para o momento, porquê continuar à espera? É que eu acho que nós não queremos ser os protagonistas da Odisseia do Espaço em que olhamos para o monólito e não sabemos sequer de onde é que ele vem, não é? -----

E se já temos, como já aqui foi dito, tantos monos espalhados pelo Concelho, infelizmente e que não se lhes dá utilidade, acho que não devemos esperar mais para que aquele pavilhão, que já tantas alegrias deu às gerações aqui presentes, dê mais alegrias nas gerações futuras e que passe a ser utilizado o quanto antes pela População da Covilhã.” -----

- **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “Senhor Presidente, eu disse-lhe, manifestei logo o meu interesse em realizar uma declaração de voto. -----

Percebi agora o porquê da Deputada Rosália prescindir da palavra para a discussão do tema, mas sim agora aqui, sem direito a resposta, vir manifestar aquilo que era a posição da Bancada do Partido Socialista. Percebemos o estratagema de contornar o Regimento para dizerem a última palavra. -----

Eu queria só dizer que a Bancada do CDS, não na sua totalidade, mas eu a Deputada Graça Castelo Branco abstinemo-nos nesta votação, porque consideramos muito importante que o nosso Concelho disponha de um Pavilhão Municipal, ainda que esta não se considere, por nós, a solução ideal, é a solução menos má. E, como já aqui foi dito hoje, por vezes o óptimo é inimigo do bom e daí a nossa posição, porque efetivamente não achamos que este protocolo seja, de todo, vantajoso para o Município.” -----

2.5 - OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DO TIPO SISTEMÁTICA ORIENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DO CENTRO URBANO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de fevereiro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com os n.ºs 1 e 5, do artigo 17.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

– RJRU, aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, através do ofício n.º 1289 de 2021.03.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP): (doc. 29)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Está para análise e aprovação a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática, orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Covilhã.

Sem dúvida, um instrumento importante para a reabilitação urbana do Centro Urbano da Covilhã.

Após análise do processo, e tal conforme é realçado no Parecer do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, verificamos que foi realizado um diagnóstico exaustivo da área de intervenção, onde resulta, de forma justificada, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), sujeita a uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática, de acordo com elementos instrutórios, como disposto no n.º 2 do artigo 33.º do RJRU, nomeadamente: -----

- *Apresentação de opções estratégicas de reabilitação e reutilização para a ARU (Área de Reabilitação Urbana);* -----
- *Estabelecimento de um plano de execução da ORU, por um período de dez anos;*
- *Hierarquização das prioridades, estabelecendo o programa da Operação de Reabilitação Urbana;* -----
- *Apresentação de um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação, executadas pelos proprietários e demais titulares de outros direitos, com a criação de incentivos de natureza fiscal, sempre importantes para quem pretende reabilitar as casas.* -----

Conforme tem sido nossa postura nessa Assembleia Municipal, elogiamos quando devemos elogiar e criticamos quando devemos criticar, propondo medidas e soluções alternativas. -----

No caso em apreço, elogiamos a presente Operação de Reabilitação, não deixando de salientar o trabalho realizado, os serviços técnicos do Urbanismo da Câmara Municipal da Covilhã, no caso em apreço, liderados pelo Sr. Eng.º Jorge Vieira. -----

Assim, e porque sempre defendemos, como uma das prioridades deste executivo, a reabilitação urbana, não só do centro urbano da cidade, como também dos centros das diversas localidades do concelho, e tendo sido observados todos os requisitos exigidos na Lei, vamos votar favoravelmente à aprovação desta operação. -----

Covilhã, 12 de março de 2021-----

*O Presidente do Grupo Partidário **DE NOVO COVILHÃ*** -----
(Luís M. Carreira Fiadeiro) "-----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** "O documento está bem estruturado. É um bom estudo da Operação de Reabilitação Urbana do tipo sistemático. -----

Mas, da leitura, comecei a ficar com a perceção de que estávamos aqui perante um documento de futuro, um documento para a reabilitação urbana futura dentro deste PERU. -----

Acho que o documento está interessante e pensava, de facto, que era uma coisa para o futuro. Fiquei desiludido. Afinal, é um documento bem feito de mero enquadramento do que já se executou ou do que se encontra em execução. Das 12 ações estratégicas propostas, mais de 50% estão já executadas. -----

Concluo, deduzindo bem ou mal, que estamos perante um documento para enquadrar decisões anteriores, eventualmente para dar substrato para uma base de uma candidatura. -----

E vamos esperar se as outras 5 ações se vão realizar ou não! -----

Salienta-se ainda as isenções várias para os privados na reabilitação de edifícios, de grosso modo, 50% das licenças municipais; isenção de IMI por 3 anos; houve minorizações de IMI de 30% para a habitação própria, de 20% para fins comerciais; reduções no IVA e no IRS. É um bom incentivo para os proprietários e, em especial, aos que têm capacidade financeira para a recuperação. -----

Mas temos muitos inquilinos e proprietários dentro desta ARU que necessitam de apoio para fazer alguma reabilitação e aqui a Câmara não sei se irá realizar o esforço de recuperar um programa que já existiu na Câmara Municipal (anterior gestão do PSD) – programa de apoio a particulares (proprietários e inquilinos) para pequenas obras de reabilitação de habitações que deu alguma ajuda e que promoveu algum investimento. Este PERID desapareceu e o que pergunto é se foi feita alguma avaliação deste programa e, se a avaliação foi positiva ou se tem algum estrangulamento, porque não se implementa um programa semelhante para as ARU's já aprovadas em todo o Concelho, esperando (como é evidente) que esta ORU não fique só na cidade da Covilhã e que se caminhe também para as restantes freguesias do Concelho onde é necessário e urgente fazer reabilitação urbana." -----

- O Senhor **Presidente da Câmara** comentou que "aqui está a prova provada da visão estratégica! Este é um documento estratégico. É mais um documento estratégico! -----

Como é que podemos, como muito bem referiu o Senhor Deputado Vítor Reis Silva, querer que as pessoas invistam se não lhes criamos condições?! Isto é exatamente para as pessoas poderem investir e poder reabilitar o nosso património, gerar riqueza, fixar pessoas, ... -----

Quando há pouco deambulou erradamente sobre aquelas contas a dizer que eram 5 ou 6 milhões (são quase 16 milhões), a diferença para os 37 obviamente que é de outras instituições públicas,

de empresas privadas. Se não tivéssemos criado as ARU's e o PEDU, tínhamos o investimento que está a ser feito em volta da Universidade de várias dezenas de milhões de euros? Este investimento de 29 milhões de euros que vai ser feito em frente à Faculdade de Ciências da Saúde é por obra e graça do Divino Espírito Santo?! -----

Temos que criar condições para que se invista! Por isso é que aquele discurso do fado do coitadinho a dizer "aquelas pessoas não querem cá ficar; as pessoas não investem cá, não criam cá riqueza", depois têm esta realidade a contrariá-lo (investimentos sistematicamente aqui a funcionarem). -----

Obviamente que isto é para alargar a todas as freguesias." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 4 abstenções (CDS-PP e PSD).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala os Senhores: Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), e os Presidentes de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiço, Erada, Ferro, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Senhor Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS):** "Em nome da bancada do Partido Socialista, venho só congratular o Executivo Camarário por continuar, através do Urbanismo e do Planeamento do Município, a promover ações que fazem com que exista requalificação e reabilitação no nosso Concelho porque são essas medidas que fazem com que aquilo que é velho e que aparentemente não serve para nada possa dar uma vida nova àquilo que são os centros históricos e os sítios degradados. -----

Também dar uma achega: existem programas ainda em vigor que se chamam IFRRU. É um programa nacional com apoios comunitários que, até agora, só foram gastos 12% da verba que existe disponível para ser implementada e usada, não precisando de financiamento base, não precisando ter projeto inicial. O IFRRU apoia em todas as vertentes." -----

2.6 – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DA "CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO DE 43 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DA COVILHÃ"

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de fevereiro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 1060 de 2021.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** Parabenizou a Câmara Municipal da Covilhã pela instalação dos pontos de carregamento de baterias de veículos automóveis a serem colocados nas freguesias do Concelho. -----

“Era uma necessidade que já há muito se fazia sentir no Concelho. Por exemplo, no Peso temos um alojamento local e vinham pessoas que tinham muita dificuldade em carregar os seus carros elétricos. Agora iremos ficar com o problema resolvido. -----

No entanto, queria dizer que tenho pena que as juntas de freguesia não tenham sido ouvidas para a localização dos mesmos porque todas as juntas, com toda a certeza, teriam uma opinião sobre os locais que foram escolhidos.” -----

- **Dr. Marco Aurélio Mendes Silva (PSD): (doc. 30)** “A abertura do “concurso da concessão da instalação de 43 pontos de carregamento de veículos” no concelho é um momento importante mas não esconde, nem recupera o atraso em que estamos desde 2013. -----

A rede de postos de carregamento de veículos eléctricos com carregamentos gratuitos começou a ser desenhada e implementada em Portugal em 2012. -----

O concelho da Covilhã não se ligou ao “motor” que impulsionou o aparecimento dos primeiros postos de carregamento. -----

Denunciei diversas vezes este atraso. -----

Cidades como a Guarda, Castelo Branco ou Viseu aproveitaram essa oportunidade. A Covilhã, não. Estar na linha da frente, e alinhado com outras cidades ao nível de carregamentos gratuitos possibilitaria o aparecimento de um maior número de veículos eléctricos matriculados e a circular no concelho. -----

Seria certamente um estímulo para este concurso. -----

O Município da Covilhã deveria ter apostado nessa rede de postos de carregamento gratuitos e aproveitar os apoios disponíveis para adquirir e promover a utilização de veículos eléctricos pelos serviços municipais. -----

Este concurso aparece no ano em que o governo retirou o apoio para as empresas adquirirem veículos eléctricos ligeiros de passageiros. -----

Lamentei a falta de apoio da Câmara da Covilhã a um projecto que previa a colocação de um posto de carregamento e a aquisição de um carro eléctrico para União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. -----

*Em Portugal, estão disponíveis na via pública cerca de 3000 tomadas em mais de 760 postos de carregamento. A Covilhã não faz parte destes números. -----
Existem hoje cerca de 40 mil veículos eléctricos e híbridos plug-in a circular em Portugal. -----
O lançamento deste concurso permite criar uma rede de postos de carregamento no núcleo urbano da cidade e a colocação de, pelo menos, um posto de carregamento em cada freguesia. -----
Este é o momento para chamar a atenção deste executivo quando fala no disparate que foi a construção de pavilhões desportivos nas freguesias. -----*

*O único disparate é a contradição entre o que dizem e o que fazem. -----
Dotar as freguesias de equipamentos, sejam eles desportivos ou de mobilidade eléctrica, é uma forma de contrariar o esvaziamento a que as freguesias estão sujeitas. Investir nas freguesias nunca foi, nem nunca será um disparate. -----
Devem os presidentes das Junta de Freguesia estar atentos à localização e ao número e tipo de Posto de Carregamento que está destinado para cada uma das suas freguesias. -----*

Deixo dois exemplos: -----

Peraboa -----

*Em Peraboa o Posto de Carregamento está previsto para o Largo da Antiga Junta de Freguesia. ---
Os postos de carregamento devem estar localizados onde são necessários e em Peraboa o melhor local é junto ao Museu do Queijo. É uma localização central e é a localização ideal para quem visita o Museu do Queijo. -----*

Unhais da Serra -----

*Em Unhais da Serra está previsto apenas um Posto de Carregamento. É insuficiente para o fluxo turístico de Unhais da Serra. E, repito. A localização dos Postos tem de ir ao encontro do anseio dos consumidores. -----
Poderia continuar a falar de outros casos mas o programa do concurso possibilita que seja alterada a localização dos Postos de Carregamento face ao que está previsto no plano. É aconselhável que o número de Postos seja revisto em alta para algumas localizações. -----
Sobre as condições do concurso, os valores e prazos da concessão deixaremos essa análise para depois. Quem fará essa primeira avaliação são os potenciais interessados nos três lotes que estão a concurso. -----*

Aquilo que desejamos é sucesso e rapidez na implementação desta rede concelhia de Postos de Carregamento de veículos eléctricos." -----

- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP): "Felicitar o Município da Covilhã pelo lançamento deste concurso e lamentar que se realize tão tardiamente. -----
Queria também lamentar que a situação das localizações dos postos não tenha sido analisada conjuntamente com os executivos das juntas de freguesia e alertar alguns presidentes de junta que, aquando da votação do lançamento deste concurso, tentem perceber que os moldes

utilizados de limitar cada candidato a concorrer apenas a 2 de 3 lotes pode deixar vazio o concurso a alguns desses lotes; e hoje estão a lançar um concurso que prevê uma melhoria e uma evolução para a vossa freguesia, mas mesmo assim a ideia esquecida pelo método que foi escolhido.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “É com gosto que venho falar sobre isto, em nome da bancada do Partido Socialista. -----

Ouvindo aquilo que nos antecedeu, ficamos um pouco embaralhados porque supostamente estamos atrás nesta área naquilo que são os municípios da região, mas surpreendentemente o Senhor Presidente confienciava-me, naquilo que são os seus contactos habituais entre presidentes de câmara e autarquias, que até houve autarquias aqui referenciadas da região, apontadas como exemplo, que vieram tentar perceber como é que o Município da Covilhã estava a desenvolver este processo exatamente para fazerem e para acompanharem. -----

Dizer, até porque este é um projeto que foi debatido, maturado, pensado e faz parte daquilo que é o programa do Partido Socialista, foi construído com este objetivo que é dotar a Covilhã de uma rede de carregadores elétricos que sirva os interesses da cidade e do concelho. -----

Dizem aqui que acham e temem que o desinteresse dos operadores por isto ser em 3 lotes e que está expresso no caderno de encargos da concessão que nenhum operador pode ter mais do que 2. Porquê, Senhores Deputados? Porque este Município e Executivo entendeu que talvez concentrar tudo numa única empresa numa concessão de longo prazo talvez não fosse uma boa ideia criar aqui um monopólio e, se calhar, era inteligente arranjar aqui formas de garantir que não há nenhuma empresa fique com o monopólio no nosso Concelho e que depois beneficie e aproveite essa circunstância para explorar os Covilhanenses e aqueles que nos visitam. -----

Depois, a estratégia da tipologia de carregadores. É verdade que corremos o risco que este concurso de concessão fique deserto. Mas, a estratégia que procurámos e que o Município procurou foi a de fazer um bocadinho diferente daquilo que tem sido habitualmente feito. O que tem sido habitualmente feito? Existem 3 tipos de carregadores: lentos, rápidos e muito rápidos. As infraestruturas que habitualmente têm sido colocadas são carregadores lentos. São carregadores que precisam de 12 horas para carregar. Quem já tem veículo elétrico, na sua utilização diária, tem condições nas suas garagens e carregam-no eles próprios na sua garagem. Portanto, os carregadores elétricos necessários e úteis não são para as pessoas locais, digamos assim, que provavelmente utilizam as suas casas para carregarem os carros e não há nenhum turista que nos venha visitar e que esteja disponível para esperar 12 horas para que o seu carro carregue. -----

Qual foi a estratégia do Município da Covilhã? Foi apostar em carregadores rápidos e muito rápidos nas sedes das juntas de freguesia e tenho ideia que o concurso definiu um espaço, e concedo que é uma crítica aceitável a consulta às juntas de freguesia sobre a localização, e aponta aquela localização com um raio de 50 m. Isto é, há espaço ainda de afinar isto com as juntas de freguesia.

O que fizemos nesta estratégia é dotar a Covilhã de um concurso de concessão de longo prazo para carregadores elétricos rápidos e muito rápidos para servir nas juntas de freguesia aquele

turista que lá vai visitar e que precisa de lá ligar o carro meia hora ao carregador para carregar para, depois, seguir viagem. Coisa que não consegue com um carregador lento. -----

Creio que é muito feliz o formato deste concurso com todos os riscos inerentes. -----

O Senhor Deputado Marco Aurélio veio aqui falar de 2012. O Senhor Deputado que demonstrou tanto interesse poderia estudar melhor o assunto porque sabia que, quando arrancou a rede de carregadores elétricos e a rede nacional que fala são redes de carregadores que inicialmente estiveram alocados exclusivamente às capitais de distrito! O Município da Covilhã, quando este Executivo entrou em 2013, as primeiras coisas que fez foi enviar um ofício exatamente para o Governo e para a Mobi.e (rede que gere os carregadores elétricos) a dizer exatamente que não aceitava a injustiça que a 1.ª fase fosse apenas para as capitais de distrito e que queríamos também carregadores elétricos na Covilhã. -----

Senhor Deputado, isto foi em 2012. Os Senhores estiveram no poder até 2013! Como é que não se lembraram disso! Como é que, na altura, o seu partido governava a Câmara e não se lembrou de mandar, em 2012, um ofício a dizer que “também queremos um carregador cá”?! -----

Fazer demagogia e politiquice é fácil! Difícil é governar com responsabilidade e criar soluções!” --

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Abertura de Concurso Público da “Concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de 43 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no concelho da Covilhã”** foi a mesma **aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 4 abstenções (CDS-PP e Presidente de Junta de Freguesia de Tortosendo).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS) e os Presidentes de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiço, Ferro, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

2.7 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL PARA O TRIÉNIO DE 2021-2023 – RETIFICAÇÃO DO VALOR BASE PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de janeiro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 506 de 2021.01.25 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP) (doc. 31)** -----

“EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ -----

EXMOS. SENHORA E SENHORES VEREADORES -----

EXMOS. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

EXMOS. PÚBLICO -----

EXMOS. SENHORAS E SENHORES JORNALISTAS -----

Há quase 4 anos foi anunciada a substituição de luminárias já obsoletas ou em más condições por novas luminárias com tecnologia LED, nas redes de iluminação pública. Este anúncio encontrava justificação no investimento que teria um investimento quase imediato, na medida em que segundo o senhor presidente da câmara iríamos observar uma poupança de 70% dos custos com eletricidade. -----

Recordamos o anúncio: "As 1829 luminárias implicam um investimento superior a 2 milhões de euros que o município prevê saldar ao fim de 10 anos, sendo este pago com parte da poupança resultante da troca dos equipamentos". -----

O pioneirismo desta medida, pelo menos assim foi o adjetivo que o senhor presidente utilizou na altura, previa que a poupança se traduzisse num investimento noutras áreas, nas suas palavras "diminuir os gastos com a iluminação pública, possibilitando uma poupança a nível financeiro e, consequentemente, maior investimento em outras áreas". -----

No final de 2019 o senhor presidente, perante as críticas dos cidadãos de uma cidade a meia luz, publicitava que "fomos longe demais na poupança" e que "os índices de poupança atingiram, nalguns períodos, os 89%". -----

Passados estes 4 anos e apesar de todas as polémicas que se traduziram em estudo sobre a intensidade das luminárias aplicadas e diversas proclamações políticas, julgamos que está na hora de prestar as contas aos cidadãos covilhanenses: -----

- Senhor Presidente pode neste momento indicar qual foi a poupança até agora conseguida? -----

Tenho dito. -----

Fausto Batista -----

(Deputado Municipal eleito pelo Movimento DNCCP).” -----

- O Senhor **Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)**: “A bancada do Partido Socialista quer congratular o Município da Covilhã porque aquilo que se trata é a negociação da energia para o Município para os próximos anos e negociar da forma corrente, como negocia a qualquer um de nós em que consulta comercializadoras de eletricidade e elas dão-nos um valor e a tarifa fixa ou não, limita aquilo que é a ação municipal. -----

O Município tem a capacidade, juntamente e em conjunto com outros municípios, de negociar diretamente na Bolsa de Energia Ibérica e no OMIP. A diferença entre um e outro é que é um negocia diariamente o custo da energia (é volátil, muda todos os dias) e no outro é fixa para um período futuro. Quer dizer que, com a soma dos dois, o Município da Covilhã vai conseguir poupar efetivamente no custo da eletricidade porque vai ter uma variação menor em relação ao custo que tem (vai à Bolsa e negocia a tarifa para um período específico e para o futuro). -----

Congratulo o Município por essa iniciativa e espero que consigam, em conjunto, a melhor tarifa possível.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que “o que estamos aqui a discutir é o concurso conjunto com outras autarquias para o fornecimento de energia elétrica. Não estamos a falar de troca de luminárias.” -----

2.8 - RELATÓRIOS SEMESTRAIS - PROVEDOR DO MUNÍCIPE

--- Foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do estipulado na alínea d), do artigo 10.º do Regulamento do Provedor do Município, através de correio eletrónico de 21 de janeiro de 2021. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) (doc. 32)**: “Foi dado conhecimento do documento relacionado com os relatórios semestrais elaborados pelo Sr. Provedor do Município, relativos ao período de 20/10/2019 a 19/04/2020 e 20/04/2020 a 10/10/2020. Conforme o explanado no referido documento pelo Sr. Provedor Municipal, num tempo de confinamento causado pela pandemia provocada pelo maldito vírus da COVID 19, trouxe uma menor intervenção dos municípios da causa municipal, com as consequências daí decorrentes, nomeadamente nas solicitações realizadas ao Sr. Provedor Municipal. -----

Defendemos nesta Assembleia Municipal a figura do Provedor Municipal pela sua importância na atividade Municipal, pela eficácia do funcionamento dos serviços municipais, pela satisfação das necessidades dos municípios. -----

Contudo, é necessário dar ao Sr. Provedor Municipal os adequados meios para poder exercer a sua atividade bem como, e conforme também foi por este referido no relatório é necessário dar conhecimento aos munícipes da sua existência, com indicação clara das suas funções e forma de contacto. -----

Por isso e para além de registarmos a atividade realizada, para além de reiterarmos a importância da existência do Provedor Municipal, também solicitamos que seja dada a adequada publicidade aos munícipes da sua existência com a indicação da sua função e dos contactos devendo ainda ser dada indicação aos serviços municipais indicações claras para a necessidade de respostas mais céleres às solicitações efetuadas pelo Sr. Provedor Municipal. -----

Se tal suceder, ficarão a ganhar os serviços municipais, o Município, e os cidadãos do concelho da Covilhã. Aguardemos.” -----

- A Senhora Eng.ª **Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: “Cumprase, por estes dias, 5 anos sobre o início da atividade da Provedoria do Município na Covilhã. Foi em finais de fevereiro de 2016 que foi empossada a 1.ª Provedora do Município, inicialmente a Dra. Elisa Pinheiro, num ato realizado durante esta Assembleia Municipal em que, muitos de vós, estiveram presentes. -----

Eram os primeiros passos para a implementação, por parte da Câmara Municipal, de uma figura de maior relevância, no âmbito dos deveres de uma boa administração pública em compatibilidade com o princípio da proteção do direito dos cidadãos. -----

O Provedor do Município tem como função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos Covilhanenses perante os órgãos e serviços municipais, bem como das empresas municipais, com vista ao pleno exercício da cidadania. É o que tem feito em primeiro a Dra. Elisa Pinheiro e agora, desde 2018, o Dr. José Pires Manso com independência, com autonomia, com princípios de transparência, confiança e cooperação por uma maior aproximação e incentivo à participação dos cidadãos na vida pública por uma democracia mais participada. ----

Uma das marcas dos dois executivos municipais liderados pelo Partido Socialista na Covilhã e pelo Dr. Vítor Pereira tem sido, aliás, a criação de instrumentos de aproximação ao município, de incentivo à participação cívica, rasgando por completo com o que vinha do passado, com aquilo que era a forma de se relacionar com os munícipes por parte dos executivos municipais anteriores.

O resultado muito positivo dos exercícios do Provedor do Município ao longo do tempo tem vindo a ditar, e bem, a sua continuidade na Covilhã e não se trata apenas de assegurar o pleno exercício da cidadania. Trata-se de um salutar escrutínio da atividade dos órgãos e serviços municipais. Escrutínio este de maior importância para a gestão dos destinos da Covilhã, através de uma mediação independente de processos, reclamações, queixas e também de sugestões e de propostas de melhoria com o objetivo de facilitar, resolver ou eliminar as situações objeto de queixa, solucionar diferendos ou corrigir as situações lesivas dos interesses dos cidadãos e, sobretudo, melhorar – melhorar sempre de dia para dia. É esse o objetivo do Provedor do Município. -----

Este relatório em apreço, o período em si só regista 15 casos porque, efetivamente, o último ano tem sido atípico como sabemos, em virtude do contexto pandémico que atravessamos, e isso também se reflete numa menor afluência aos serviços municipais. -----

Todos querem que cada vez mais munícipes conheçam o papel desta Provedoria, da importância da continuidade na sua divulgação. É o que está a ser feito para que mais munícipes saibam da sua existência e, querendo, que recorram a esta figura de recurso independente que progressivamente irá certamente continuar a assumir um papel cada vez mais preponderante no âmbito da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos Covilhanenses e na melhoria e celeridade do funcionamento também dos serviços municipais da Covilhã. -----

É um caminho que a todos deve orgulhar na Covilhã, rumo a uma crescente proximidade com os munícipes e a um aumento dos índices de participação cívica no Concelho, a mais cidadania, a uma democracia cada vez mais participada. -----

Ao Dr. Pires Manso, agradecemos o seu papel e a sua disponibilidade neste papel muito nobre que executa.” -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: “Como sabem e têm conhecimento aquando da criação desta figura do Provedor do Município, nós PCP votámos contra. Achamos e acreditamos (não pelas pessoas indicadas ou nomeadas) que não existe mais democracia participativa, não existe mais eficácia, nem existe melhor resposta aos problemas dos cidadãos. -----

Já a Dra. Elisa Pinheiro levantava questões nos seus relatórios, questões do relacionamento com os serviços da Câmara, a falta de resposta dos serviços da Câmara. -----

Criou-se uma figura que coloca o munícipe mais distante dos eleitos. O que deve haver é proximidade entre os eleitos e o munícipe e proximidade entre aqueles que foram eleitos e que têm capacidade de decisão, que têm autoridade perante os serviços para uma resolução eficaz dos problemas. -----

Criou-se aqui mais uma “almofada”. Enquanto as pessoas contactam o Senhor Provedor, não vão ao Senhor Vereador responsável para resolução dos problemas porque, felizmente, nas autarquias locais, o cidadão pode ir a sessões públicas da câmara e colocar os problemas diretamente a quem decide; o cidadão pode vir às assembleias municipais e colocar os problemas diretamente. -----

Esta é a nossa opinião. A nossa opinião é que não se deve criar um circuito intermédio entre os eleitos e os eleitores. Deve haver uma maior proximidade possível. Devem ser os eleitos a ouvir os problemas, procurar encontrar a resolução deles, porque são os eleitos que têm, de facto, capacidade de decisão junto dos serviços no sentido da resolução do problema. -----

Salientamos ainda, face aos relatórios, que os problemas que a Dra. Elisa Pinheiro colocava se mantêm, daí os apelos que é preciso divulgar, divulgar, divulgar. -----

As pessoas, quando sentirem eficácia nas reclamações que fazem, com certeza que procuram o Senhor Provedor, neste caso, se sentissem eficácia. Quando os problemas não se resolvem porque até quem o criou esta figura não lhes dá grande importância porque o serviço não colabora, porque demora a responder, porque não cumpre prazos, estamos aqui perante uma contradição que

vocês têm que resolver. Se criaram a figura do Provedor, têm que dar os meios, quer na divulgação, quer dar autoridade ao Provedor junto dos serviços. Dar essa autoridade junto dos serviços e não mera consulta. -----

Portanto, quem criou a figura penso que deve operacionalizar o funcionamento desta figura do Provedor porque, penso eu, se as pessoas sentirem eficácia no seu relacionamento com o Provedor de certeza que mais gente e mais munícipes irão procurar o Provedor, em prejuízo dos eleitos porque foram eleitos e deixam de ter a proximidade com as pessoas.” -----

- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: agradeceu ao Senhor Provedor do Município pelos relatórios apresentados. -----

“É efetivamente lamentável que, relatório após relatório deste Provedor e do anterior, as conclusões se mantenham e passo a citar: *“há quem desconheça o papel; há outros pouco crentes no sucesso das suas démarches; há processos resolvidos; há processos não resolvidos (mas resolúveis); outros em resolução; processos aparentemente insolúveis; ...”* -----

Há invariavelmente, num relatório ou num outro, a mesma conclusão por parte do Senhor Provedor: *“Terminamos apelando à colaboração dos serviços da CMC e empresas camarárias no sentido de fazer um esforço para ajudarem a resolver situações que por vezes se arrastam aparentemente sem necessidade e tomarem uma atitude mais ‘pedagógica’ esclarecendo e ajudando os munícipes na resolução dos problemas que carecem de solução.”* Isto é invariavelmente a conclusão dos relatórios dos Senhores Provedores do Município que, efetivamente, são uma figura necessária, mas que, neste momento, se encontra vazia por falta de capacidade de ação. É, mais do que criar a figura, necessário dar-lhe capacidade para agir; torná-la eficaz; e não esvaziá-la. -----

Portanto, criar um Provedor que, neste momento e pelas conclusões, se sente incapaz, acho que é desnecessário. Há que exigir ao Município, isso sim, que dê capacidade ao Senhor Provedor para resolver os problemas dos munícipes.” -----

- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: “O Provedor é uma entidade que pretende ser mediador entre um serviço público e o particular. -----

Se fôssemos entender o Provedor como o decisor, das duas uma: ou não havia necessidade de haver decisores; ou então o Provedor também deixava de ter razão de ser porque já não era Provedor – era outra figura qualquer. -----

Os relatórios de qualquer Provedor são sempre desta natureza, isto é, queixa-se sempre de alguma dificuldade relativamente ao contacto e ao relacionamento com a entidade que decide. Não vale a pena estarmos a tentar que o Provedor resolva os problemas porque o Provedor não resolve problemas. O Provedor é um facilitador na resolução dos problemas. Quem resolve os problemas é a entidade executiva. O Provedor tem outro papel: esclarecer os particulares; fazer a ponte entre o particular e o executivo. -----

Quando se vem aqui dizer que o Provedor não interessa nada nos municípios porque os municípios têm a Assembleia Municipal é não perceber “patavina” do que é o papel de um Provedor. Não vale a pena passar aqui a ideia que o Provedor não interessa, não vale a pena, não resolve problema nenhum porque não é esse o papel do Provedor. O papel do Provedor não é resolver problemas. É facilitar a sua resolução – situação diferente. -----

E ainda bem que a Câmara Municipal do PS, na figura do Senhor Presidente Vítor Pereira, criou esta figura porque agora já todos podemos falar do Provedor que antigamente ninguém falava porque ele não existia e os problemas existiam na mesma. Havia problemas junto dos serviços da Câmara, mas não havia ninguém que facilitasse a relação do particular com o ente público.” -----

2.9 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.ºs 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO E 22/2015, DE 17 DE MARÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de janeiro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 504 de 2021.01.25 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não houve inscrições neste ponto. -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora **Maria Piedade Proença Garcia Cordeiro Dias** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando sobre o problema na recolha de mono/lixeria em Peraboa, “confinante com o Caminho de Santiago”, situação que é do conhecimento da Assembleia de Freguesia de Peraboa desde julho de 2020 e, posteriormente, do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vereadora da Cultura, dos Senhores Vereadores “ligados ao Ambiente e às Freguesias”, da Junta de Freguesia e do Turismo do Centro. Referiu que não tinha recebido até à data qualquer resposta. -----

“Congratular-me porque a melhor resposta que podemos ter para um problema é a sua resolução. De facto, ontem fomos surpreendidos pelo desaparecimento da dita lixeira. Só que tive o conhecimento de que esse depósito vai manter-se num outro local, local esse próximo de uma suposta chamada zona verde (que de verde não tem nada), um terreno que era o antigo campo de futebol, onde colocaram umas máquinas de exercício físico. -----

Por um lado, estou satisfeita; por outro lado, não estou. Em muitas freguesias e concelhos do nosso país não há um depósito de monos em cada freguesia, como acontece na maioria das freguesias do Concelho da Covilhã, à exceção da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso. Há uma organização e orgânica diferentes em que há um dia por semana ou de 15 em 15 dias em que os fregueses sabem que naquele dia passa o carro de recolha de monos e esses monos são colocados junto dos contentores ou são recolhidos porta a porta, evitando um local de depósito de monos em cada freguesia que, no meu entender, trata-se de uma poluição ambiental e visual. -----

Proponho que haja, no nosso concelho, uma orgânica diferente para que tenhamos freguesias limpas e despoluídas em termos ambientais e visuais.” -----

Falou ainda sobre acessibilidades, dizendo que “foi com muito gosto que ouvi referir que vai ser reparado o “T” da estrada Peraboa/Capinha/Belmonte. -----

A propósito de estradas, dizer que Peraboa está tão perto da Covilhã, mas está tão longe! Desde sempre, Peraboa deve ter sido das últimas aldeias a ter água canalizada; deve ter sido das últimas estradas a ser alcatroada. Agora temos estrada alcatroada; há um pequeno troço que levou algum pequeno conserto; a partir do rio até ao alto do Ferro, aquilo já é uma desgraça; do Ferro a Peraboa acho que já não há e já não se veem estradas assim. -----

Apelo para que não continuemos completamente esquecidos.” -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor **José Augusto Oliveira Inácio** que, após cumprimentar todos os presentes, comentou o mau estado da estrada Dominguizo/Vales do Rio (sinalética, rails de proteção, ...). -----

“O Senhor Presidente da nossa autarquia já falou aqui na sinalética na Ponte Peso/Pesinho, mas não falou na sinalética de Vales do Rio. Vales do Rio não tem sinalética. Quem vem do lado de Pampilhosa da Serra, há a sinalética de Peso junto do ribeiro do Baraçal (foi colocado recentemente) – fim e princípio do Peso e Peso é até ao Dominguizo. O que é grave!” -----

Referiu já ter aconselhado a Junta de Freguesia e o Senhor Presidente para a colocação de uma placa “Peso” junto ao cemitério do Peso e “Vales do Rio” junto ao cemitério de Vales do Rio que não existe, uma vez que esta última tinha sido derrubada há uns anos atrás e nunca foi reposta. “Temos à entrada do Dominguizo, mas não temos à entrada de Vales do Rio no sentido do Peso.”

Relativamente às rotas turísticas no Zêzere, “é pena que, onde desagua a nossa ribeira da Meimosa junto ao Zêzere, no ano passado ou há dois anos, até uma arca frigorífica lá foi a ter. Infelizmente, ninguém a tirou, ninguém a tira e 5 ou 6 pneus em pleno leito do rio. As autoridades florestais vão-nos fiscalizar à pesca, mas infelizmente não veem esses pormenores! -----

Chamar a atenção também aos marcos geodésicos. Deviam ser pintados os marcos geodésicos dos Vales/Peso ou Peso/Vales, Coutada e o do Paul. Davam excelentes rotas turísticas. São frequentados por muitos BTT's, por muita gente a passear, vê-se a Cova da Beira toda de um lado e a parte da Serra no outro. Acho que devia ser aproveitada esta rota e tentar que houvesse mais limpeza. -----

Há oliveiras na parte Sul da cidade da Covilhã que, infelizmente, estão muito maltratadas e acho que deviam de ser mais bem limpas e, em relação à ponte do Dominguizo/Alcaria, que poderia ter uma lâmpada ou duas sobre o leito e há uma árvore (em cima da ponte) que pode, em qualquer altura, tombar para cima da ponte e criar problema." -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu as questões colocadas pelos munícipes, respondendo de seguida às mesmas. -----

Relativamente aos monos, esclareceu que as AdC cooperam com as Juntas de Freguesia e "vice-versa no sentido de procederem à remoção desses monos. -----

Enquanto que na cidade há maior frequência e maior frequência, nas freguesias (porque infelizmente há menos gente) passa de forma mais despassada. Temos que arranjar uma solução no sentido de haver maior frequência de recolha desses mesmos monos. -----

Aquele "T" está assim há quase 20 anos e chegou a altura, de facto, de resolvermos esse assunto.

Vamos também, a propósito, alargar o pontão, onde dois carros têm dificuldade em cruzar, para evitar acidentes. O mesmo vai acontecer do lado do Ferro, bem como vamos fazer uma rotunda no alto do Ferro porque é muito perigoso. -----

Vamos procurar também um sítio melhor do que aquele que a Senhora Professora referenciou como sendo uma alternativa àquele onde estavam os monos e havemos de conseguir, com o Senhor Presidente da Junta e com as Águas da Covilhã, encontrar a melhor solução. -----

Quero agradecer a sugestão desta rota dos marcos geodésicos porque, de facto, é uma ideia interessante. -----

Sou um amante do rio e também valorizo muito a limpeza do rio. O lixo tem muito a ver com civismo, com incúria nalguns casos concretos e temos todos que colaborar, sendo certo que parte dos nossos concidadãos serem mais cuidadosos e zelar mais pela limpeza do rio. -----

No que diz respeito à questão das ripícolas, é uma questão mais complicada. Envolve também as autoridades que superintendem ambientalmente nesse sentido e, portanto, temos que afinar também esse aspeto. -----

Está a decorrer o concurso para a aplicação de um reforço de pavimento na E. M. 513 entre o limite da Freguesia do Dominguizo e limite da Freguesia da Coutada. Vamos aplicar uma camada de betão. -----

Rails de proteção – quando os rails são derrubados na sequência de um acidente e há uma seguradora e conseguimos identificar, é mais fácil e mais rápido substituímos aquilo que está

danificado; quando assim não é, é mais moroso, mais complicado, mas lá se vai resolvendo, sendo que muitas vezes não é tão rápido quanto desejávamos. -----

Placas – Tem razão. É uma questão de identidade, de preservação do nosso sítio e do nosso lugar e deve ser sinalizado, tal como as nossas casas têm um número e uma rua. Obviamente que a localidade ou aldeia tem que ter a placa indicativa da sua existência para que não haja equívocos e não confundam cidadãos do Peso com cidadãos de Vales do Rio ou com os do Dominguizo.” ----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,